



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

RAQUEL DE BRITO SOUSA

**OS SINDICATOS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: trajetória histórica e
perspectivas políticas**

JOÃO PESSOA - PARAÍBA

2017

RAQUEL DE BRITO SOUSA

OS SINDICATOS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: trajetória histórica e perspectivas políticas.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses

JOÃO PESSOA - PARAÍBA

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725s Raquel de Brito Sousa.

OS SINDICATOS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL:
trajetória histórica e perspectivas políticas / Raquel
de Brito Sousa. - João Pessoa, 2017.
176 f. : il.

Orientação: Jaldes Reis de Meneses.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Serviço Social. 2. Movimento Sindical. 3.
Organização Política. I. Meneses, Jaldes Reis de. II.
Título.

UFPB/CCHLA

OS SINDICATOS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: trajetória histórica e perspectivas
políticas

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses

APROVADA EM: 29 / 08 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses (Orientador)

Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social



Prof. Dr. Marcelo Siteovsky Santos Pereira (Avaliador Externo)

Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Serviço Social



Prof.ª Dr.ª Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Avaliadora Externa)

Universidade Estadual do Ceará – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Serviço Social

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de reconhecer a importância das pessoas que nos cercam em nossa caminhada, pois, em nossas construções, mesmo as que parecem ser individuais, outras pessoas foram essenciais em cada tijolo inserido e estrutura levantada. Assim, somos seres essencialmente coletivos apesar desta sociabilidade tentar nos convencer do contrário. Por isso, o desejo de não esquecer ninguém, apesar de ser impossível.

Ao meu pai e à minha mãe, pelo apoio e pelo amor incondicionais, por, ao longo da vida, fazerem o que estava além das respectivas possibilidades para garantir que meus sonhos e desejos fossem realizados e por serem a base que me ensinou a importância da solidariedade e da empatia com o próximo. Meu pai, Antônio, transmite a alegria e a luta como sentido da vida. Minha mãe, Cecília, igualmente, acrescentando a garra e a fé que movem montanhas. Minha irmã, Luana, pela amizade e pelo amor, por fazer a distância não ser um obstáculo para continuar acompanhando o cotidiano com suas alegrias e seus desafios, por me dar o melhor presente, nossa Letícia, a qual faz a expressão ‘amor incondicional’ ter sentido. Ao meu cunhado, Fernando, pela força, amizade e pelo carinho que construímos nesses anos. À Mona, minha prima-irmã, por tudo que compartilhamos, as confissões e o apoio, por me dar a honra de ser sua irmã e trazer à nossa família a Alice.

À minha grande família, que faz essa palavra ter sentido, em especial os que dividem as alegrias e os obstáculos cotidianos: Rogério, Ivan, Jader, tia Cirlene e tio Paulo. À Jéssica, pela amizade e pelo companheirismo que estão além dos laços de sangue. Aos meus tios-padrinhos, Francisco e Arlene, por me receberem em sua casa na seleção e no início do mestrado. À força e o apoio de Cynthia e Adriano na estadia em João Pessoa. Às minhas tias, Nilde e Paula, mesmo que se vivessem cem anos, não conseguiria agradecer por tudo que fizeram e fazem por mim. Ao tio Lopes e às primas, Fabrinne e Fabíola, em que, ao longo de mais de 20 anos, vivemos muitas situações juntas, isso nos faz ter a certeza de que podemos contar uma com a outra em qualquer dia, mês e ano ao longo de nossas vidas.

Ao Leó, meu “camarada”, amor e amigo, pela nossa relação repleta de cuidado e de companheirismo. E mesmo “se a ciência provar o contrário e se o calendário nos contrariar. Mas se o destino insistir em nos separar. Danem-se os astros, os autos, os signos, os dogmas, os búzios, as bulas, anúncios, tratados, ciganas, projetos, profetas, sinopses, espelhos, conselhos. Se

dane o evangelho e todos os orixás. Serás o meu amor, serás, amor, a minha paz” (CHICO BUARQUE, 2017, *Dueto*).

Aos amigos e às amigas: Edna, Thaís, Thayná, Juliana Magalhães, Gerlane, Nathan, Roberta Menezes, Régia Prado, Mary Lúcia Mesquita, Lenilúcia e Irene, pela força neste momento, meu imenso carinho e afeto por todos. À Dani Alves, por seu grande companheirismo e carinho, pela relação de amizade, pelo afeto e pela sinceridade que edificamos. À Erlenia Sobral, amiga querida, por todo apoio, queria dizer o quanto a admiro em todos os sentidos, político, pessoal, acadêmico e sua disponibilidade em contribuir nas reflexões deste trabalho.

Às pessoas queridas que conheci nessa jornada recente do mestrado, colegas de turma, professoras e professores. Em especial Danielle; Fernanda, que se tornou uma grande amiga; Jaqueline, por me receber em sua casa e pela amizade e Leidiane, por me fazer sentir sempre em casa ao seu lado, pela amizade, pelo carinho, afeto, apoio nas questões pessoais e profissionais. Sua generosidade em partilhar conhecimento, fazer a disciplina de Estágio Docente, tendo você como supervisora, foi ter, em cada aula, um exemplo de compromisso e de dedicação.

Ao camarada Wladimir por ser uma referência política e me ajudar no processo de compreensão do significado da militância partidária, pela amizade, pelo cuidado e afeto que enchem de sentido a camaradagem. Aos demais camaradas da militância do PCB, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, UJC e Unidade Classista, não apenas os de João Pessoa – Janaína, Laíse, Cícero, Nunes, Marcelo, Thiago e demais – e Ceará, mas em todos os lugares. Pois, “quando entre camaradas nos encontramos e ousamos sonhar futuros /Quando a teoria nos aclara a vista/ e com o povo, ombro a ombro, marchamos. / Respondemos: vale a pena viver, quando se é comunista” (Vale a Pena, Mauro Iasi).

Ao grupo de pesquisa Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social, as experiências, trocas e a construção de pesquisa e de conhecimento que buscamos realizar ao longo dos anos foram fundamentais para minha caminhada acadêmica, além de provar cotidianamente que podemos fazer da academia um local de partilha, de crescimento conjunto e de resistência política.

Ao meu orientador, professor Jaldes Meneses, por aceitar trilhar as empreitadas desta pesquisa comigo e por sua compreensão e disponibilidade ao longo desse processo.

À Sâmbara Paula, por sua sensibilidade, pelo carinho de sua amizade e todo apoio, amor, companheirismo e afeto ao longo desses anos, além de sua generosidade de contribuir nas reflexões e análises deste trabalho no decorrer desta pesquisa.

Ao Marcelo Sitcovsky, pela disponibilidade em participar desse momento, em colaborar com este trabalho e, também, pela compreensão nos contratempos.

Aos sindicalistas que participaram da pesquisa de campo.

A todos os entes queridos, amigos, amigas, companheiros, companheiras e camaradas, minha gratidão.

Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade? Nós conseguiremos!

(Rosa Luxemburgo, 1918)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto a organização sindical dos assistentes sociais no Brasil. No final da década de 1980, essa categoria profissional delibera pela filiação por ramos de atividade, ocasionando a extinção de sua associação e da maioria de seus sindicatos no início da década de 1990. Porém, essa decisão não ocorre sem polêmicas e é expressa na manutenção das atividades de cinco sindicatos que posteriormente, em 2002, fundaram a Federação Nacional de Assistentes Sociais (Fenas) para impulsionar a reabertura de sindicatos de assistentes sociais. Assim, tem-se o objetivo de analisar o processo de manutenção das atividades dos sindicatos específicos, nos anos 1990, e de reabertura, a partir de 2002, buscando compreender seus determinantes históricos e perspectivas políticas, o que perpassa as discussões sobre a reestruturação produtiva e os avanços neoliberais, o sindicalismo no Brasil e a trajetória do Serviço Social brasileiro. A fim de aprofundar os referidos aspectos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática e de campo com as diretorias dos sindicatos de assistentes sociais. Assim, participaram cinco sindicatos – em que um tratava-se de um sindicato que manteve suas atividades e quatro reabriram entre os anos de 2007 e 2013 –. Através da pesquisa, pode-se analisar que a defesa das diferentes formas de sindicalização tem como base divergências políticas quanto a um projeto societário e para o Serviço Social brasileiro, pois fechar os seus sindicatos específicos e fomentar o desenvolvimento dos sindicatos por ramo de atividade/produção está em consonância com uma estratégia do sindicalismo classista de superar o corporativismo e a fragmentação da classe trabalhadora em acordo com o projeto ético e político hegemônico no Serviço Social brasileiro, construído no bojo de sua ruptura com o conservadorismo. Ao passo que manter os sindicatos alinha-se politicamente a um sindicalismo pragmático inserido na lógica de negociações e de garantias dentro da ordem da qual se torna progressivamente, a partir da década de 1990, majoritário no interior da CUT. A criação da Fenas, em 2002, articulada com a corrente majoritária da CUT é uma expressão desse processo. Diante disso, pode-se citar ainda a postura pragmática e imediatista, que relegam a contextualização histórica da deliberação pela sindicalização por ramo de atividade/produção, bem como as posturas de colocar as divergências políticas do interior da categoria para o campo pessoal e valorativo.

PALAVRAS- CHAVE: Serviço Social; Movimento Sindical, Organização Política.

ABSTRACT

This work has as its object the union organization of social workers in Brazil. At the end of the 1980s, this professional category deliberated by affiliation to branches of activity, causing the extinction of its federation and most of its unions in the early 1990s. However, this decision does not occur without controversy, expressed in the maintenance of the activities of five trade unions that later founded the National Federation of Social Workers (Fenas) in 2002 to encourage the reopening of social worker unions. Thus, the objective is to analyze the process of maintaining the activities of the specific unions in the 1990s and reopening, starting in 2002. In order to understand their historical determinants and political perspectives, which pervades the discussions on productive restructuring and the neoliberal advances, syndicalism in Brazil and the trajectory of the Brazilian Social Service. In order to deepen these aspects, a bibliographical research was carried out on the subject and field, with the directorates of the unions of social workers, five unions participated - in which one was a union that maintained its activities and four reopened between the years of 2007 and 2013 -. Through the research it can be analyzed that the defense of the different forms of unionization is based on political divergences regarding a corporate project and the Brazilian Social Service. For, to close their specific unions and foster the development of unions by branch of activity / production is in line with a strategy of classist unionism to overcome corporatism and the fragmentation of the working class in accordance with the hegemonic ethical and political project in the Service Brazilian society, built on the basis of its rupture with conservatism. While maintaining the unions is politically aligned with a pragmatic unionism, inserted in the logic of negotiations and guarantees within the order, which became progressively, during the 1990s, majority within the CUT. The creation of Fenas in 2002 articulated with the mainstream of the CUT is an expression of this process. One can also cite the pragmatic, immediatist posture that relegates the historical contextualization of deliberation by unionization by branch of activity / production, as well as the postures of placing the political divergences from the interior of the category to the personal and evaluative field.

KEYWORDS: Social Work; Trade Union Movement, Political Organization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AI-5 - Ato Inconstitucional número 5

ALAESS - Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social

ALEITS - Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

ANAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais

ANL - Aliança Nacional Libertadora

ASS - Alternativa Sindical Socialista

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BOC - Bloco Operário e Camponês

CALSS - Centro Acadêmico Livre de Serviço Social

CAT - Central Autônoma dos Trabalhadores

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CBT - Confederação Brasileira do Trabalho

CBTE - Central Brasileira dos Trabalhadores e Empreendedores

CCQ - Círculos de Controle de Qualidade

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

CELATS - Centro Latinoamericano de Trabajo Social

CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CETROS - Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social

CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CGT – Confederação Geral do Trabalho

CGTB - Confederação Geral dos Trabalhadores

CIOSL - Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CNT - Conselho Nacional do Trabalho
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
COB - Confederação Operária Brasileira
CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCLAT - Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCUT – Congresso da Central Única dos Trabalhadores
CONEP - Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
CRAS - Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros
CSCB - Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira
CSC - Corrente Sindical Classista
CSP-CONLUTAS – Central Sindical e Popular Coordenação Nacional de Lutas
CSUB - Confederação Nacional Unitária do Brasil
CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EaD – Ensino à Distância
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
Fenas - Federação Nacional dos Assistentes Sociais
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional
FNT - Fórum Nacional do Trabalho
FS – Força Sindical
FUS - Frente Única Sindical
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED - Investimentos Externos Diretos
IES - Instituições de Ensino Superior
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
JK – Juscelino Kubitschek
LOA - Lei Orçamentária Anual
MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC - Ministério da Educação
MESS - Movimento Estudantil de Serviço Social
MIA - Movimento Intersindical Anti-Arrocho
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MTIC - Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
MUT - Movimento de Unificação dos Trabalhadores
NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores
OCDE - Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento
ONG – Organizações Não Governamentais
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCC - Plano de Cargos e Carreiras
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDRE - Plano Diretor da Reforma do Estado
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEP - Projeto Ético-Político Profissional
PEPPSS - Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social
PIS - Pactos Intersindicais
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PSD - Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PUA - Pacto de Unidade e Ação

PUI - Pacto de Unidade Intersindical

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAS-DF - Sindicato dos Assistentes Sociais do Distrito Federal

SASB - Sindicato dos Assistentes Sociais da Bahia

SASBR-SP - Sindicato dos Assistentes Sociais de Barretos e Região

SASEAL - Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas

SASEAM - Sindicato dos Assistentes Sociais do Amazonas

SASEC - Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará

SASEMA - Sindicato dos Assistentes Sociais do Maranhão

SASERJ - Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro

SASERS - Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul

SDS - Social Democracia Sindical

SESSUNE - Subsecretaria dos Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes

SINASPA - Sindicato dos Assistentes Sociais do Pará

SINDASP Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná

SINDASPE - Sindicato dos Assistentes Sociais de Pernambuco

SINDASSE - Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe

SINDSOCIAL - Sindicato dos Assistentes Sócios do Acre

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UGT - União Geral dos Trabalhadores

UDN - União Democrática Nacional

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNE - União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviética

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	O CONTEXTO HISTÓRTICO, ECONÔMICO, SOCIAL DA CONTEMPORANEIDADE E OS IMPACTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	33
2.1	Breve contextualização histórica, econômica e social da crise capitalista	33
2.2	O neoliberalismo e o avanço sobre os direitos dos trabalhadores	49
2.2.1	As medidas neoliberais no contexto brasileiro.....	57
3	O AVANÇO NEOLIBERAL E OS CAMINHOS DO SINDICALISMO NO BRASIL	63
3.1	Breve contextualização do sindicalismo no Brasil.....	63
3.1.1	O movimento sindical brasileiro sob a hegemonia neoliberal	83
4	BREVE HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL	94
4.1	Serviço Social: uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho	94
4.2	Serviço Social no Brasil: do conservadorismo a consolidação do projeto ético-político	101
4.2.1	A organização política dos assistentes sociais e a construção do PEP	111
4.3	A organização sindical do Serviço Social a partir dos anos 2000	122
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	REFERÊNCIAS	152
	APÊNDICES.....	162
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA OU QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM OS SINDICATOS QUE SE MANTIVERAM ABERTOS	163
	APÊNDICE B– ROTEIRO DE ENTREVISTA OU QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM OS SINDICATOS QUE REABRIRAM	166
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	169
	ANEXO	172

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA	173
---	------------

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar os sindicatos de assistentes sociais no Brasil no que se refere ao processo de manutenção de cinco entidades que se deu no fim da década de 1980 e no início da década de 1990, e de reabertura, entre os anos 2000 e 2015. Dessa forma, tem como aspecto principal a organização política dos (as) assistentes sociais. Esta é amplamente debatida nos espaços de militância da profissão, desde a graduação, bem como é tema de diversos estudos basilares para a formação profissional. Quanto a este aspecto organizativo, existe um posicionamento histórico da maioria das entidades de representação dos assistentes sociais sobre o processo de sindicalização, orientando que ocorra por ramo de atividade, procurando evitar, assim, a sindicalização por categoria.

A referida decisão foi tomada de forma coletiva e levou o fechamento da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ANAS) em 1994, entidade de agregação e direção dos sindicatos de assistentes sociais a nível nacional, bem como dos sindicatos nos Estados. A partir das decisões coletivas tomadas nas assembleias da ANAS, especialmente na IV Assembleia que delibera pela sindicalização por ramo de atividade, e posteriormente, passa a identificar o seu conjunto de Conselho Federal de serviço social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço social (CRESS), não somente como entidades de regulamentação, mas também de representação política dos assistentes sociais. Ressalta-se, portanto, que houve resistências, cinco sindicatos permaneceram abertos¹ e, posteriormente, no ano 2000, organizaram a fundação da Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS).

A partir dos anos 2000, é notável um processo de reabertura dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil, mesmo indo contra a deliberação histórica mantida como direcionamento pelo conjunto CFESS-CRESS, constatou-se que, durante a pesquisa, reabriram nove sindicatos². Esse fato traz à tona novamente o debate sobre sindicalização no serviço social.

¹ Permanecem abertos os seguintes sindicatos: Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará, Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas e Sindicato dos Assistentes Sociais de Caxias do Sul. E em 1995, o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro retoma suas atividades.

² Sindicato Dos Assistentes Sociais Do Acre, Sindicato dos Assistentes Sociais do Amazonas, Sindicato dos Assistentes Sociais do Pará, Sindicato dos Assistentes Sociais do Maranhão, Sindicato dos Assistentes Sociais de Pernambuco, Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe, Sindicato dos Assistentes Sociais da Bahia, Sindicato dos Assistentes Sociais do Distrito Federal, Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná. O Sindicato de Assistentes

Assim como diversas questões, como: por que alguns sindicatos de assistentes sociais mantiveram suas atividades? Por que reabriram? Como se deu esse processo de manutenção e de reabertura nos estados? Existem características nacionais?

A aproximação com a temática advém, principalmente, por minha militância no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) em torno de sua entidade de representação Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e, sobretudo do centro acadêmico do curso de serviço social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Centro Acadêmico Livre de Serviço social (CALSS). A partir da organização política estudantil, em especial, identifiquei os novos desafios postos, o aumento expressivo do número de estudantes – gerado especialmente pelo incentivo estatal à ampliação do número de escolas privadas e pela expansão das universidades públicas através de processos como a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) -, sem contar a criação de cursos de graduação em Serviço Social à distância³. Destaca-se ainda, neste contexto, o fato da militância e a organização da ENESSO ocorrerem de forma articulada ao conjunto CFESS-CRESS e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social (ABEPSS). Tudo isso ajudou a compreensão da necessidade de aprofundamento nos meus estudos acerca da organização política no Serviço Social.

É importante destacar também minhas experiências no âmbito acadêmico, as quais ocasionaram minha aproximação com as temáticas relacionadas com o “mundo do trabalho”, como a participação nas atividades atuando como bolsista de iniciação científica do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros), laboratório acadêmico da Universidade Estadual do Ceará (Uece), bem como as reflexões a partir do meu trabalho de conclusão de curso, tendo como tema “Espaços Sócio-Ocupacionais dos (as) Assistentes Sociais nas ONGs: condições e processos de trabalho na contemporaneidade”. Este, permitiu-me a aproximação com

Sociais de Barretos e Região, segundo contato realizado por telefone, estava em processo de encerrar suas atividades. Alguns sindicatos reabriram, mas não conseguiram manter suas atividades, fechando posteriormente por motivos diversos, como o e o Sindicato de Assistentes Sociais de Mato Grosso.

³ Em minha experiência de militância no MESS, a aproximação com os estudantes do curso a distância é quase inexistente. Seja pelo desafio de organizar estudantes que não se encontram em um cotidiano de aulas, pela precarização da formação profissional nesses cursos ou porque os estudantes dos cursos à distância entendem que as críticas feitas pelo CFESS, ABEPSS e ENESSO à formação a distância são direcionadas a eles de forma individual, incorporando diversos argumentos de suas instituições de ensino.

as precárias condições de trabalho do serviço social, especialmente no lócus das ONGs, assim como a forma que essas condições influenciavam em aspectos do processo de trabalho⁴.

Dessa maneira, consegui coletar informações como remuneração média das assistentes sociais pesquisadas. De R\$ 1. 543, 11 (um mil e quinhentos e quarenta e três reais e onze centavos), o menor salário encontrado foi no valor de R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais) e o maior R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais). Das 16 participantes, 10 tinham salário entre R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais) e R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais); cinco, entre R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) e apenas uma, no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais). Esta era contratada, com a carteira assinada, por duas entidades e cedida por ambas para trabalhar na entidade, cada contrato no valor de R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) para trabalhar vinte horas semanais. Ainda em relação à remuneração, mapearam-se os “benefícios”, como auxílio transporte e alimentação. Das entrevistadas, nove não recebem nenhum “benefício”. E das sete que recebem, duas ganham apenas o vale transporte; duas uma cesta básica; uma, plano de saúde privado e vale alimentação; uma não informou e, somente uma, vale transporte, vale alimentação, adicional de insalubridade R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais), adicional de título R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e custeio de 50% do plano de saúde privado.

Sendo perceptíveis os baixos salários, um dos aspectos da precarização do trabalho dessas profissionais, apenas uma das participantes recebia o salário mínimo necessário indicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁵, que no ano de 2014, variou de R\$ 2.748,22 (dois mil setecentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos) a R\$ 3. 079,31 (três mil e setenta e nove reais e trinta e um centavos).

Além de se apresentar nas questões de remuneração, a precarização também se fez presente em outros aspectos. Entre as entrevistadas, cinco assistentes sociais, acumulavam dupla

⁴ A pesquisa foi realizada em 2014, neste ano havia duzentas instituições cadastradas no CMAS, consegui contato via telefone ou e-mail com 105, dessas apenas 46 (quarenta e seis) possuíam assistentes sociais. Porém doze assistentes sociais não se enquadravam no perfil da pesquisa, que objetivou busca investigar as condições e processos de trabalho do Serviço social em tais organizações, pois nove eram voluntárias e três, apesar de formadas em Serviço social, tinham cargo de gestão das ONGs. Reataram 34 instituições para realização da pesquisa de campo, dessas em onze não consegui contato com as assistentes sociais, nas 23 que o contato com as assistentes sociais foi realizado: quatro recusaram participar da pesquisa; em três situações as profissionais informaram que era preciso pedir autorização a diretoria, sendo exigidos vários trâmites burocráticos, em nenhum dos casos se conseguiu coletar dados; e dezesseis assistentes sociais se disponibilizaram a participar da pesquisa.

⁵ Há uma mobilização na profissão pela aprovação de um piso salarial para assistentes sociais no valor de R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte reais).

função da instituição, por exemplo, eram coordenadoras e assistentes sociais, e apenas três recebiam remuneração extrassalarial pelo acúmulo. Além disso, observou-se a falta de recursos materiais, financeiros e humanos para uma prestação de serviços de qualidade em relação à carga horária de trabalho bem perceptíveis em dados encontrados, como: a) pequenas equipes de serviço social nas ONGs, em 50% dos casos, havia apenas uma assistente social nas entidades; b) em sete ONGs, as assistentes sociais dividiam sua sala com outros profissionais. Dessas, apenas duas entidades possuíam uma sala exclusiva para realizar atendimento, comprometendo o sigilo profissional. Aliado a isso, deparou-se com problemas estruturais, como salas pequenas, pouco arejadas, entre outros aspectos; c) dificuldade no acesso a computadores, telefones e carros para realização das atividades profissionais; d) o problema financeiro das instituições, ocasionando limitação nas atividades que o setor de serviço social deveria desenvolver e atrasos salariais, entre outros fatores.

A constatação através da pesquisa e a aproximação com as condições de trabalho das assistentes sociais ocasionaram o interesse em compreender melhor a organização política dessa categoria na atualidade, principalmente, no âmbito da luta por melhores condições de trabalho, em especial, o aspecto sindical. Acredito que essa pesquisa pode contribuir na elucidação da atuação e nas estratégias das nossas entidades organizativas, buscando entender as diferentes formas de luta e as perspectivas políticas que se processam no âmbito organização sindical na profissão.

Para tratar sobre sindicalismo, é preciso compreender a atual conjuntura de mundialização⁶ do capital com suas políticas neoliberais e suas transformações para o mundo do trabalho. É, assim, implementado um forte intervencionismo estatal para os interesses do capital, aspecto esse que é notável nas privatizações de empresas estatais, controle da inflação, atuando no mercado financeiro, gerindo as crises e a concorrência entre os capitais, entre outros aspectos existentes. Além da diminuição dos gastos sociais com políticas públicas, pois são apontados como causadores das crises fiscais dos Estados Nacionais e apresentados como despesas, ocorrendo uma precarização na prestação de serviços públicos e um processo de privatização de diversos direitos sociais e políticas públicas que se tornam novos mercados lucrativos, como

⁶Termo utilizado por François Chesnais, para ver mais: CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

saúde, previdência e educação, bem como a focalização das políticas sociais, com público e serviços específicos, em geral, relacionados à “extrema pobreza”. (IAMAMOTO, 2012 b).

Nesse contexto, a reestruturação produtiva, que modifica a organização da produção, mormente, pela incorporação de tecnologias, pela fragmentação do processo produtivo em escala global e pela flexibilização das relações de produção e os seus efeitos sobre os trabalhadores com o aumento das jornadas, sua intensificação, exigências de produtividade; formas de “participação” do trabalhador na gestão, que estimulam a competitividade entre os trabalhadores e contribui para a passividade do trabalhador nesse processo de intensificação da exploração e retrocesso de direitos; rebaixamento dos salários e flexibilidade na remuneração, vinculada à produção, e redução dos direitos trabalhistas, entre outras dimensões da precarização do trabalho. Tem-se, assim, o aumento do desemprego estrutural, retrocesso das formas de organização dos trabalhadores, redução do poder de pressão dos sindicatos - fator necessário para tal processo-, redução do trabalho protegido, aumento das formas precárias de contratação, do pauperismo e das desigualdades entre as classes sociais (ALVES, 1999; ALVES, 2013; ANTUNES, 1999).

Esse quadro impacta, enquanto trabalhadores, sobre a categoria profissional dos (as) assistentes sociais, em suas condições e processo de trabalho na atualidade. Ao se analisar o serviço social enquanto profissão percebe-se que esse sofre duplamente. Primeiro, sendo a questão social a base social e histórica de sua atuação enquanto profissão, atuando em suas expressões. As mudanças decorrentes do neoliberalismo no trato da questão social atingem diretamente o trabalho do serviço social, principalmente, por meio da contrarreforma das políticas públicas, explicitada na redução de verbas, na focalização, na transferência de serviços estatais para mercado e o terceiro setor, entre outros meios. Já o segundo ponto trata-se dos impactos para o Serviço social enquanto profissão assalariada, que vende sua força de trabalho, sendo afetado pelo desmonte dos direitos trabalhistas e as diversas formas de precarização do trabalho (IAMAMOTO, 2012).

Dentre as diversas faces dessas mudanças, destacam-se algumas características do perfil profissional na atualidade que estão articulados às conformações atuais do capitalismo. Com o aumento do número de profissionais, segundo dados do CFESS, em agosto de 2015, existiam 161.023⁷ profissionais registrados nos 25 CRESS existentes. Conforme Iamamoto

⁷ Número informado pelo CFESS por e-mail. Uma pesquisa divulgada pelo DIESSE aponta que o número de Assistentes Sociais em 2013 ocupados era de 204.747. Porém, esses dados devem ser ponderados uma vez que são

(2009), em 2007, existiam cerca de 82 mil assistentes sociais no Brasil, o segundo maior contingente mundial. Diante disso, em seis anos, a profissão cresceu quase 50%.

Esse fato ocorre pelo crescimento dos cursos de Serviço social no Brasil, no processo de contrarreforma do ensino superior⁸, podendo ser caracterizado, basicamente, pelo incentivo à iniciativa privada e à ampliação precária das instituições públicas de ensino superior (IES), acarretando em um processo de precarização e de privatização do Ensino Superior brasileiro, tendo como “carro-chefe” o Programa Universidade Para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Reuni. Entre 1995 e 2002, foram criados mais 50 cursos, desses 90% são de iniciativa privada, apenas 30% foram implantados em espaços universitários. A partir de 2002, acrescenta-se a massificação precária através da grande abertura de cursos à distância, que mesmo representando somente 5,2% do total de cursos criados entre 2003 e 2009, são ofertadas anualmente 46.620 vagas na modalidade EAD (11 IES), ao passo que 24.824 vagas são modalidade presencial (199 IES) (LIMA; PEREIRA, 2009, p.45).

Iamamoto (2009, p.36) apresenta como dado que em 2007 existiam no país “253 cursos de graduação em Serviço Social, incluindo os cursos presenciais e à distância. Destes, 46 eram levados a efeito por instituições públicas, responsáveis por 5 358 vagas (16%) e 207 oferecidos por instituições privadas de Ensino Superior com 27465 vagas (84%)”. Em 2016, existem 513 cursos ativos de Serviço Social no Brasil, sendo 64 presenciais realizados em IES públicas e 449 em IES privadas, desses 418 presenciais e 13 na modalidade à distância.⁹

Essas informações ratificam o processo de privatização e de precarização do ensino superior no Brasil, quanto ao serviço social nesse quadro, evidencia-se a preocupação com a formação profissional desses estudantes e novos assistentes sociais, pois as diretrizes curriculares da ABEPSS, construídas no bojo da renovação da profissão e erosão do Serviço Social

extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em que se considera a Classificação Brasileira de Ocupações de código 2516, este inclui assistentes sociais e economistas domésticos no mesmo banco de dados. Assim, todos os dados tratam-se das duas ocupações. A seguir serão utilizadas outras informações dessa pesquisa sob as mesmas ponderações. Justifica-se o uso pela ausência de pesquisa com esses dados atualizados.

⁸ Para ver mais consultar, entre outras obras LEHER, Roberto. A educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

⁹ Esses dados foram retirados, pela autora, do site do Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

tradicional (tecnocrata e conservador), baseadas nas matrizes marxistas; com preceitos metodológicos, éticos e políticos críticos, em acordo com a construção Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEPPSS)¹⁰. Não são as mesmas exigidas pelo MEC para abertura dos novos cursos, as diretrizes curriculares do MEC são reduzidas em conteúdo, quando comparadas as da ABEPSS e não possuem o mesmo cunho teórico, metodológico e ético-político das requisitadas pela ABEPSS, transparecendo o viés mercadológico encampados pelo MEC na supracitada contrarreforma da Educação Superior, além da deficiência de uma formação à distância¹¹. Como argumenta Iamamoto (2009, p.37), esse processo de massificação e pouca qualidade contribuem com os “mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às ‘normas do mercado’, redundando em um processo de despolitização da categoria, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária”. E ainda,

O estímulo à graduação à distância é um recurso para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais – este sim, o seu objetivo maior – a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional. Essa tendência é compatível com premissa de que o “mercado” – leia-se o capital – é portador da racionalidade sociopolítica e o agente principal do bem-estar da República (IAMAMOTO, 2009, p.37).

Aliado ao crescimento do número de assistentes sociais no Brasil, tem-se a queda dos níveis salariais e a intensificação da precarização do trabalho. Ratificam isso às estatísticas da pesquisa realizada pelo DIEESE¹², levando em consideração as estatísticas do ano de 2013, divulgada em 2015. Essa informa que entre os anos de 2004 e 2013. os rendimentos médios dos assistentes sociais cresceram abaixo do nível do mercado de trabalho em geral, este teve aumento de, “em termos reais (deflacionado pelo INPC-IBGE) de 50%, os assistentes sociais tiveram aumento bem mais discreto, de 12,2% no mesmo período” (DIEESE, 2015, p.7). Houve um

¹⁰ A seguir será retomado esse debate.

¹¹ Para ver uma síntese do debate empreendido pela categoria sobre o assunto, consultar as publicações do CFESS intituladas: Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social - Volume 1 e Volume 2.

¹² Pesquisa divulgada em 2015 pelo DIEESE, com título: “Quem são os assistentes sociais no Brasil?”, realizada a partir de dados, de 2013, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esses dados devem ser ponderados, uma vez que, no PNAD e RAIS, são incluídos assistentes sociais e economistas domésticos em uma mesma classificação (Classificação Brasileira de Ocupações de código 2516). Como supracitado, a pesquisa é utilizada pela ausência de dados atuais sobre o perfil dos assistentes sociais.

aumento em percentual de assistentes sociais empregados a esfera municipal, em 2004 representavam 36,0% (trinta e seis por cento) e em 2013 52,1% (cinquenta e dois e um décimo por cento), “sendo responsável por mais de 66% do total do aumento do número de assistentes sociais ocupados”, (DIEESE, 2015, p. 5), ressalta-se que essa é a esfera da administração pública que paga historicamente os salários mais baixos. Ao passo que os assistentes sociais contratados recentemente possuíam salários mais baixos, “enquanto um assistente social com até 1 ano recebeu uma remuneração média de R\$ 2.342,44, um com 10 anos ou mais recebeu uma remuneração de R\$ 6.408,90” (DIEESE, 2015, p. 12).

Outro aspecto importante para destacar é a organização político sindical da categoria, que tem atualmente como orientação – do conjunto CFESS-CRESS, – a organização por ramo de atividade. Decisão realizada de forma coletiva em 1989 – na sua IV Assembleia Sindical, posteriormente extinguindo sua entidade nacional sindical, a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) em 1994 –, seguindo a determinação do II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT), em 1986, de combater a fragmentação. A partir da organização por ramo de atividade, os trabalhadores de várias áreas poderiam lutar juntos por seus direitos, fortalecendo a luta sindical (ABRAMIDES 2014; 2006).

Alia-se ainda a esse conjunto de fatores que perpassam o objeto a ser pesquisado, a perspectiva ético-política que a profissão construía nesse período, nas décadas de 1980 e 1990, de aliança à classe trabalhadora, sendo essa nova forma de organização mais eficaz para a articulação do serviço social com outras categorias profissionais. Nessa dimensão ético-política da profissão, o serviço social manifesta “uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social” (IAMAMOTO, 2009, p.4).

Mesmo diante da decisão coletiva hegemônica, quatro sindicatos permaneceram abertos: Sindicato dos Assistentes Sociais, no Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará; Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas e Sindicato dos Assistentes Sociais de Caxias do Sul, o último é extinto posteriormente, e em 1995, é reaberto o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Esses cinco sindicatos fundam em 2000 a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (Fenas), seguindo a análise da CUT de que os sindicatos por ramo de atividade não conseguem se efetivar no Brasil.

É preciso salientar, diante de disso, a mudança de direção da CUT que progressivamente abandona seus princípios e bandeiras fundadoras, tornando-se uma central de conciliação e governista. (ABRAMIDES, 2014; ABRAMIDES, CABRAL, 1995; MATOS, 2009).

Assim, a Fenas passa a impulsionar e a incentivar a criação ou a reabertura dos sindicatos de assistentes sociais, totalizando hoje quatorze sindicatos: Sindicato dos Assistentes Sócios do Acre (SINDSOCIAL), Sindicato dos Assistentes Sociais do Amazonas (SASEAM), Sindicato dos Assistentes Sociais do Pará (SINASPA), Sindicato dos Assistentes Sociais do Maranhão (SASEMA), Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará (SASEC), Sindicato dos Assistentes Sociais de Pernambuco (SINDASPE), Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas (SASEAL), Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe (SINDASSE), Sindicato dos Assistentes Sociais da Bahia (SASB), Sindicato dos Assistentes Sociais do Distrito Federal (SAS-DF), Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro (SASERJ), Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná (SINDASP), Sindicato dos Assistentes Sociais de Barretos e Região (SASBR-SP) e Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul (SASERS).

Apesar do direcionamento da sindicalização por ramo de atividade pelo conjunto CFESS/CRESS e reabertura e/ou criação de sindicatos de assistentes sociais, a taxa de sindicalização ou filiação a entidade similar dos assistentes sociais, a pesquisa do DIEESE (2015) supracitada, indica uma queda de 29,7% vinte e nove e sete décimos por cento, em 2004, para 18,5% .

A queda do número de sindicalização dos assistentes sociais, quando contraposta ao aumento do número de sindicatos da categoria articulada à ausência de pesquisas sobre o tema, trazem diversas perguntas: como tem se dado o processo de reabertura dos sindicatos de assistentes sociais? De que maneira se dá a relação desses com as demais entidades da categoria? Quais as perspectivas políticas desses sindicatos?

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar histórica e sistematicamente o processo de manutenção na década de 1990 e de reabertura ou da fundação, até o ano de 2015, dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil, buscando identificar as suas determinações, bem como os significados políticos e os impactos para a organização política da categoria. Para tanto, objetivos específicos são: a) contextualizar o processo histórico de criação

e resistência dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil; b) apurar a trajetória dos sindicatos de assistentes sociais que foram fundados ou reabertos entre os anos 2000 e 2015; c) compreender as motivações para manter os sindicatos de assistentes sociais no Brasil, na década de 1990, e para reabertura, entre os anos 2000 e 2015; d) realizar um levantamento do número de assistentes sociais sindicalizados nos sindicatos de categoria; e) fazer um mapeamento das vinculações políticas e ideológicas dos membros das atuais diretorias; f) averiguar como se dá a relação dos sindicatos de assistentes sociais pesquisados com o Conjunto CFESS-CRESS;

Para alcançar as finalidades, foi realizada uma pesquisa social, que “utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social [...] entendida aqui em sentido amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais” (GIL, 1995, p. 43)

Nesta perspectiva, no estudo se utilizou o método materialista histórico-dialético, uma vez que, buscou-se analisar o objeto mediante à totalidade social em sua contextualização histórica, percebendo as dimensões materiais, sociais, culturais e políticas que o circundam.

A escolha por esse método decorre do fato de se compreender que a realidade é concreta, portanto, trata-se da síntese de múltiplas determinações e se apresenta em primeiro momento como caótica, pois o concreto é a “unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência também, o ponto de partida da intuição e da representação” (MARX, 2011, p. 54). Com isso, é preciso buscar categorias mais simples, abstratas, como modo de compreender a realidade concreta. Assim, “o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental” (MARX, 2011, p. 54-55). Esse primeiro passo é compreendido como “caminho de ida” e começa a partir do real e do concreto, “que aparecem como *dados*; pela análise, um e outro elemento são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chegar-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples” (NETTO, 2011a, p. 42).

Após, chega-se a determinações, é preciso remeter às abstrações realizadas a realidade (ao concreto), assim, “teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, [...] mas, desta vez, não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de

determinações e relações diversas” (NETTO, 2011a, p.43). Segundo Netto (2011a), para Marx, essa “viagem de volta” é o método adequado de elaboração teórica.

Nesta pesquisa, entende-se como parte do caminho de ida o estudo do objeto (da particularidade do concreto ou da realidade a ser investigada), a leitura dos debates sobre o tema, a busca por suas categorias mais simples para sua compreensão, sua historicização, fazendo parte desse processo a pesquisa de campo e documental. O caminho de volta é representado na análise dos dados coletados e sua compreensão a partir das abstrações do concreto estudado, entendendo o objeto estudado em sua totalidade, não mais caótico (agora rico em determinações).

É importante ressaltar que o método supracitado não indica uma fórmula de pesquisa, apenas uma forma de compreender a realidade e realizar pesquisas para apreendê-la, portanto, o método deve ser pensando e adequado ao objeto a ser pesquisado. Além disso, compreendo os limites materiais dessa investigação.

Serão utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa, pois se entende que não existe dicotomia entre essas perspectivas. Como afirma Martinelli (1999 p. 27), a “relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e articulação” .

Para esta investigação, o seu caráter quantitativo é justificado por ser considerada mais adequada para trazer dados numéricos e apreender “as circunstâncias materiais, as condições de vida das pessoas [...] informando-me, por exemplo, o salário de um determinado sujeito, o montante de despesas que tem” (MARTINELLI, 1999, pp.22-23). Serão utilizados dados já divulgados de acesso público.

A perspectiva qualitativa também é escolhida, pois “pesquisas qualitativas [...] muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos” (MARTINELLI, 1999, p.25). Portanto, é apropriada para “o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa” (Idem, p.24). Tendo um caráter político indissociável, pois todo pesquisador possui um projeto político em quem se apoia para pensar (MARTINELLI, 1994). Uma vez que como afirma Netto (2011a) não existe neutralidade na pesquisa, porém é necessária a objetividade da pesquisa, seguindo a trajetória indicada pelo objeto para compreendê-lo.

Esta pesquisa pode ser classificada como descritiva e explicativa, pois os estudos descritivos “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1995, p.28).

Assim, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles (ANDRADE, 2009). E a investigação explicativa é “o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 1995, p. 28).

Seguindo os preceitos éticos, o projeto vinculado a esta pesquisa passou por aprovação no Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba – UFPB -, submetido para avaliação na Plataforma Brasil. Apenas após aprovação, iniciou-se a pesquisa de campo, em que se buscou cumprir as diretrizes e as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, contidas na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)¹³, bem como também respeitou os aspectos éticos para pesquisa com seres humanos estabelecidos na Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. A participação dos sujeitos foi condicionada à compreensão e à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de resguardar ética e juridicamente os participantes e a pesquisadora, bem como resguardar o anonimato dos participantes.

Nessa perspectiva, foram investigados os sindicatos de serviço social que se mantiveram abertos na década de 1990, e os que reabriram ou foram fundados entre os anos 2000 e 2015¹⁴. Em primeiro momento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema com a finalidade de conhecer e de se apropriar do objeto de estudo. O material utilizado como base de pesquisa, suas fontes, podem ser livros, teses, dissertações, artigos, jornais, revistas, etc (LIMA; MIOTO, 2007). Além de legislações referentes às questões trabalhistas e ao Serviço social, Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão, entre outros, pesquisas publicadas que evidenciavam dados sobre a temática e publicações acadêmicas sobre ao objeto de estudo, desenvolvidas através da investigação de intelectuais, como Ricardo Antunes (1999), Giovani Alves (1999;2013), Elaine Behring (2008), Iamamoto (2012), Abramides (1995¹⁵; 2006), Duriguetto (2011; 2014)¹⁶, entre outros estudiosos apresentados no decorrer deste trabalho.

¹³ Ao se considerar a Resolução Nº 466/2012 do CNS, compreende-se como risco da pesquisa um possível constrangimento ao responder algumas das perguntas do questionário ou entrevista. Alerta-se que a pesquisadora se compromete em tentar evitar ou minimizar tal risco. Não havendo outros riscos previsíveis.

¹⁴ O recorte temporal é justificado pela criação da Fenas, no ano 2000.

¹⁵ Livro escrito em parceria com Cabral, citado nas Referências Bibliográficas deste projeto.

¹⁶ Nas duas obras citadas Duriguetto é organizadora, na primeira (2011) em parceria com Montão e na segunda (2014) juntamente com Abramides; ambas as obras estão citadas nas referências bibliográficas deste projeto.

Para iniciar a coleta de dados, foi consultado o site da Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS), sob o qual informava que, até aquela data, (o site foi consultado para tal levantamento pela última vez em maio de 2016) haviam abertos e ativos 14 sindicatos de assistentes sociais no Brasil, como supracitado.

Ao realizar um primeiro contato com os sindicatos (através de e-mails e de telefones informados pelo site da FENAS e páginas no facebook), foi descoberto, através do contato com a presidente do sindicato e também membro da diretoria da FENAS, que o Sindicato de Assistentes Sociais de Barreto e Região estava em processo de inativação. Mesmo sob orientação da CUT, acredita-se que seja mais estratégico articular a reativação do Sindicato de Assistentes Social do Estado de São Paulo, inativo em 1993, segundo a referida presidente.

Após alguns meses de tentativas, conseguiu-se realizar contato com todos os sindicatos, em que se informou metodologia, objetivos da pesquisa e forneceu o modelo do questionário a ser aplicado (este passou por poucas modificações até a versão da aplicação da pesquisa). Com isso, dos treze, apenas quatro sindicatos recusaram participar da pesquisa: três nunca retornaram às diversas ligações e ao e-mail, sempre informavam que não haviam recebido nenhuma tentativa de comunicação ou a diretoria ainda não havia discutido quanto à participação; e um informou que a diretoria não aprovou a participação, pois consideraram que participar da pesquisa iria “dar trabalho” e estão ocupados “na luta”, na rua, tendo pouco tempo disponível, também consideraram as perguntas do questionário muito pessoais além de questionar sobre o CRESS.

Os nove sindicatos que aceitaram participar enviaram Cartas de Anuência para submissão do projeto no Comitê de Ética através da Plataforma Brasil. Desses, quatro presidentes aceitaram participar da pesquisa de imediato, sem consulta ao restante da diretoria. Após aprovação, retornou-se o contato para realização da pesquisa, em que se constatou que um dos sindicatos ativos que aceitaram participar da pesquisa, na verdade, estava praticamente sem funcionamento, pois havia sido reativado recentemente, estava em seu primeiro mandato e os membros da sua diretoria haviam assumido cargos no Governo do Estado, trazendo um processo de esvaziamento ao sindicato e às suas atividades, também foi informado que possuíam poucos filiados, uma vez que não houve tempo hábil pela diretoria de realizar campanha para filiação. Apesar disso, insistiu-se em realizar a pesquisa, porém apesar dos vários contatos, e do envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por dois membros da diretoria (uma dessas, apesar

de assistente social, trabalhava como secretária do presidente do sindicato em seu cargo no Governo, não foi informado o cargo que ele ocupava), o questionário não foi enviado por e-mail, o presidente alegava falta de tempo para terminar de responder. Colocou-se a opção de aplicar por meio de ligação, que poderia ser gravada com consentimento do entrevistado, marcamos algumas vezes, mas não obtivemos sucesso.

Além disso, outros quatro sindicatos não deram retorno quanto à resposta do questionário. Foram realizados contatos por e-mail e telefone, um informava que a diretoria estava respondendo e logo retornariam, os outros quatro não retornavam os e-mails e nas ligações afirmavam que não haviam recebido ou a diretoria ainda iria se reunir para decidir como responderiam, entre outras justificativas. Assim, apenas cinco sindicatos participaram da pesquisa: um corresponde a um dos sindicatos que nunca encerraram suas atividades (ou seja, trata-se de um dos quatro sindicatos que se mantiveram abertos), que será abordado nos dados como “SINDICATO 1”, sua localização como “ESTADO 1”, “MUNÍCIPIO 1” e os membros da diretoria como PRESIDENTE 1, DIRETORIA 1, assim sucessivamente; e os demais quatro são sindicatos que foram reabertos após o ano 2000. Seguindo o raciocínio acima, serão tratados como “SINDICATO 2”, “SINCATO 3” e assim, consecutivamente.

A pesquisa de campo realizada com os membros das diretorias não foi exigida um número mínimo ou máximo de participantes, ficando essa decisão a ser tomada pelas diretorias sindicais em acordo com as suas particularidades. Então, exigiu-se apenas a participação dos presidentes ou vice-presidentes ou diretores com cargo equivalentes dos sindicatos de assistentes sociais supracitados e foi requisitada a todos os participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nesta etapa, também se solicitou aos sindicatos investigados as atas das assembleias de fundação, notas públicas, relatórios de atividades e atas das assembleias realizadas no ano de 2015.

Quanto à coleta de dados, quatro sindicatos estavam localizados na região Nordeste do país e, com isso, foram realizadas visitas presenciais para coleta de dados, em que foram feitas entrevistas semi-estruturadas, gravadas com a permissão dos participantes. Apenas um, SINDICATO 5, foi enviado o questionário estruturado¹⁷ via e-mail, que retornou impresso, via correios, respondido. Os questionários estruturados e entrevistas semi-estruturadas têm o mesmo

¹⁷ Nestes sindicatos serão realizados questionários estruturados enviados por e-mail, devido à falta de recursos financeiros para se realizar visitas nos treze sindicatos que se busca investigar.

conteúdo, sendo divididos em duas partes. A primeira será comum a todos os sindicatos e a segunda tem duas versões: uma específica para os sindicatos que se mantiveram resistentes ao fechamento na década de 1990, e outra própria para os que se fundarão ou foram reabertos entre os anos 2000 e 2015.

Pretendia-se coletar documentos que colaborassem para compreender a dinâmica e as ações sindicais, principalmente, atas e relatórios de atividades. Porém, não foi alcançado com sucesso: SINDICATO 1 deixou a pesquisadora à vontade, forneceu as atas de eleição, alguns folhetos informativos produzidos pelo sindicato, bem como acesso a documentos sobre a história do sindicato, ANAS, FENAS, porém estava tudo desorganizado, com cupim, poeira e foi difícil coletar informações, pois além disso, haviam acabado de realizar uma mudança para uma nova sede; SINDICATO 2 e SINDICATO 3 forneceram as atas de eleição e reabertura do sindicato e folhetos informativos; o SINDICATO 4 entregou apenas boletins informativos, recusou entregar cópia da Ata de reabertura dos sindicatos e, quando foi indagado que essa ata é um documento público, respondeu que era um documento público no cartório e a pesquisadora poderia ir até ao cartório solicitar uma cópia. A informação sobre o cartório de registro foi incompleta e fez com que a pesquisadora fosse ao cartório errado, devido ao tempo, distância entre os cartórios e a data do retorno, não foi possível o acesso a referida ata; e o SINDICATO 5, o único em que não se realizou entrevista, solicitou-se as atas escaneadas ou cópias, mas não foram enviadas pela diretoria.

Apesar de não acrescentarem muitas informações às entrevistas, as atas forneceram acesso às últimas diretorias eleitas nos sindicatos, algumas votações. O não acesso a atas de reuniões foi justificado pela não organização dos documentos ou por serem momentos de debates internos nas diretorias.

Todas as entrevistas (SINDICATO1,2,3,4) contaram com a participação das presidentes. Na entrevista do SINDICATO1, participaram além da diretoria, uma conselheira fiscal e uma suplente de diretoria. Essas participaram e participam ativamente do sindicato e já compuseram várias diretorias, inclusive, como presidente. Essas duas são as que mais responderam às perguntas e uma delas é candidata à vereadora pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). No SINDICATO2, participaram a presidente e uma diretora, a presidente estava candidata à vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No SINDICATO 3, participaram cinco membros da diretoria e no SINDICATO4, a presidente e uma conselheira

fiscal, uma diretora do SINDICATO⁴ também estava candidata à vereadora em uma cidade do interior na legenda do Partido Progressista.

Assim, a partir da apropriação bibliográfica e documental, bem como dos dados e das informações da pesquisa de campo, buscou-se constituir uma análise sobre o processo de manutenção e reabertura dos sindicatos de assistentes sociais a partir de 2000. Ao observar as questões que atravessam o debate do objeto deste trabalho, desenvolve-se a exposição na seguinte estrutura: nesta introdução, contextualizam-se as motivações e o objetivo do trabalho, bem como os aspectos relacionados à pesquisa de campo.

Posteriormente, no segundo capítulo, aborda-se uma breve contextualização sobre a mundialização do capital, seu processo de reestruturação produtiva e de intervenção estatal neoliberal e os impactos para a classe trabalhadora. Também, busca-se abordar as particularidades brasileiras.

O terceiro capítulo versa sobre a história do sindicalismo no Brasil, e no quarto, situam-se as peculiaridades do Serviço Social, bem como sua relação com o contexto supracitado, entendendo que a profissão está inserida na divisão sociotécnica do trabalho coletivo, em que se destaca seu projeto profissional e sua organização política sindical dos anos de 1960 até a atualidade.

Acrescenta-se, então, que apesar das dificuldades presentes no processo de investigação, este trabalho busca colaborar com o debate acerca da organização sindical dos assistentes sociais ao resgatar, historicamente, a trajetória dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil, participantes da pesquisa, bem como contextualizar sua atuação e perspectivas políticas.

2 O CONTEXTO HISTÓRTICO, ECONÔMICO, SOCIAL DA CONTEMPORANEIDADE E OS IMPACTOS PARA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA¹⁸

A fim de compreender o objeto de estudo desta pesquisa – processo de sindicalização dos assistentes sociais – é necessário analisar os contextos econômicos, sociais e históricos do capitalismo na atualidade, para, com isso, compreender os impactos para a organização da classe trabalhadora, e dos assistentes sociais como seguimento profissional dessa classe, o que se faz em seguida.

2.1 Breve contextualização histórica, econômica e social da crise capitalista.

Segundo Harvey (2014), o fordismo data simbolicamente de 1914, ano que Ford estabelece oito horas por dia de trabalho e cinco dólares como recompensa aos trabalhadores da linha automática de montagem de carros de Dearborn, Michigan. Enquanto, “Os Princípios da Administração científica” foi publicada em 1911, obra de Taylor que “descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo de movimento” (p. 121).

Porém, a implementação do fordismo e do taylorismo como padrão dominante de produção ocorre de forma complexa, em um contexto de formações dos oligopólios e amadurecimento do capitalismo monopolista, formas de enfrentamento da crise capitalista, com destaque a Grande Depressão dos anos de 1930 e a “mobilização da época da guerra também implicou planejamento em larga escala, bem como uma completa racionalização do processo de trabalho, apesar da resistência do trabalhador à produção em linha de montagem e dos temores capitalistas do controle centralizado” (Ibid., p. 123). Bem como, uma nova racionalização e

¹⁸ As elaborações presentes neste capítulo foram apresentadas no Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará, de Sousa (2014), intitulada “Espaços sócio-ocupacionais dos (as) assistentes sociais nas ONGs: condições e processos de trabalho na contemporaneidade”, tratando-se, portanto, de uma continuação das reflexões presentes no referido estudo, em que se buscou aprofundar em acordo com a especificidade do objeto de investigação desta dissertação.

intervenção estatal, o que ocorre no período Pós- II Guerra Mundial, expressando um período de expansão capitalista que perdurou até o início da década de 1970.

Mas o crescimento fenomenal de expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso - resultou de anos de luta.

A derrota dos movimentos operários radicais que surgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo. (HARVEY, 2014, p. 125).

Sobre o contexto de disputas políticas terrenos para transformações, é imprescindível citar as conquistas de direitos sociais e trabalhistas pela luta do movimento operário europeu, a pressão político-ideológica com a existência do bloco socialista aliada ao fortalecimento dos partidos comunistas com o fim da guerra e a ascensão dos partidos socialdemocratas, trabalhistas e socialistas ao poder em diversos países (MANZANO, 2013).

Em geral, pode-se caracterizar o modelo de produção taylorista/fordista como “baseado na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*” (ANTUNES, 2002, p.36), em uma racionalização do processo de trabalho visando o aumento do ritmo de trabalho, com forte divisão do trabalho e hierarquia funcional, fragmentação das atividades em tarefas mecânicas e repetitivas, além de vincular os aumentos salariais aos ganhos de produtividade e uma produção voltada para o consumo em massa (Ibid.).

Em relação aos papéis assumidos pelo trabalho organizado (HARVEY, 2014), tem-se os “acordos” entre as grandes organizações de trabalhadores e o capital (o grande capital e a nação-Estado), que trouxeram conquistas no âmbito da regulação e direitos trabalhistas e avanços das políticas públicas como garantias sociais de responsabilidade do Estado, trata-se aqui em um dos “papéis do Estado” – nos países avançados, com particularidades em cada região. Essa forma de intervenção estatal não chega nos países de capitalismo periférico –, em uma forma de intervenção estatal conhecida como keynesianismo ou Estado de Bem-Estar Social.

Uma forma de sociabilidade fundada no “compromisso” que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista. Além disso, esse “compromisso” tinha como sustentação a enorme exploração do trabalho realizada nos países do chamado Terceiro Mundo, que estavam totalmente excluídos desse “compromisso” social-democrata (ANTUNES, 2002, p.38-39).

Esse modelo conhecido como fordista-keynesiano apresenta sinais de esgotamento em meados da década de 1970, mergulhando o capitalismo internacional em mais uma crise sistêmica. Em face disso, o padrão de acumulação existente começa a ser questionado e o grande capital e seus formuladores passam a perseguir saídas para a crise que tem na “crise do petróleo” desencadeada em 1973 seu estopim.

Para efeito dessa pesquisa, interessa argumentar que essa crise é caracterizada por estudiosos marxistas, com destaque para o húngaro István Mészáros, como estrutural, não se tratando apenas de mais uma crise cíclica. Ao abordar as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização –, explicita que uma crise cíclica que podem ter duração prolongada e serem severas, como a crise do final da década de 1920, “afetam diretamente uma das três dimensões e *indiretamente*, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os *limites últimos* da estrutura global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 798). As crises estruturais advêm das três dimensões internas, afetando “a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com as suas partes constituintes ou sucomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (Ibid., p. 796). Assim, a principal diferença entre a crise estrutural e as crises periódicas, é que a primeira atinge a totalidade do complexo social e não pode ser solucionada dentro dos parâmetros sistêmicos, enquanto a segunda atinge apenas alguns aspectos do complexo social, tendo condições de ser solucionada dentro dos padrões do sistema.

O autor destaca a capacidade do capitalismo de minimizar os efeitos da crise estrutural, como evidenciado na seguinte citação:

Seria tolo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua. Não obstante, o fato de que a maquinaria esteja sendo posta em jogo com frequência crescente e com eficácia decrescente é uma medida apropriada da severidade da crise estrutural que se aprofunda (MÉSZÁROS, 2011, p. 796).

Conforme Mészáros (2009; 2011) quatro aspectos caracterizam a crise estrutural, ou seja, a atual crise capitalista: 1) seu caráter universal, não se restringe a uma esfera particular; 2)

seu alcance global, não se restringindo a um conjunto limitado de países; 3) sua escala de tempo é contínua ou “permanente” não se restringe a um tempo limitado e/ou cíclico como as crises anteriores; 4) não apresenta apenas grandes colapsos, mas se desenvolve de forma gradual, o que não exclui momentos de “explosões”, podendo ser caracterizada como rastejante (MÈSZÁROS, 2009;2011).

Outro fator importante é que a crise estrutural não está relacionada aos limites absolutos do capital, por exemplo, o limite da natureza de fornecer matéria-prima para produção, de recursos energéticos, etc. No entanto, trata-se de que as três dimensões fundamentais de autoexpansão do capital evidenciam abalos cada vez maiores, tendendo a romper o processo de crescimento e apresentar uma falha no processo de deslocamento das contradições acumuladas no sistema capitalista; e seus interesses deixam de coincidir. Além disso, não se restringe à esfera socioeconômica, mas apresenta-se também na crise “sociedade civil”, que “reverbera ruidosamente em todo o aspecto das instituições políticas [...]”. Realmente a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral” (MÈSZÁROS, 2011, p. 800).

Dessa forma, nas últimas décadas, o capitalismo tem períodos mais curtos de expansão e crises mais constantes, por exemplo: quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos em 1987, crise imobiliária no Japão em meados de 1990, crise asiática em 1997, crise dos fundos em 1998, crise cambial no Brasil, México e Argentina em 2001, crise imobiliária nos Estados Unidos em 2008 e a recente e ainda contínua crise nos países europeus.

Como forma de solucionar ou administrar essa crise, o capitalismo consolida modificações, dentre as quais se destaca, para fim de elucidação do objeto desta investigação, a mundialização¹⁹ do capital. Esta, não se trata de um “processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas. Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade” (CHESNAIS, 2001, p. 12). Não significa, portanto, a superação dos Estados Nacionais, a hierarquização, dominação política e de dependência entre esses (Ibid).

A mundialização do capital consolida-se em um contexto do “capitalismo financeiro”, que envolve a fusão do capital bancário com o capital industrial, ocasionando concentração e

¹⁹Termo utilizado por François Chesnais, para ver mais: CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

centralização da produção, ancorando-se nos grupos transacionais. “As empresas industriais associam-se às instituições financeiras [...], que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com suporte dos Estados Nacionais” (IAMAMOTO, 2012b, p.108), tendendo ao crescimento através da especulação, da desregulamentação e da liberalização econômica e financeira.

Alves (1999) caracteriza a mundialização do capital em quatro aspectos: o primeiro refere-se à valorização do capital em seu formato de “dinheiro”, em que se destaca a atuação das instituições financeiras não-bancárias – fundos de pensão e aposentadoria, grupos de seguro, fundos mútuos de investimentos²⁰ –, que adquirem ações no mercado financeiro de grandes corporações industriais, títulos da dívida pública dos Estados Nacionais, etc. Formando uma burguesia rentista ou uma “oligarquia financeira” (IAMAMOTO, 2012b), que apesar de não investir diretamente na esfera produção, lucra de forma secundária com a financeirização do capitalismo e compõe a gestão dos monopólios.

O segundo aspecto é o incremento e o grande protagonismo assumido pelos Investimentos Externos Diretos - IED. Esta modalidade de exportação de capitais e internacionalização da produção molda uma nova forma de interdependência entre os Estados Nacionais, por meio dos quais, o grande capital transnacional se apropria de capitais menores, agravando, dessa forma, os processos de concentração e de centralização de capitais. Segundo Behring (2008, p. 42), o IED não se reduz a transações pontuais, pois “dá origem a fluxos de produção, comércio e repatriação de lucros de mais largo prazo”, implicando em “transferências patrimoniais e de poder econômico” pela fusão e pela aquisição de tecnologias e capitais locais, bem como pela exploração da força de trabalho doméstica. Em conformidade com aumento do IED, ocorre, também, a reestruturação produtiva e a implantação do modelo toyotista de organização da produção e do trabalho.

Somados a isso, outros três fatores contribuem para a mudança nas relações internacionais entre os países:

²⁰Os fundos mútuos de investimentos “são compostos por depósitos de muitos agentes superavitários. Cada fundo de investimento pode ser formado por centenas de milhões de reais, provenientes de diversas pessoas ou famílias muito ricas e que não fazem uso produtivo do dinheiro, ou mesmo lucros de outras empresas que, no momento em questão, não estão utilizando esses lucros para investimentos produtivos, em seus próprios negócios” (MANZANO, 2013, p. 135).

(1) crescimento contínuo dos fluxos de trocas intrafirmas, (2) da disseminação de novas modalidades para acordos interempresas quanto à transferência internacional de tecnologias (indo além da concessão de franquias e do comércio de patentes), o que implica a possibilidade das empresas e de alguns países capitalistas terem novos acessos a novos conhecimentos e às tecnologias-chave e (3) o surgimento de novos tipos de empresas multinacionais com formas organizacionais tipo “rede”. (ALVES, 1999, p.61).

Ainda de acordo com Alves (1999), a maior interpenetração entre os capitais dos vários países explicita a terceira característica deste processo de mundialização do capital. Este fenômeno que demarca a contemporaneidade do capitalismo mundial estabelece novas relações entre os Estados Nacionais ao facilitarem os fluxos transnacionais, seja na sua forma industrial ou financeira, originando diversas fusões e aquisições internacionais.

E, por fim, o acirramento da competição e a concorrência entre grandes empresas monopolistas pelo controle do mercado mundial conformaram grandes corporações internacionais a partir do incrementado dos processos de concentração e a centralização do capital. Esse processo beneficia economicamente e politicamente, segundo Alves (1999), os países que compõem a tríade Estados Unidos, Japão e alguns países da União Europeia.

Iamamoto (2012) afirma a existência de duas grandes fases da globalização do capitalismo: a primeira, de 1982 a 1994, tendo por fundamento a política da dívida pública, subjugou vários países dependentes, que viram sua renda líquida drenada em benefício dos lucros dos capitais rentistas internacionais. O endividamento destas nações periféricas se deu envolto da emissão de títulos da dívida pública²¹, emitidos pelo Tesouro dos Estados nacionais, que são adquiridos por bancos e outros agentes associados à oligarquia financeira mundial. Estas grandes corporações nacionais e internacionais passam à condição de credores do Estado, criando, assim, a “indústria da dívida”.

De acordo com Iamamoto (2012, p. 117), os serviços da dívida pública são “o maior canal de transferência de receita em benefício dos rentistas. Sob o efeito das taxas de juros elevadas, superiores à inflação e ao crescimento do produto interno bruto, o endividamento dos governos cresce exponencialmente”. As altas taxas de juros favorecem a burguesia rentista e geram uma pressão sobre o Estado que “passa a ser ‘reduzido’ na satisfação das necessidades das

²¹Com os títulos da dívida pública os rentistas “emprestam” aos Estados certa quantidade de dinheiro ao investirem nesses títulos, dessa forma os Estados devem lhes pagar juros sobre o valor emprestando. Segundo Giovanni Alves (1999, p.69), “Os títulos da dívida pública são a ‘pedra angular’ dos mercados financeiros contemporâneos. Marx, citado por Chesnais, diz que ‘a acumulação do capital da dívida pública não significa outra coisa, a não ser o desenvolvimento de uma classe de credores do Estado, que são autorizados a recolher para eles certas somas do montante dos impostos’ (“O Capital”, livro III, cap.XXX)”.

grandes maiorias, visto que o fundo público é canalizado para alimentar o mercado financeiro” (IBID., p. 118).

Nesse contexto, a luta de classes entre capital e trabalho ganha expressão, também, na disputa pelo orçamento público dos Estados Nacionais. Está em causa, aqui, a efetivação dos direitos sociais e políticas públicas que atendem à grande maioria da população ou, ao contrário, a garantia dos interesses do capitalismo, em especial, do capital financeiro. Segundo Salvador (2010, p. 607), o orçamento público configura-se em um espaço de disputa e luta política, local em que as “diferentes forças da sociedade buscam inserir seus interesses. Na sua dimensão política, o orçamento pode ser visto como uma arena de disputa ou um espaço de luta (ou cooperação) entre os vários interesses que gravitam em torno do sistema político (Inesc, 2006)”.

O fundo público²² é a maior expressão do orçamento público dos Estados Nacionais, e, no contexto da “indústria da dívida pública”, grande parte desse fundo é destinado para pagamento dos juros das dívidas, fortalecendo e alimentando o capital financeiro. No Brasil, por exemplo, a utilização do orçamento público é aprovada pelo Congresso Nacional, na Lei Orçamentária Anual (LOA) e em 2017, o país transferiu para os grandes bancos, mediante pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública Federal²³, 986 bilhões, 110 milhões e 833 mil reais, o equivalente ao pagamento de 2,7 bilhões de reais por dia.

Em relação ao segundo estágio da globalização, a partir de 1994, Iamamoto (2012, p.118, grifos do autor) afirma que “*os mercados das bolsas de valores (compra e venda de ações) ocupam o cenário, com a compra de ações dos grupos industriais pelas instituições financeiras, que apostam na lucratividade futura dessas empresas*”. Diante disso, estes mercados especulativos passam a ter domínio sobre tais empresas, mantendo o monopólio tecnológico, interferindo nas relações de trabalho, produção, pressionando sobre a lucratividade, entre outros aspectos.

Em suma, na atual etapa de mundialização do capital, os grupos industriais transnacionais associados a instituições financeiras, bancárias ou não-bancárias comandam os processos de acumulação, cada vez mais concentrado e centralizado. No que se concerne a financeirização da economia, o chamado por Iamamoto (2012b) de fetiche das finanças, propaga

²²Para ver mais sobre o fundo público: SALVADOR, Evilasio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

²³ Conferir em Auditoria Cidadã da Dívida: <https://auditoriacidadad.org.br/entenda-os-numeros-do-dividometro-e-do-estoque-da-divida/>

a ideia de que na esfera das finanças é possível a valorização do capital independente dos processos produtivos, “como se fosse possível frutificar uma massa de rendimentos, independente, da produção direta [...] A esfera estrita das finanças [...] Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito” (IBID., p. 109).

Dois outros processos de transformações capitalistas acompanham conjuntamente a mundialização do capital: 1) uma forma de intervenção estatal que possibilite a desregulamentação e a flexibilização dos mercados, o neoliberalismo; 2) uma reestruturação na esfera da produção pela adoção de métodos organizativos e de gestão inspirados no toyotismo. “No bojo da ofensiva do capital na produção (o complexo de reestruturação produtiva) e da ofensiva do capital na política (a política e a ideologia neoliberal) que se dá o ‘ponto de partida’ para a mundialização do capital” (ALVES, 1999, p.59).

Em seguida, abordam-se elementos desses dois processos de forma separada, mas como já foi ressaltada a mundialização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são interdependentes, faces das respostas do capital a sua crise estrutural.

Alves (2013) afirma fordismo foi imprescindível para à emergência de uma produção e reprodução social e econômica baseada na flexibilização. Assim, não se deve compreender a reestruturação produtiva ou a acumulação flexível²⁴ como mera ruptura do modelo fordismo/taylorismo, uma vez que “articula um conjunto de elementos de *continuidade* e *descontinuidade*, que acabam por conformar algo relativamente novo e bastante distinto do padrão taylorista/fordista” (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 14). Em linhas gerais, fundamenta-se em uma racionalidade da produção marcada pela flexibilização²⁵, na produção, nas relações de trabalho, bem como nas relações sociais, com a incorporação de novas técnicas de gestão da

²⁴Termo utilizado por David Harvey, para ver mais: HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens na mudança cultural*. 25 Ed. São Paulo: Loyola, 2014.

²⁵É necessário esclarecer que a flexibilização, também não é uma nova característica nova para o capitalismo, Marx (1985 apud ALVES, 1999) aponta a flexibilização como necessária para a indústria moderna, a variação do trabalho. Mas, com a mundialização do capital “sob a ofensiva neoliberal, a categoria da flexibilidade se desdobra e adquire múltiplas determinações no interior do complexo de produção de mercadorias, assumindo, deste modo, novas proporções, intensidade e amplitude. A categoria da flexibilidade não se restringe apenas à ‘maior versatilidade possível do trabalhador’. A flexibilidade torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção [...], assumindo, deste modo, uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações (Salerno salienta, por exemplo, oito dimensões da flexibilidade – a flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intra-empresa e flexibilidade social extra-empresa) (Salerno, 1995)” (ALVES, 1999, p.87)

formada e trabalho e larga utilização de tecnologia no processo produtivo e de serviços, chamado toyotismo ou modelo japonês (pois, inspira-se na experiência japonesa do pós-segunda guerra mundial). (ANTUNES; DRUCK, 2014). A reestruturação produtiva aliada ao avanço neoliberal (abordado posteriormente) ocasionam uma nova forma de flexibilização do processo de trabalho e intensificação da exploração da força de trabalho²⁶.

Na medida em que sob o capitalismo fordista o consumo fetichizado ocupou tempo de vida e lazer, criaram-se as condições sociometabólicas para que o tempo de vida esvaziado de conteúdo se tornasse tempo de trabalho estranhado e fetichizado nas condições do capitalismo toyotista. Portanto, antes de ser reduzida a trabalho abstrato fictício, a vida foi esvaziada de conteúdo efetivamente humano pelo consumo fetichista. (ALVES, 2013, p. 125)

Conforme Harvey (2014, p.28), a acumulação flexível trata-se de “um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, sendo caracterizada pelo aparecimento de “setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”, articulada a modificações do desenvolvimento desigual entre setores e regiões, como por exemplo, o aumento do setor de serviços. E ainda, “um novo movimento que chamarei de ‘compreensão do espaço-tempo’ no mundo capitalista”, que se trata da maior agilidade na comunicação e, portanto, “tomada de decisões privada e pública”, pelos avanços tecnológicos da comunicação via satélite ou pelo barateamento do transporte. Esse movimento de flexibilidade e mobilidade também concedem novas maneiras de pressão e exploração aos trabalhadores.

Segundo Antunes (2002, p.54-55), o toyotismo se diferencia do fordismo em oito aspectos básicos: 1) a produção de mercadoria é voltada para a demanda do mercado, sendo “variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneização fordista”; 2) baseia-se no trabalho em equipe e na polivalência, em que os trabalhadores possuem multifunções; 3) “num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas”; 4) aproveitamento máximo do tempo de produção, o *just in time*; 5) estoques

²⁶É preciso salientar o capitalista sempre teve como característica a exploração ao máximo possível o trabalho assalariado, essa não é uma característica própria apenas do modo de acumulação flexível, o que existe de novidade são as novas formas como isso se realiza, com a flexibilização e mundialização, e os impactos para a classe trabalhadora ou “classe que vive da venda de sua força de trabalho”.

mínimos, “funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para a reposição de peças e de estoque”; 6) possui uma estrutura horizontalizada, as indústrias passam a produzir apenas o que lhes é peculiar diminuindo a quantidade da produção por fábrica, sendo o restante destinado a terceiros – terceirização – que tendem a incorporar este método de produção toyotista; 7) organiza grupos de trabalhadores a fim de discutir seu trabalho, com objetivo de melhorar a produtividade, os chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), “convertendo-se num importante para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalhador, que o fordismo desprezava”; 8) fixou os empregos vitalícios para uma parcela dos empregados das grandes empresas “(cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, em que se presenciava a *exclusão* das mulheres)”, além dos adicionais salariais vinculados à produtividade do trabalhador.

O toyotismo desenvolve-se de modo particular nos diversos países ou região, em acordo com “às condições econômicas, sociais políticas, ideológicas, quanto como à inserção desses países na divisão internacional do trabalho, aos seus respectivos movimentos sindicais, às condições do mercado de trabalho, entre tantos outros pontos” (ANTUNES, 2002, p.57). Por exemplo, o pleno emprego que se reduz consideravelmente, não sendo aceito por mais de 11% das empresas, e a participação dos trabalhadores nos lucros. Assim, “O processo de ocidentalização do toyotismo mescla, portanto, elementos presentes no Japão com práticas existentes nos novos países receptores, decorrendo daí um processo *diferenciado, particularizado e mesmo singularizado de adaptação desse receituário*” (ANTUNES, 2002, p.57, grifos do autor).

Diante disso, versa-se sobre suas características gerais e predominantes. No referido padrão de produção, tem-se a diminuição do tempo de produção e da vida útil dos produtos, aspecto que está relacionado à sua produção heterogênea, de pequena escala, com inovações nos produtos. Antunes (2002, p.50), ao discorrer sobre a qualidade total dos produtos, alega que se trata de uma farsa, pois “quanto mais ‘qualidade total’ os produtos devem ter, *menor deve ser seu tempo de duração*”. Assim, pois, é necessária a redução do tempo de duração ou da “vida útil” do produto para se aumentar a velocidade do processo produtivo e do consumo de novas mercadorias (com o mesmo ou similar valor de uso). E ainda, o aumento do fetiche pelo consumo, levando a uma mudança cultural, em que se cultivam as diferenças, a efemeridade das coisas. Como afirma Harvey (2014, p. 148).

Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala – ao mesmo tempo em que dependeram dela. [...] O tempo de giro que é sempre a chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques *'justi-in-time'* que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). Mas a aceleração do tempo de giro da produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo. [...] A acumulação flexível foi acompanhada no ponto do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilidade todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica.

Quanto às requisições aos trabalhadores, a acumulação flexível requisita trabalhadores polivalentes e multifuncionais e isso não significa a valorização ou a qualificação desses trabalhadores, e sim, configura no “extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto.” (AGLIETTA, 1978:106 apud ALVES, 1999, p. 99). Tem-se ainda, o aumento do setor de serviços (terceirizações, produção em menos escala, etc.), com o “aumento do emprego em serviços, não tanto no varejo, na distribuição, nos transportes e nos serviços pessoais [...] como na assistência, nas finanças, nos seguros e no setor de imóveis, bem como em outros segmentos como saúde e educação” (HARVEY, 2014, p.149).

Assim, a fim de atender as demandas da acumulação flexível ocorre uma desregulamentação das relações trabalhistas com perda de direitos pelos trabalhadores, maior fragmentação da classe trabalhadora, formas precárias de contratação com ênfase à terceirização, conseqüentemente, a larga diminuição do poder de negociação e pressão dos sindicatos. (ANTUNES, 2002).

Alves (1999; 2013) discorre ainda, sobre o processo de aprimoramento da captura da subjetividade do trabalhador para que a produção flexibilizada torne-se possível e eficiente. Essa nova forma de racionalização do trabalho, “significou a vigência da ideologia do individualismo na vida social” (ALVES, 2013, p.97), a qual objetiva-se limitar ou eliminar a consciência e a solidariedade de classe com forte impacto para as lutas classistas.

Além disso, o toyotismo estabelece um estágio de intensificação da exploração da força de trabalho, combinando a extração de mais-valia absoluta e relativa com a flexibilização produtiva. Alves (2013) afirma a existência de um fenômeno de “vida reduzida”, pois o homem dedica grande parte do seu tempo ao trabalho, seja para sua subsistência ou para o consumismo. Desencadeando outro aspecto, a precarização do trabalho, que para Alves (2013, p. 85-86) trata-

se do “desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria”, assim, seriam consideradas formas dessa precarização as mudanças sob “a vigência do capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível”.

Elucida-se no entendimento deste estudo, destarte, em concordância com Antunes (2002) e Alves (1999; 2013), que classe trabalhadora, em uma noção ampliada, diz respeito a todos aqueles que garantem sua sobrevivência através da venda de sua força de trabalho. Dessa forma, incorpora-se

além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno [...] os terceirizados [...] os trabalhadores assalariados da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente submetidos ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital (ANTUNES, 2002, p.103-104).

Essa noção ampliada de classe trabalhadora exclui os “*gestores do capital*, seus altos funcionários, os quais detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados”, bem como rentistas, “os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural *proprietária*” (Ibid., p. 104).

A partir dessa elucidação, seguem-se explanando os principais impactos do referido processo para a classe trabalhadora. Primeiro, o aumento do desemprego estrutural, pois com a incorporação de novas tecnologias e a intensificação da exploração da força de trabalho, a polivalência e a multifunção tende a uma redução de postos de trabalho e números de trabalhadores necessários, por exemplo, com a demissão de funcionários ligados à inspeção, controle de qualidade e manutenção, entre outros, essas atividades passam a ser de responsabilidade do próprio trabalhador que opera as máquinas, envolvido no processo produtivo. (ANTUNES, 2002). Assim, segundo Alves (2013, p. 53) existe uma tendência a

expelir mais ‘trabalho vivo’ da produção de mercadorias, a título de redução de custos, e a incorporar, cada vez mais, ‘trabalho morto’. Cria-se desse modo, não apenas ‘um exército industrial de reserva’, mas sim, um imenso contingente de proletários sobrantes, incapazes de serem absorvidos pela indústria capitalista intensiva em capital.

Em decorrência, intensifica o trabalho informal e a pressão aos trabalhadores formais para se submeter a precárias formas de contratação; diminuem-se os empregos regulamentados presentes no período fordista e aumentam-se as contratações flexíveis – os terceirizados dentro e fora da empresa, os contratos por tempo temporário, subcontratados, etc. –; expande-se o trabalhador *part time*; a utilização de mão de obra imigrante, em geral, ilegal; amplia-se o mercado de trabalho para as mulheres, mas com agravamento da precarização e na contínua divisão sexual do trabalho; e, conseqüentemente, uma redução da remuneração dos trabalhadores (ANTUNES, 2002).

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento na margem de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2014, p.143).

Esses fatores reestruturam o mercado de trabalho. Para Harvey (2014), é complicado traçar um perfil geral dessas novas configurações, pois vai se adequar para atender as necessidades de cada empresa ou região. Um traço comum é a redução do emprego regular e o aumento das formas de contratação flexíveis, em tempo parcial, subcontratado ou temporário. Segundo Harvey (2014, p. 143-144), o mercado de trabalho estrutura-se no centro onde estariam os trabalhadores de tempo integral, com maior segurança, e cobertos por mais direitos trabalhistas, com probabilidade de promoção e de qualificação, devendo ser adaptável, flexível e com disposição para mobilidade, caso necessário, esse grupo tende a diminuir e, em período de crise pelos seus custos, as empresas chegam a subcontratar até empregados de altos níveis na hierarquia empresarial, preservando apenas um pequeno grupo central de gerentes; e nos níveis periféricos, em que um grupo periférico é formado por aqueles empregados que também trabalham em tempo integral e são cobertos pelos direitos trabalhistas, porém não tem perspectiva de promoção e suas funções têm grande disponibilidade no mercado de trabalho, sendo facilmente substituídos e, portanto, com altas taxas de rotatividade, por exemplo, secretárias e pessoas do setor financeiro. E outro grupo periférico pelos trabalhadores com contratos mais flexíveis, são os subcontratados, temporários, terceirizados, etc., possuem menos segurança no emprego que o primeiro setor periférico. As contratações flexíveis podem não ser prejudiciais aos empregados, porém a redução na cobertura dos direitos trabalhistas e a insegurança em relação ao emprego, certamente, são.

Com isso, aumenta-se o setor de autônomos: trabalhadores informais, organizações empresariais domésticas, pequenos negócios. Estas formas de subcontratação organizada oportunizam a “formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista [...] revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não, apêndices do sistema produtivo”. Com expansão de “economias ‘negras’, ‘informais’ ou ‘subterrâneas’” nos países de capitalismo avançado, “levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiro mundista’ e capitalistas avançados” (HARVEY, 2014, p.145).

Bem como, tem-se o aumento dos assalariados no setor de serviços, apesar de ser considerado um novo espaço no mercado de trabalho e esse setor não gera número suficiente de empregos para balancear o desemprego fabril. Posto que, o setor de serviços submete-se à mencionada lógica do mercado de trabalho e de reestruturação organizacional e de gestão, bem como de inserção tecnológica, “o *assalariamento* dos trabalhadores do setor de serviços aproxima-se cada vez mais da lógica e da racionalidade do mundo produtivo, gerando uma *interpenetração recíproca* entre eles” (ANTUNES, 2002, p.111). Por exemplo, “a enorme redução do contingente de trabalhadores bancários no Brasil dos anos de 1990, em função da reestruturação do setor, ou ainda daqueles serviços públicos que foram privatizados e que geraram enorme desemprego” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 338). Ressalta-se, nesse viés, com a elevação dos empregos desse setor, igualmente elevam-se os números de sindicatos nesse setor.

A acumulação flexível aliada ao toyotismo orquestram impactos nas organizações da classe trabalhadora, sejam oriundas das referidas transformações na reestruturação produtiva, com o desemprego estrutural, a diminuição de trabalhadores nas empresas e dos localizados no centro do gráfico, o aumento dos trabalhadores com contratos flexíveis – esses possuem pouco ou nenhum histórico de organização –, a desregulação dos direitos trabalhistas, as novas formas de gestão, como os CCQ e sejam referentes à “*subjetividade* do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão” (ANTUNES, 2008, p.167). Os sindicatos perdem seu de negociação, passam a assumir uma ação “defensiva”, pautada cada vez mais às questões imediatistas e gradualmente reduzem sua atuação na perspectiva classistas, “gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados” (Ibid.). Antunes (Ibid.) atenta que nesse cenário floresce o

sindicalismo de participação em substituição ao sindicalismo de classe, tal participação social pautada nas “acomodações” da social-democracia, desde que não se questione a ordem vigente, em um momento que a esquerda sindical, majoritariamente, não busca novas alternativas socialistas.

Fator intensificado pelo o sindicalismo de empresa, organizados no interior da empresa com representantes dos empregados e patrões. Pelas organizações patriarcais, paternalistas, informais e do “terceiro setor”, que não se configuram como terrenos de fácil inserção da organização dos trabalhadores, por suas características peculiares de relações trabalhistas. Tem-se ainda, a exclusão dos jovens que atingem idade para inserção no mercado de trabalho e dos trabalhadores mais “velhos”, que vão se integrar aos índices de desemprego, de informalidade, subcontratação e voluntários, além da criminosa utilização de mão-de-obra infantil nas mais diversas esferas do sistema produtivo (ANTUNES, 2002).

Assim, tem-se a redução das taxas de sindicalização, com ampla dificuldade de incorporar os segmentos precarizados, informais de trabalhadores, articuladas aos ideários de fim da centralidade do trabalho. “Tudo isso permite constatar que o movimento sindical encontra-se numa crise de proporções nunca vistas, atingindo com intensidade, na década de 1980, o sindicalismo nos países avançados, e que, na viragem de 1980 para 1990, atingiu diretamente os países subordinados” (ANTUNES, 2008, p.169).

No tocante aos países de industrialização intermediária, como os países da América Latina, entre eles, o Brasil, o qual “depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas anteriores, começaram a presenciar mais recentemente significativos processos de *desindustrialização e desproletarização*”, sendo consequência disso, “a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado, etc.” (ANTUNES, 2002, p.105). Segundo Abramides e Cabral (1995), particularmente no Brasil, a reestruturação produtiva adentra o Brasil no final da década de 1980, avança na década de 1990, aprofundando-se no Governo de Fernando Henrique Cardo em que se destacam as privatizações de empresas estatais, abertura para o mercado externo, seja no IED ou através da perda de espaço das empresas nacionais no mercado, ocasionada pela competição com as transacionais, e finalmente, as mudanças constitucionais que garantissem a flexibilização das contratações, da remuneração e da previdência (em seguida, abordam-se as medidas neoliberais). A redução das empresas nacionais e a ampliação das transnacionais elevaram os índices de desemprego, fator “justificado” pelos

segmentos governamentais, principalmente, pela ausência de qualificação e, algumas vezes, por falta de vontade e inaptidão. (BERINGH, 2008).

A grande justificativa dos intelectuais da ordem e na esfera governamental para as mudanças supracitadas é o chamado “custo Brasil”. Este difunde que é necessário reduzir tal custo, inclusive com a diminuição do valor da mão de obra, desse modo, as empresas nacionais teriam condições de concorrer com as transnacionais e para as últimas “enxergariam” o Brasil como mercado atrativo de investimento (mesmo seu custo de mão de obra sendo considerado igual ou menor que de outros países em igual situação industrial). Com a justificativa de proteger os empregos, diz que é necessário flexibilizar as contratações, tornando-as compatíveis com as necessidades empresariais, assim, têm-se alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que reduzem os direitos dos trabalhadores, por exemplo, a alteração do artigo 618 da CLT “prevendo que o negociado entre patrões e empregados passe a prevalecer sobre o legislado, ou seja, a base mínima de direitos consolidada na CLT pode ser negociada e, portanto, não assegurada” (BEHRING, 2008, p. 218).

Esses fatores levaram a flexibilização das contratações, o aumento dos trabalhos temporários, dos parciais e da informalidade no Brasil, porém, ao contrário do que prometia, não consegue reduzir e assegurar os empregos e continua a redução dos postos de trabalho, o que dificulta a organização dos trabalhadores que passam a preocupar-se com as garantias dos empregos mais do que com a questão dos direitos trabalhista. (BEHRING, 2008). “Ao lado disso, a proposta retira o Estado da ‘incômoda missão de definir o valor dos salários e as condições de trabalho’” (Ibid., p. 219).

É preciso, desta forma, situar que nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que sucedem o FHC, existe uma redução dos índices de desemprego, uma política de elevação do salário mínimo acima da inflação, aumento dos empregos (por concurso e seleção pública) governamentais e de intervenção estatal no fortalecimento de empresas nacionais, em especial, as empreiteiras. Todavia, não podemos deixar de contextualizar que essas mudanças ocorrem no âmbito superficial, não se prejudica em momento algum o capital financeiro e internacional, e sim, dá-se continuidade à “contrarreforma” dos direitos trabalhistas, em especial, na previdência dos servidores públicos e se continua o incentivo à flexibilização e à precarização do trabalho. Compreende-se, assim, que é necessário maior aprofundamento nessas questões para se analisar essas mudanças no panorama brasileiro, contudo, este estudo não se deterá a isso.

2.2 O neoliberalismo e o avanço sobre os direitos dos trabalhadores

Como parte da lógica de reorganização do capitalismo para responder a sua crise foi preciso intervenções dos Estados Nacionais para de obter as condições vitais para o processo de mundialização, ou seja, os “fundamentos da mundialização atual são tanto políticos como econômicos. É apenas na vulgata neoliberal que o Estado é ‘exterior’ ao ‘mercado’ (CHESNAIS, 2001, p. 10). Para tanto, não se apresenta a pauta do fim do Estado-Nação apregoando um estado globalizado, e sim diversos Estados Nacionais que assegurem as condições de acumulação do capitalismo, garantindo um aparato legal, político, administrativo, econômico e coercitivo indispensáveis à manutenção dos interesses do capital e do seu sistema de propriedade em um contexto de acentuada desigualdade, o denominado Estado Neoliberal, pois toda “corporação transnacional se ergue sobre uma base nacional que depende de um Estado local para manter sua viabilidade, assim como necessita que outros Estado lhe proporcionem acesso a novos mercados e a novos contingentes de trabalhadores” (MANZANO, 2013, p.113-114).

Ao contrário de um Estado mínimo, é necessário um Estado forte capaz de realizar todas as reestruturações, gerenciar a crise e, de certo modo, intervir na competição “intercapitalista”. Articulado e interdependente ocorrem transformações na esfera da produção, consequentemente, acontecem modificações nas relações entre o capital e o trabalho, atenta-se que as modificações são superficiais e preserva-se o essencial, em um processo de flexibilização da produção e das relações com a força de trabalho.

O neoliberalismo, como intervenção estatal, teve nos intelectuais da ordem a contribuição para formulação de seus aspectos teóricos e/ou filosóficos, podemos destacar aqui Hayek (2010)²⁷, idealizador e fundador da *Mont Pèlerin Society*, uma associação internacional formada por vários intelectuais que objetivou formar os fundamentos para combater o modelo de estado intervencionista (keynesiano). Em sua obra “O caminho da servidão”, publicada em 1944, expõe as bases de seu pensamento, contra o estado intervencionista e na defesa do que nomeamos hoje de Estado Neoliberal.

Hayek argumenta que o estado intervencionista ocasiona a perda de liberdade e, consequentemente, leva ao totalitarismo, “o estadista democrata que se propõe a planejar a vida

²⁷ Ressalta-se que Hayek, assim como os demais membros da *Mont Pèlerin Society*, tem seus pensamentos influenciados em outros intelectuais de origem liberal, como por exemplo, Tocqueville.

econômica não tardará a defrontar-se com o dilema de assumir poderes ditatoriais ou abandonar seu plano” (HAYEK, 2010, p.140). Assim, concebe como valor central a liberdade e não a democracia, a igualdade ou a justiça social. Porém, conforme Montañó (2010), a liberdade, a qual Hayek (2010), nesse contexto, é abordada na perspectiva “negativa”²⁸, nesse sentido, a liberdade é relacionada à falta de impedimentos por decisões autoritárias de outro e não às oportunidades reais de alguém realizar seus desejos, trata-se de “estar *livre de algo*, sendo dirigida à superação dos impedimentos à sua livre manifestação; quer dizer, empenho na direção de ações que rompam com os limites à liberdade e/ou construam alternativas de escola” (BARROCO, 2010, p. 28). Para Hayek, esse impedimento à liberdade é o Estado intervencionista, pois concebe que apenas com a liberdade econômica (livre concorrência ou mercado concorrencial) é possível ser atingida a liberdade civil e política, quando o Estado interfere na economia impede, portanto, a liberdade econômica e, conseqüentemente, os demais tipos de liberdade.

Afirma-se, muitas vezes, que a liberdade política nada significa sem a liberdade econômica. Isto em parte é verdade, porém num sentido quase oposto ao usado pelos defensores da planificação. A liberdade econômica que constitui o requisito prévio de qualquer outra liberdade não pode ser aquela que nos libera dos cuidados econômicos, segundo nos prometem os socialistas, e que só se pode obter eximindo o indivíduo ao mesmo tempo da necessidade e do poder de escolha: deve ser a liberdade de ação econômica que, junto com o direito de escolher, também acarreta inevitavelmente os riscos e a responsabilidade inerentes a esse direito (HAYEK, 2010, p.110-111).

Assim, afirma que todos os tipos de Estados intervencionistas tendem ao totalitarismo, considerando que de o “capitalismo” trata-se de um sistema “baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só no âmbito do sistema, a democracia se torna possível. No momento em que for dominada por uma doutrina coletivista, a democracia destruirá a si mesma, inevitavelmente” (HAYEK, 2010, p. 86).

É importante destacar que o autor engloba no termo socialista²⁹, não apenas os países do chamado socialismo real (leste Europeu e União Soviética), mas, desde a socialdemocracia ao nazismo e ao fascismo, ou seja, qualquer tipo de modelo estatal em que haja intervenção na

²⁸ A liberdade positiva “entende-se *estar livre para algo*, ou seja ação voltada à objetivação da liberdade, à sua ampliação, à sua defesa e estratégia de viabilização (BARROCO, 2010, P. 28).

²⁹ “o socialismo de que falamos não é um assunto partidário, e as questões aqui discutidas pouco têm a ver com as questões em disputa entre partidos políticos. Para o nosso problema, pouco importa o fato de alguns grupos desejarem menor grau de socialismo do que outros, de que estes queiram o socialismo em função do interesse de um grupo e aqueles, no interesse de outro. O importante é que, se considerarmos as pessoas cujas opiniões influem nos acontecimentos neste país, todas elas são em certa medida socialistas” (HAYEK, 2010, p.31-32).

economia. Segundo Montañó (2010), esse posicionamento não é ingênuo, pois ao criticar o Estado de Bem-Estar Social como socialista retira de cena o que verdadeiramente trata-se o socialismo.

Ao mesmo tempo que tolera certas intervenções estatais, “como princípio de organização social, exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica, mas admite outros que, às vezes, podem auxiliar consideravelmente seu funcionamento, e mesmo exige determinadas formas de ação governamental” (Ibid., p.58). Hayek (2010) concebe que estado intervém em alguma medida, sendo importante distinguir em quais ações não “ferem” as liberdades individuais, ou seja, “o estado não pode controlar a forma como seu mecanismo é empregado e que o indivíduo sabe exatamente até que ponto será protegido contra a interferência alheia – ou se o estado está em condições de frustrar os esforços individuais” (HAYEK, 2010, p.95-96). Traz ainda que ao não proteger a individualidade, o Estado faz-se inativo, “o estado que controla pesos e medidas (ou impede de qualquer outro modo o estelionato e a fraude) é indubitavelmente ativo, ao passo que o estado que permite o uso da violência – por piquetes de grevistas, por exemplo – é inativo” (Ibid., p.96).

Nesse contexto, é totalmente viável afirmar que é função do Estado permitir a liberdade para o mercado concorrencial e no âmbito social, propõe a “seguridade social” – políticas sociais pontuais e focalizadas, destinadas aos que não têm acesso via mercado. Para Hayek (2010), os diferentes não devem ser tratados como iguais, pois feriria os empenhos individuais e retiraria o incentivo para as pessoas se esforçarem em busca de seus objetivos. E concebe a desigualdade como natural e necessária em uma sociedade competitiva, “o sistema de concorrência, o único em que o enriquecimento depende exclusivamente do indivíduo e não do favor dos poderosos, e em que ninguém pode impedir que alguém tente alcançar esse resultado” (HAYEK, 2010, p. 114). Assim, essas políticas sociais não estariam na esfera do direito, mas como ações que podem ser realizadas desde que não interfiram na economia e na liberdade individual, além de não dar o privilégio de tratar os diferentes como iguais. Também propõe que as necessidades sociais podem ser supridas pelo mercado e pelas instituições assistenciais, bem como em momentos de crise ou em países que ainda estão em processo de desenvolvimento essa ação estatal não é recomendada.

Não há razão para que, numa sociedade que atingiu um nível geral de riqueza como o da nossa, a primeira forma de segurança não seja garantida a todos sem que isso ponha em

risco a liberdade geral. [...]. Mas não há dúvida de que, no tocante a alimentação, roupas e habitação, é possível garantir a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho. [...] Tampouco se justifica que o estado deixe de auxiliar os indivíduos provendo a eventualidades comuns contra as quais, dada a sua natureza imprevisível, poucos se podem precaver de forma adequada. Nos casos em que a provisão de assistência normalmente não enfraquece nem o desejo de evitar tais calamidades nem o esforço de anular suas consequências (nas doenças e acidentes, por exemplo) [...] Em princípio, porém, não há incompatibilidade entre o estado oferecer maior segurança auxiliando na organização do sistema de previdência social e a preservação da liberdade individual. À mesma categoria pertence também o aumento de segurança proporcionado pelo estado na forma de assistência às vítimas de catástrofes naturais, como terremotos, inundações etc. (Ibid., p. 128)

Os fundamentos filosóficos do neoliberalismo, contra qualquer intervenção econômica, datam de meados de 1940, apenas com a chegada da crise econômica supracitada, no pós II Guerra Mundial, passaram a ter amplitude. Difundindo tal pensamento, os intelectuais neoliberais, entre eles Hayek, acusam os gastos sociais e os direitos trabalhistas, ambos alcançados pela força dos movimentos operários e, consequentemente, dos sindicatos, como responsáveis pela crise. Sendo apresentada, portanto, como solução, a redução dos gastos sociais e diminuição na intervenção econômica dos Estados Nacionais, para que o livre mercado trouxesse a acumulação desejada, além de diminuir o poder dos sindicatos e movimento operário como um todo. Com isso, desde o início da década de 1970, os “direitos sociais, como aposentadorias, pensões e saúde são acusados de serem os ‘vilões’ que impedem a superação da crise estrutural do capital, sob a acusação neoliberal de absorverem parte importante do fundo público, de onerarem as empresas e de impedirem o desenvolvimento” (BOSCHETTI, 2017, p. 111).

Diante disso, a fim de reduzir os gastos, são impulsionadas medidas, que, de fato, objetivam restaurar as taxas de lucratividade do capitalismo, impondo onerosas perdas aos trabalhadores com três direções essenciais:

1) redução dos sistemas públicos de previdência por meio de diversas “mudanças técnicas” que não são assumidas como privatização: aumento da idade mínima exigida para aposentadoria, ampliação do tempo de contribuição, estabelecimento de teto máximo para as aposentadorias públicas; diminuição dos montantes das aposentadorias e pensões; alinhamento da idade exigida para homens e mulheres; introdução de novas formas de financiamento por impostos mais regressivos e que oneram substancialmente a classe trabalhadora; desenvolvimento de sistemas de aposentadorias complementares obrigatórios individuais ou profissionais (fundos de pensão fechados) financiados por capitalização; estímulo fiscal e normatizações que possibilitam a criação e o desenvolvimento de sistemas privados de poupança individual (fundos de pensão abertos), não obrigatórios, com ou sem subvenção do Estado; 3) redução do financiamento dos sistemas públicos de saúde e instauração de sistemas de saúde

públicos diferenciados em quantidade e qualidade: sistemas públicos mais restritos, com serviços de menor qualidade, financiados por impostos destinado aos pobres; manutenção de serviços de saúde contributivos públicos aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho e estímulo aos planos privados. (Ibid., p. 111-112).

Dessa forma, a prioridade orçamentária governamental passa a ser a estabilidade monetária, alcançado através da contenção os gastos com as políticas públicas e com os direitos sociais, “restaurando” a taxa de desemprego e com a implementação de medidas que reduzissem o poder dos sindicatos. Além de realizar reformas fiscais que incentivassem os investimentos externos, o que significa diminuir os impostos sobre os rendimentos e rendas mais altas, para reestabelecer a natural e necessária desigualdade (ANDERSON, 1995).

Anderson (1995), ao fazer um resgate histórico do processo de hegemonia do projeto neoliberal, apresenta que a primeira experiência, ocorreu no início da década de 1970, no Chile e, ao contrário do que nos diz Hayek (2010), não promoveu a liberdade ou combateu o totalitarismo, pelo contrário, aconteceu através da uma ditadura militar, comandada por Pinochet. Porém, não podemos afirmar que Hayek consideraria uma contradição aos princípios filosóficos do neoliberalismo, afinal, a liberdade econômica deveria ser preservada primeiramente, ou seja, se a maioria democrática decidisse interferir nos direitos individuais, na liberdade individual, como o direito à propriedade privada, fazem-se necessários meios de garantir o livre mercado, no caso mencionado, a ditadura militar. “O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos” (ANDERSON, 1995, p. 17), os resultados foram o grande crescimento da economia do país e da desigualdade social. Essa foi uma experiência isolada na América Latina até o fim da década de 1980. Quase uma década depois, a proposta neoliberal é implementada em um país de capitalismo avançado, na Inglaterra. A partir de então, outros governos de “direita” ascenderam ao poder em outros países da Europa e América do Norte representando o triunfo da ideologia neoliberal, consequentemente, a implantação do neoliberalismo deixa de ser realizada apenas em governos declaradamente de direita, as pressões do mercado financeiro fazem com que países com governos ditos de esquerda, socialdemocratas, etc., também cedessem à reforma do Estado. No fim dos anos de 1980, “a Suécia e a Áustria ainda resistiam à onda neoliberal [...] E, fora do continente europeu, o Japão também continuava

isento de qualquer pressão [...] neoliberal. Mas, nos demais países da OCDE³⁰, as ideias da Sociedade de Mont Pèlerin haviam triunfado” (Ibid., p. 13).

Em um processo de redução da intervenção estatal nas políticas de proteção social, como as trabalhistas e relacionadas à seguridade social, e o aumento da intervenção estatal política e econômica em prol dos interesses capitalistas, orquestrando mudanças sociais, econômicas e políticas dos Estados Nacionais para adequação as exigências internacionais de mundialização do capital. Porém, o neoliberalismo deve ser compreendido também em seu aspecto ideológico, inclusive é nesse aspecto que ele se mostra completamente eficiente.

Em linhas gerais, o projeto neoliberal possui orientação para inserção dos países no capitalismo mundializado, que Behring (2008) resume em quatro fatores: “atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade” (p. 59), com as seguintes características:

1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, digase, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior (BEHRING, 2006, p.12-13).

Em um processo de redução da intervenção estatal nas políticas de proteção social, como as trabalhistas e relacionadas à seguridade social e o aumento da intervenção estatal política e econômica em prol dos interesses capitalistas. Compondo mudanças sociais, econômicas e políticas dos Estados Nacionais para adequação as exigências internacionais de mundialização do capital, mas deve ser compreendido também em seu aspecto ideológico, inclusive é nesse aspecto que ele se mostra completamente eficiente.

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (ANDERSON, 1995, p. 20).

É preciso, ainda, ter clareza que, apesar de ser um projeto com características gerais, o neoliberalismo terá algumas mudanças em acordo com o contexto histórico, social e cultural de cada lugar em que foi implementado. Pois, em diversos países, encontrou resistências para

³⁰A sigla OCDE significa Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento.

aplicação de seu ideário completo ou “puro”. “Na realidade, houve um desenvolvimento desigual do neoliberalismo nas diversas formações econômico-sociais” (CASTELO, 2013, p. 243).

Existiram, então, duas variantes ideológicas do neoliberalismo. A primeira, “intitulada *receituário-ideal*, defendia uma intolerante doutrina de controle de gastos públicos, arrocho salarial, abertura comercial e financeira, desmonte do *welfare state* e de um amplo processo de privatização” (Ibid., p.243). Dessa variante, temos como exemplo a política do Governo de Thatcher na Inglaterra e Pinochet no Chile. Para a América Latina, essas proposições chegam com o *receituário* do Consenso de Washington³¹, 1989, que se tratou de uma reunião entre os Estados de países periféricos, com destaque para a América Latina, e as organizações de financiamento mundial (Bird, FMI, Banco Mundial), com o objetivo de dar a tais países recomendações para superação para a implementação dos ajustes neoliberais³².

Ressalta-se que o neoliberalismo não compra todas suas promessas de expansão econômica, é vitorioso ao deter a inflação (dos anos de 1970-80), recuperar os lucros e aumentar a desigualdade - principalmente pelo aumento das taxas de desemprego, a derrota do movimento sindical, que facilitou também o arrocho salarial, entre outros fatores –, mas em relação ao objetivo maior que era reestabelecer o desenvolvimento do capitalismo, com o aumento das taxas de crescimento ocorreu um fracasso. “Entre os anos 70 e 80, não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante” (ANDERSON, 1995, p. 14).

A década de 1990 presenciou uma nova recessão do capitalismo, o neoliberalismo passou por uma “crise conjuntural, resultado das crises financeiras do México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil e Argentina, bem como das reações das classes subalternas, como o levante zapatista e os movimentos globais antissistêmicos” (CASTELO, 2012, p. 46). Segundo Anderson

³¹As recomendações do Consenso de Washington “abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual (cf. Carcanholo, in Malaguti et ali, 1998:25)” (MONTAÑO, 2010, p. 29).

³²É necessário esclarecer que tal reunião tem sua importância por buscar sistematizar a realização do neoliberalismo na América Latina, o que não quer dizer que apenas a partir dele iniciou o avanço desse ideário em tais países, após as experiências iniciais no Chile e Bolívia em 1988 no México é eleito Salinas (através de fraudes nas eleições) que inicia vem implantar o neoliberalismo, logo após o mesmo ocorre em outros países: Argentina (1989), Venezuela (1989), Peru (1990).

(1995), em 1991, quase todos os países ocidentais passavam por índices alarmantes em relação à dívida pública, entre eles, Estados Unidos e Inglaterra.

Além disso, o neoliberalismo em seu receituário ideal, passa a ser questionado em diversas regiões, com destaque a América Latina, seja por não cumprir as promessas de redução da inflação e crescimento econômico ou por seu impacto para a classe trabalhadora. Com isso, é preciso fazer concessões no receituário ideal, como intervir nas mais drásticas expressões da questão social (extrema pobreza, por exemplo) e reestabelecer a hegemonia das classes dominantes.

Assim, reconfiguram-se poucos aspectos do receituário ideal para manter a ideologia neoliberal e atender as necessidades do capital, no que se conhece como a segunda variante do neoliberalismo, o social-liberalismo. Neste, busca-se dar respostas às expressões mais alarmantes da questão social³³, vindas da intensificação da desigualdade e da exploração da força de trabalho. Dessa forma, concebe um tipo de intervenção estatal ao mesmo tempo em que não se abandona as medidas do “receituário-ideal”.

o Consenso de Washington estaria correto: o problema residiria na aplicação parcial do receituário, derivada das resistências que impediam o correto manejo de suas políticas. Seria preciso remover tais barreiras e promover um aprofundamento das medidas liberalizantes, dando ênfase ao mecanismo de mercado na produção de riqueza, ao mesmo tempo em que se passaria a reconhecer suas falhas no tocante à distribuição de renda, além dos problemas ambientais (CASTELO, 2013, p. 244).

Nesse contexto, o Estado teria, além de uma função de regular às economias nacionais para adequação às exigências da mundialização, o papel de operacionalização em parceria com o setor privado (lucrativo ou não-lucrativo), com destaque ao chamado “terceiro setor” nas políticas sociais. Estas não com caráter redistributivo e universal e sim, focalizadas, pontuais e emergenciais, buscando garantir a acumulação capitalista e a reprodução das “classes subalternas”, ao intervir minimamente em algumas antigas ou novas manifestações da velha questão social, as que possuem um caráter explosivo, segundo Castelo (2013), principalmente, relacionada ao combate à pobreza, aos direitos humanos, à ecologia, às causas humanitárias – em defesa da infância, idosos, contra doenças contagiosas, entre outros fatores.

³³Trata-se sobre questão social no próximo capítulo, mas é preciso esclarecer que a gênese da questão social é compreendida como uma consequência do modo de acumulação capitalista, tendo sua base na lei geral do capital (a produção coletiva ao passo que a apropriação da produção é privada), sendo “específica da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam, é apreendida como expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes” (IAMAMOTTO, 2012, p.162).

De acordo com esta reconfiguração, o Estado continuaria seguindo a lógica da retomada do crescimento das taxas de lucro, da estabilidade monetária, do equilíbrio fiscal, da desoneração dos impostos dos ricos, da desestabilização dos sindicatos e do controle social sobre a força de trabalho, tal qual vinha sendo feito de acordo com o receituário-ideal. [...]. A elas se juntariam um novo conjunto de políticas público-privadas, fragmentadas e paliativas, de combate a pobreza e a desigualdade, que ganhariam importância tanto no papel da reprodução da força de trabalho quanto no de controle social (CASTELO, 2013, p. 245).

O social-liberalismo difunde uma visão de responsabilidade social da “sociedade civil”, que se resume a ações do “terceiro setor”. Assim, esse ideário do social-liberalismo, de que é possível alcançar a justiça social no neoliberalismo, são difundidas por vários aparelhos de hegemonia: “agências multilaterais de desenvolvimento, organizações não governamentais, fundações filantrópicas laicas e religiosas, mídias impressas e televisivas, intelectuais tradicionais e orgânicos da direita, bem como egressos da esquerda, e *business men*” (CASTELO, 2013, p. 256). Sejam eles ideólogos ativos, que formulam do receituário neoliberal, ou passivos, que acabam por reproduzir essas ideias baseadas no senso comum. No que segue, abordam-se as particularidades do neoliberalismo no Brasil.

2.2.1 As medidas neoliberais no contexto brasileiro

Ao analisarmos o contexto brasileiro, a implantação da política neoliberal encontra resistência, a princípio, decorrente das lutas sociais em oposição ao regime militar, pela redemocratização e pela ampliação dos direitos sociais – principalmente, pela Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadão, promulgada em 1988 – das décadas de 1970 e 1980, na qual a esquerda brasileira consegue formar um bloco de resistência.

Todos esses fatores, aliados à crise da dívida externa e à pressão internacional para que o Brasil se inserisse no processo de reestruturação produtiva fizeram com que as classes dominantes se articulassem para retomada de sua hegemonia e realizar os “ajustes necessários” para incluir definitivamente o Brasil no cenário do capitalismo global. Como afirma Castelo (2013, p.243)

No Brasil, diante de um complexo quadro nacional das lutas de classes, no qual a esquerda – liderada pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 – formou um bloco de resistência relativamente eficiente, o neoliberalismo só consegue se estabelecer

tardiamente nos anos 1990 com a cooptação de setores da social-democracia (PSDB) auxiliados por conservadores (o então PFL, hoje DEM) e, até mesmo, ex-comunistas (PPS).

Assim, o neoliberalismo consegue se estabelecer apenas na década de 1990, a partir de então “o Brasil vive um tensionamento permanente entre a reinstituição do Estado democrático, com ampliação dos direitos e políticas sociais e sua materialização em contexto mundial de crise e de reestruturação do capital em uma perspectiva neoliberal” (BOSCHETTI, 2010, p.70).

A proposta neoliberal vai iniciar sua implementação no Brasil, contrariando os ganhos sociais garantidos constitucionalmente, nos meados dos anos 1990, ancorada no argumento de que o Estado brasileiro passa por uma crise fiscal, que levou a estagnação econômica desde a década de 1980 e que tinha como principais características:

déficit público; poupanças públicas negativas ou muito baixas; dívida interna e externa excessivas; falta de crédito do Estado, expressa na ausência de confiança na moeda nacional e no curto prazo de maturidade da dívida doméstica (os títulos do Tesouro rolados no *evernight*); e pouca credibilidade do governo. [...] A perda de capacidade do Estado de se autofinanciar, relacionada a falta de crédito, leva à hiperinflação (BEHRING, 2008, p. 175).

Os intelectuais da ordem defendiam ainda que essa crise era do âmbito do Estado³⁴, que se desvia de suas funções principais ao intervir na esfera produtiva, ao fortalecer o nacionalismo (desenvolvimentismo) e se agrava com as práticas populistas dos governos, sendo assim, era preciso reformá-lo para superá-la. “O Estado brasileiro é caracterizado como rígido, lento, ineficiente e sem moral administrativa” (BEHRING, 2008, p. 177), trazendo a necessidade de uma reforma gerencial, para tornar o Estado mais eficiente e menos burocrático.

A reforma³⁵ foi um amplo processo social, político e econômico, com destaque à contrarreforma da previdência, às privatizações e um processo de alterações constitucionais, com isso, os governos, principalmente o de Fernando Henrique Cardoso, utilizaram largamente as

³⁴É preciso atentar que a crise não era apenas brasileira, não era exclusivamente do âmbito estatal, mas como citado anteriormente uma crise do sistema capitalista que se desdobra de várias maneiras em cada país.

³⁵Behring e Boschetti (2011) alertam que o termo reforma não é adequado para o que ocorreu no Brasil, pois foi usado nos momentos que as mudanças no Estado levam a avanços para a classe trabalhadora, na ampliação de direitos, em especial no contexto da social-democracia. Assim a reforma seria as proposições da Constituição Federal de 1988, e os ajustes posteriores que impossibilitam a implantação do que foi previsto em lei a autora chama de contra-reforma do Estado brasileiro.

emendas constitucionais quando não se consegue ou demora a provação das mudanças da constituição. E propunha:

ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações -, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da Previdência Social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando sua eficiência (BEHRING, 2008, p. 178).

Além do mais, existem discordância entre os intelectuais que analisam o avanço neoliberal no Brasil, se a vertente social-liberal teria iniciado no governo FHC ou no governo Lula. Segundo Castelo (2013, p.343-344)

Não há consenso acerca da data de desembarque do social-liberalismo no Brasil. Ruy Braga e Álvaro Bianchi (2003) afirmam que tal ideologia chega aos trópicos com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2002. José Luis Fiori (1995, p. 239-243) [...] Segundo esta linha de raciocínio, na qual nos inscrevemos, o social-liberalismo teria chegado ao Brasil durante o governo FHC: esta tese, todavia, não deve desconsiderar a força legitimadora que Lula e as lideranças do PT injetaram no neoliberalismo latino-americano com sua adesão à ideologia social-liberal.

Deve-se observar que existem diferenças entre o neoliberalismo do governo FHC e dos Governos PT, porém no FHC, o social-liberalismo já é colocado como “plano de fundo”, evidenciado, por exemplo, no Plano de Reforma do Estado (que Lula não modifica, ao contrário aprofunda, por exemplo, com o aumento das parcerias público-privadas) que tem como principal formulador Bresser – Pereira³⁶.

É preciso, ressaltar ainda, que no processo de adequação brasileira as exigências da dinâmica internacional, FHC fez as “reformas” exigidas (aquelas existentes no receituário ideal do Consenso de Washington) e, mesmo estando presente em “plano de fundo”, o social-liberalismo não foi implementado como necessitava nesse governo, ficando, muitas vezes, submetido ao receituário-ideal. Os aspectos econômicos e fiscais no governo FHC foram implementados pelos ministérios de Planejamento e Fazenda e coube ao Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) proposto pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), aprovado em 1995, os ajustes do âmbito da *governance* estatal, em sua formulação

³⁶Neste ano em pleno processo eleitoral para presidente Bresser-Pereira manifesta desde o primeiro turno para diversos jornais e revistas seu apoio a Dilma (candidata do PT), mesmo existindo um candidato do partido de FHC PSDB (Bresser-Pereira é um dos fundadores do PSDB), por alegar que o projeto de governo do PT está mais próximo a suas convicções políticas e teóricas do social-liberalismo. Ver em: < <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5842>>.

estão explícitas as ideias de Bresser Pereira³⁷. Lembra-se ainda que as proposições do neoliberalismo para as políticas públicas, resumidas na “tríade: privatização, focalização e descentralização” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, P. 156)

Como foram citados os direitos sociais da Constituição Federal de 1988 não são garantidos³⁸, Behring (2008) nos explica que o Brasil parou no meio do caminho de uma tardia construção do seu Estado de Bem-Estar Social. Assim, ocorreram algumas pequenas melhorias sociais, como na educação básica e redução da mortalidade infantil na década de 1990, porém o retrocesso foi muito maior com o aumento da pobreza, agravada com ajustes neoliberais, e a redução do Estado nas políticas sociais. Portanto, houve um aumento pela demanda de benefícios e serviços ao passo que as políticas públicas são cada vez mais limitadas, focalizadas e desintegradas. No que chama de produção de um Estado de Mal-Estar Social, em que se restringe o “acesso universal a bens de consumo coletivos e aos direitos sociais, mas uma articulação entre assistencialismo focalizado, o que não pode ser confundido com assistência social, e mercado livre, este último voltado para o cidadão-consumidor” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 159).

Assim, a primeira característica da tríade, a privatização, conduz a mercantilização das políticas públicas, que se transformam em uma “nova” forma de obtenção de lucros para o capital, como presenciamos em especial, na educação, principalmente, o Ensino Superior na última década, saúde, previdência social. E o segundo aspecto, a focalização dos serviços públicos destinada aos que não têm acesso ao mercado, principalmente, com políticas destinadas ao combate à extrema pobreza. Ao analisar a seguridade social brasileira, Mota conclui que “a tendência é privatizar os programas de previdência e saúde e ampliar os programas de assistência,

³⁷ Bresser Pereira, sob a influência da variante social-liberal, defende que a estagnação da economia brasileira é fruto de uma crise fiscal do Estado (que atingiu a América Latina) por suas características desenvolvimentistas, nacionalistas e populistas. Portanto, para solucionar a crise seria necessário reformar o Estado para que dessa forma recuperasse sua governabilidade (legitimidade de governar) e *governance* (habilidade financeira e administrativa para governar). Irá defender que o Estado deve realizar os ajustes econômicos exigidos pelo ideário neoliberal, porém mantendo uma intervenção na área social, utilizando parcerias com mercado e a “sociedade civil”, na verdade as organizações do chamado terceiro setor. Para isso “Bresser propõe um *pacto de modernização* em torno dessa proposta, que se inicia com liberalização comercial, as privatizações e o programa de estabilização monetária (Plano Real) e prossegue com a reforma da administração pública: a chamada reforma gerencial do Estado” (BEHRING, 2008, p. 176).

³⁸ A Constituição Federal de 1988 institui como direitos de todos e dever do Estado o acesso: a moradia, a habitação, a alimentação, a educação saúde, ao lazer, a previdência social, a assistência social ao trabalho, proteção a infância e a maternidade. Busca assegurar uma política de seguridade social, com a articulação entre a assistência social, previdência social e saúde, além de outros direitos. Com os seguintes princípios: universalidade, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade na prestação de serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, diversidade das bases de financiamento, caráter democrático e descentralizado na gestão e administração das políticas públicas.

em sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e com as propostas de redirecionamento da intervenção social do Estado” (MOTA, 1995, p.122 apud BEHRING, 2008, p. 251).

A descentralização é a transferência da responsabilidade estatal sobre as políticas públicas para o mercado e as organizações da “sociedade civil”, ou seja, as instituições do terceiro setor. Como afirma Behring (2008) ao citar Yasbek, isso representa um retrocesso, por se apresentar como refilantropização das políticas sociais, que se utiliza da solidariedade, do voluntariado e reforça o clientelismo, além de oferecer serviços precários prestados por profissionais sem capacitação para o atendimento da demanda, ou quando capacitados, com baixos salários e flexibilidade nas formas de contratação.

Ao concluirmos tratando da situação da seguridade social, temos uma previdência social que passou por duas grandes reformas (1998 e 2003), que restringem os direitos dos contribuintes, com diretrizes como a redução dos valores dos benefícios e aumento do tempo de contribuição. A saúde com recursos cada vez menores e o aumento de serviços prestados por instituições do terceiro setor. E a assistência social com reforço do caráter filantrópico, seja com a seletividade dos usuários de seus serviços e tendo como destaque os programas de transferência de renda, ou com a grande presença de entidades privadas sem fins lucrativos na prestação de seus serviços.

Portanto, com a diminuição do investimento em políticas públicas, consequentemente, reconfigura-se a forma de intervenção estatal na questão social, passando este a se caracterizar como um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, em que se tem uma transferência das obrigações estatais para a sociedade civil, contribuindo para o desenvolvimento do terceiro setor, com destaque para as organizações não governamentais, ocorrendo uma “refilantropização social”, como denomina Iamamoto (2012). Assim, temos

o deslocamento das ações governamentais públicas [...] no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. [...] *É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social.* [...] Esse processo se expressa em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para “organizações sociais” e “organizações da sociedade civil de interesse público” e, de outro lado, em uma crescente mercadorização do atendimento às necessidades sociais. (IAMAMOTTO, 2012, p. 197-198).

Como menciona Montaño (2010), temos a privatização de algumas demandas sociais com destaque à saúde, à educação e à previdência social, segmentos que conseguem se adequar a lucratividade exigida pelo mercado. A assistência social, por não ser tão lucrativa, é tratada em outro viés: com focalização das políticas de assistência no combate à “pobreza extrema”, tendo como “carro chefe” os programas de transferência de renda, e com a participação da referida “sociedade civil” no combate às “mazelas sociais”. Com isso, dá-se a ampliação das chamadas entidades do terceiro setor, incluindo nelas a “solidariedade empresarial” (financiamento de “projetos sociais” por empresas), ou seja, o Estado, atrelado às exigências do receituário neoliberal, afirma não poder mais exercer as funções protecionistas em decorrência da crise fiscal e passa a “compartilhar” a responsabilidade com a “sociedade civil e o mercado”. Esse argumento é a justificativa ideológica para o desmonte dos direitos sociais conquistados historicamente, na referida contra-reforma do Estado, que Montaño (2010) chama de “canto da sereia”, o que vem explicar a funcionalidade do terceiro setor ao neoliberalismo³⁹.

Sengundo Castelo (2016), os governos do PT traduzem-se como exemplos do social-liberalismo latino-americano, o partido durante a década de 1990 atua uma perspectiva antineoliberal, ao assumir o Governo Federal, 2003, adere ao neoliberalismo, em ressalva, o autor localiza que tal transformismo é anterior “e ficou patente durante a campanha presidencial de 2002, com assinatura da *Carta ao povo brasileiro*, na qual a cúpula do partido se comprometeu com a plutocracia internacional a manter a política econômica herdada do Consenso de Washington” (Ibid., p. 48). Podem-se citar alguns aspectos de intervenções estatais: política de redução do desemprego e ampliação das contratações no setor público (concursos ou seleções públicas), política de crescimento do salário mínimo acima da inflação (aumentando o poder de consumo da classe trabalhadora), aumentam-se os investimentos nas empresas nacionais (públicas e privadas), maior investimento em programas e políticas públicas, entre outras intervenções.

³⁹Atualmente, existe uma discussão de que a proposta neoliberal ou social-liberal foi substituída no Brasil pelo chamado modelo neodesenvolvimentista, mudança ocorrida nos últimos dez anos (durante o governo de Lula da Silva). Porém, diversos intelectuais (Ana Elisabeth Mota, Rodrigo Castelo, Francisco Teixeira, Plínio Arruda Sampaio Jr., Mauro Iais, Roberto Leher, entre outros), posicionamento que esse trabalho concorda, afirmam que as propostas neoliberais continuam sendo implementadas, até de maneiras mais profundas. Veremos posteriormente, em dados, que continuam aumentando o número de entidades não governamentais, bem como as chamadas “parcerias” entre essas e o Estado.

3 O AVANÇO NEOLIBERAL E OS CAMINHOS DO SINDICALISMO NO BRASIL

Este capítulo busca tratar sobre o movimento sindical brasileiro. Apesar de compreender que o objeto deste estudo – organização sindical do Serviço Social no Brasil – tem raízes no período da Ditadura Militar, em um movimento conhecido como “Novo Sindicalismo”, considera-se necessário apresentar um breve histórico da organização sindical no Brasil.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SINDICALISMO NO BRASIL

Antes de tratar sobre o movimento sindical, considera-se importante abordar algumas particularidades do contexto brasileiro a partir das reflexões de Netto (1991), que seria o caráter social e econômico de modernização conservadora, ou seja, em nosso desenvolvimento social e econômico, o que se considerava atraso (o latifúndio, por exemplo) não entrava em conflito com o moderno (a industrialização, por exemplo), ao contrário, se refuncionalizava e inseria na nova dinâmica. “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (p.18). Frederico (2009) cita como exemplo o início do processo de industrialização do país, que por uma particularidade, é financiada pelo latifúndio, não havendo como nos países centrais, um conflito aberto entre industriais e latifundiários, mas uma dependência entre ambos.

Articulando-se a modernização conservadora, Netto (1991, p. 18) aponta a “exclusão das forças populares dos processos de decisão política”, uma vez que a classe dominante brasileira, a todo momento, buscou meios e formas de impossibilitar, abortar ou de neutralizar a participação popular nos centros das resoluções políticas, mesmo nos momentos de maior mobilização das classes subalternas. Assim, é presente, em nossa formação sócio-histórica, um certo apassivamento das lutas sociais, que em repetidos momentos, estiveram sob “tutela” do estado e das classes dominantes. Esse traço não anula a organização da classe trabalhadora brasileira, que nos mais diversos momentos, procurou lutar por melhores condições de vida e trabalho e sempre existiram setores independentes, que levavam as bandeiras da classe trabalhadora. Porém, confirma que “os momentos mais importantes de nossa história foram marcados pela composição das elites e pela exclusão da participação popular. Da independência

ao regime militar, as transformações modernizadoras foram realizadas ‘pelo alto’” (FREDERICO, 2009, p. 258).

Confluindo os dois aspectos acima, tem-se em ambos uma forte intervenção e articulação estatal. O Estado não atua contra a organização dos setores populares ou da “sociedade civil”⁴⁰, mas que em sua dinâmica, “tem conseguido atuar com sucesso como um vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfigurada, seja pela repressão, das agências da sociedade *que expressam os interesses das classes subalternas*” (NETTO, 1991, p.19).

Além disso, como expressa Iamamoto (2012b) e Santos (2012a) a questão social⁴¹ manifesta-se de forma peculiar em acordo com o contexto social, histórico, cultural, econômico e político de cada região. A partir dos estudos de Santos (2012a), destacamos como particularidade brasileira, o processo de desregulamentação das relações trabalhistas, presentes desde a formação do mercado de trabalho brasileiro, não sendo características apenas partir da reestruturação produtiva (será abordada a seguir),

Isso significa dizer que ao contrário do que ocorria nos países cênicos — cujo padrão de proteção social reforçava a estabilidade dos empregos como condição para as excepcionais taxas de lucro do período fordista —, a flexibilidade/precariedade é erigida, no Brasil, como princípio estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro (SANTOS, 2012b, p. 434).

Como determinantes desse aspecto, temos o processo migratório do campo-cidade – que evidencia os traços da exploração do trabalho e contribui no excedente de mão de obra, bem como a herança de “uma tradição de brutalidade nas relações de trabalho que irá persistir no capitalismo industrial” (FREDERICO, 2009, p. 435) decorrentes do escravismo, que se alia a forma que ocorreu a abolição da escravidão e falta de assistência social e políticas de inserção dos ex-escravos no mercado de trabalho. Estes se inserem, principalmente, no mercado informal, como descreve Frederico (2009, p.435), “quanto aos antigos escravos e seus descendentes, não encontrando lugar no mercado de trabalho, ficaram desde então, condenados à marginalidade e ao nosso racismo ‘cordial’”. Dessa forma, o processo de apassivamento das lutas sociais, aliado a

⁴⁰ O termo é utilizado entre aspas, pois concorda-se com Montañó (2010) que a divisão da sociedade em setores tem um cunho liberal, que “isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, ‘desistoriciza’ a realidade social. Como se o ‘político’ pertencesse à esfera estatal, o ‘econômico’ ao âmbito do mercado e o ‘social’ remetesse apenas a sociedade civil, num conceito reducionista” (p. 53). Como se a sociedade civil fosse hegemônica e não fosse perpassada também pelas classes sociais.

⁴¹ No quarto ponto deste trabalho será abordada a gênese da questão social e sua relação com o serviço social.

condições de trabalho, são dois aspectos importantes quando tratamos das lutas sociais no Brasil, em especial a organização sindical.

Segundo Antunes (1985), a gênese da classe trabalhadora brasileira está vinculada ao processo de substituição do trabalho escravo por trabalho assalariado, no momento em que a produção cafeeira para exportação continua sendo a principal atividade econômica do País, porém passa a financiar o desenvolvimento de atividades industriais, formando um mercado de trabalho mais dinamizado e intensificando o crescimento das cidades. “E com isso, criou também os primeiros núcleos operários, instalados, fundamentalmente na região de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi no bojo deste processo que surgiram as primeiras lutas operárias no Brasil” (p.48).

As primeiras formas de organização dos trabalhadores foram as Sociedades de Socorros e Auxílios Mútuos – objetivavam, então, o auxílio material aos operários em momentos de dificuldades econômicas, como mortes, doenças, invalidez, etc.–, essas eram formadas por uma mesma categoria, diversos trabalhadores de uma mesma empresa, etc. Em muitas, suas atuações iam além da mera assistência financeira e passaram a defender os interesses dos seus associados frente aos patrões e ao Estado, como a Associação Tipográfica Fluminense, que apoiou o que é identificada como a primeira greve do Brasil, em 1858, realizada pelos tipógrafos do Rio de Janeiro, que reivindicavam principalmente aumento salarial. Há registros da tentativa de mutuais de trabalhadores negros, porém foram recusadas suas criações principalmente pela proibição de reuniões e de organizações de escravos (até a “libertação” em 1888). Posteriormente, surgiram as Uniões operárias, que passaram a se organizar por ramo de atividade com o amadurecimento da industrialização, originando os primeiros sindicatos no início do século XX (ANTUNES, 1985; MATTOS, 2009).

É importante destacar que as primeiras lutas operárias estão relacionadas também com as lutas abolicionistas. Uma vez que a força de trabalho escrava não se encontrava apenas no latifúndio, estava presente também nos principais centros urbanos⁴² “inseridos nas mais diversas atividades, dos serviços domésticos aos serviços mais especializados, passando pelo trabalho pesado do transporte de mercadorias e pelo variado comércio de rua” (MATTOS, 2009, p. 17).

⁴² Como cita Mattos (2009), nas cidades alguns escravos eram alugados pelos seus senhores para prestarem serviços a outros; outros eram escravos ao ganho e vendiam seus serviços nas ruas da cidade e deviam pagar diárias aos seus senhores. Dessa forma, circulavam pelas cidades pagando muitas vezes por moradia e alimentação com seus ganhos, também eram vigiados pela polícia, reunião de trabalhadores escravizados eram proibidos, a fim de evitar revoltas.

Assim, os trabalhadores livres e escravizados conviviam em seus locais de trabalho, fazendo com que os valores de luta pela liberdade e melhores condições de vida e trabalho fossem compartilhados. Alguns fatos evidenciam isso, como o “levante” dos padeiros de Santos em 1876 – antecedendo, inclusive, a campanha abolicionista de 1879 –, em que houve paralização por melhores salários e ao mesmo tempo, organizou-se a fuga dos escravos daqueles estabelecimentos, bem como foram preparadas cartas de alforria falsificadas para que esses escravos pudessem trabalhar como livres no interior do Estado. Um dos principais articuladores foi João de Mattos, que participou de outros “levantes” em São Paulo (1877) e Rio de Janeiro (1878), e em todos se organizou a fuga de escravos; em São Paulo diversas categorias, como ferroviários, charuteiros e tipógrafos, e organizações de operários imigrantes participavam da rede de apoio aos caifazes (abolicionistas que tinham como estratégia a fuga em massa dos escravos). Em outros estados, como Ceará e Rio de Janeiro também era possível encontrar essa articulação entre os diversos grupos de operários e as lutas abolicionistas (MATTOS, 2009).

Ou seja, os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e vida urbana com os escravos, atuaram coletiva e organizadamente pela sua liberdade, demonstrando que esse tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação (MATTOS, 2009, p. 21).

Além disso, tem de se destacar a luta dos trabalhadores escravizados que buscavam se organizar mesmo com as proibições nas mutuais, também se registra a paralizações desses trabalhadores, como a que ocorreu em Salvador, 1857, quando os carregadores, majoritariamente escravos, paralisaram suas atividades em protesto ao uma nova legislação que lhes obrigava a pagar uma nova taxa e utilizar placas de identificação (MATTOS 2009). Esses são os contornos embrionários de formação e de organização da classe trabalhadora do Brasil, que no século XX se consolidam.

Nas décadas seguintes, quando o número e a diversidade – emigrantes estrangeiros, antigos artistas, ex-escravos, migrantes das áreas rurais – dos trabalhadores urbanos se ampliar, as experiências comuns a escravizados e livres na segunda metade do século 19 terão deixado marcas bastante significativas sobre o processo de formação da classe trabalhadora (MATTOS, 2009, p. 31)

Nesse quadro, os trabalhadores também experimentaram outras formas de organização como a criação do Partido Operário em 1890; o I Congresso Socialista Brasileiro em 1892, este, porém, não alcançou seu objetivo que era a fundação do Partido Socialista; e o II

Congresso Socialista em 1902. Ressalta-se que as mutuais não evoluíram para os sindicatos de forma automática, uma vez que essas entidades tinham objetivos diferentes, as primeiras com caráter de assistência financeira, enquanto os últimos visavam conquistas de direitos trabalhistas, na defesa dos interesses dos trabalhadores representados, como explica Mattos (2009, p.47).

Das associações mutuais para os sindicatos o caminho não era necessariamente direto, pois suas finalidades eram bastante diferentes. Na virada do século, um número cada vez maior de ligas, associações de resistência e sindicatos começaram a surgir, enquanto boa parte das mutuais permaneceu em pé. A diferença básica na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo.

Diante das precárias condições de trabalho dos operários industriais, eram comuns as reivindicações por melhores salários, redução da jornada de trabalho e regulamentação do trabalho feminino e infantil. Em 1906, foi realizado o I Congresso Operário, que fundou a Confederação Operária Brasileira (COB), cujos objetivos eram promover a mobilização dos operários e suas reivindicações por melhores condições de trabalho, além de solidariedade internacional. Nesse primeiro momento, eram notáveis duas tendências dentro do movimento sindical: os socialistas, com cunho reformista, traziam como prioridade a organização partidária dos trabalhadores e a luta parlamentar; e os anarquistas, em geral, oriundos do anarco-sindicalismo, majoritários e que privilegiavam a luta dentro das fábricas, por via da ação direta e rejeitavam a via política e partidária, compreendendo ser esta a melhor forma de organização e mobilização dos operários. A fim de manter as atividades da COB, foram realizados o II (1913) e o III (1920) Congresso Operário. Em seguida, o Estado buscou interferir nos sindicatos, objetivando controlar a organização dos trabalhadores. Lideranças atreladas ao governo tornaram-se dirigentes de alguns sindicatos, que por sua obediência e ação conciliatória eram conhecidos como sindicatos “amarelos”, e em 1912 promoveram um “Congresso Operário” e fundaram a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT) (ANTUNES, 1985; ABRAMIDES; CABRAL, 1995; MATTOS, 2009).

Os anos de 1917 a 1920, são marcados por grandes movimentações e greves, impulsionadas pela queda dos salários e a crise econômica pós I Guerra Mundial, que degradaram ainda mais as condições de trabalho e vida dos operários. Com destaque para a greve geral de 1917, ocorrida em São Paulo, que começou com a paralisação de uma fábrica têxtil, recebendo a solidariedade de todo o ramo têxtil e de outras categorias. “A paralisação foi total, atingindo

inclusive, o interior. Em poucos dias, o número de grevistas cresceu de 2000 para 45000 pessoas” (ANTUNES, 1985, p.52). A repressão foi intensa, causando inclusive mortes entre os grevistas. O Estado também fechou entidades, prendeu, exilou lideranças e criou instituições especializadas no policiamento às organizações dos trabalhadores, como a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública (1922).

Na década de 1920, ocorreu o declínio da hegemonia anarquista no movimento sindical, principalmente pela perseguição às suas lideranças e pelas limitações de sua linha de atuação, que privilegiava as lutas econômicas, opondo e negando a via política, desde a organização dos partidos políticos dos operários até a conquista de uma legislação trabalhista. Aliado a esses fatores, a influência da vitória Revolução Socialista da União Soviética (URSS) em 1917 e a divulgação dos ideários comunistas fizeram com que alguns militantes rompessem com o anarquismo e fundassem, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴³. Este tinha como objetivo fomentar e dirigir a Revolução Socialista no Brasil, tendo os sindicatos como locus privilegiado de atuação dos comunistas. Apesar de estarem na ilegalidade, participaram das eleições com o Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1928, através de candidaturas que tinham programas contrários ao latifúndio e ao imperialismo. E em 1929, realizaram o Congresso Sindical Nacional que contou com a representação de vários estados e criou a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) do Brasil, central sindical que congregava os sindicatos sob influência dos comunistas.

Ainda nesse período, os sindicalistas “amarelos” ampliaram seu alcance, impulsionados pelos privilégios concedidos pelo Estado e também fundaram a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB). Além disso, o Estado funda, em 1921, o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), que objetiva não apenas controlar os sindicatos como torná-los órgãos de colaboração estatal.

A crise econômica brasileira é intensificada com a crise capitalista de 1929, trazendo uma cisão na oligarquia brasileira. A Aliança Liberal, composta por cafeicultores inconformados com a queda dos lucros, industriais e a oposição militar – em especial, o Movimento Tenentista

⁴³ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é fundado em 1922, designado como Seção Brasileira da Internacional Comunista (IC) com a nomenclatura de Partido Comunista do Brasil. Mas no seu V Congresso, em 1960, para se adequar a legislação partidária brasileira e entrar na legalidade, delibera pela mudança na nomenclatura e passa a se designar Partido Comunista Brasileiro. Em 1962 ocorreu um racha e alguns militantes do PCB fundam o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 2010).

que atuava em oposição ao regime da República Velha desde 1922 –, organiza a deposição do presidente Washington Luís e a ascensão do governo provisório, 1930-1934, de Getúlio Vargas, na conhecida “Revolução de 1930”, configurando “um acordo entre as frações dominantes feito *pelo alto*, conciliando os interesses agrários com os interesses urbanos emergentes e excluindo qualquer forma de participação efetiva da classe operária” (ANTUNES, 1985, p. 58).

A partir de 1930, tem-se um processo de intensificação da industrialização brasileira promovida pelo Estado e, portanto, a necessidade de normas para formalização do mercado de trabalho, bem como contenção do movimento operário. Cabe aqui destacar um conjunto de medidas do Governo Vargas direcionadas aos trabalhadores e suas organizações, que segundo Mattos (2009, p.62) possui quatro núcleos:

a) a legislação previdenciária, que generalizou as primeiras experiências dos anos de 1920 com as caixas de aposentadorias e pensões, mais tarde chamadas de institutos, que, com contribuições do Estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais, etc; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio de representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com o poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista.

Com o discurso de colaboração entre as classes, trabalhadores e empresários/latifundiários, Getúlio Varga institui as bases da estrutura sindical brasileira, que apesar de mudanças ao longo das décadas, vigora até os dias atuais (FREDERICO, 2009).

A primeira medida para isso foi, ainda em 1930, a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) e a Lei da Sindicalização (Decreto 19.770), em 1931, objetivando a vinculação dos sindicatos à burocracia e à legislação estatal. Estabelecia que os sindicatos deveriam ser oficializados e reconhecidos perante o MTIC, o qual teria controle sobre seus recursos financeiros, proibidos de serem utilizados em momentos de greve; instituía o sindicato único por categoria; permitia que delegados do Ministério participassem das assembleias sindicais; “proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos” (ANTUNES, 1985, p. 59).

Os sindicalistas organizados e combativos buscaram fazer frente à convocatória dos sindicatos oficiais, percebendo os nefastos efeitos sobre a autonomia do movimento sindical e conseguiram resistir até mais ou menos o ano de 1935. E como ressalva Antunes (1985), houve muitas movimentações grevistas no período, que trouxeram conquistas trabalhistas, como férias e descanso semanal remunerados, jornada de 8 horas de trabalho, etc. (já existentes, mas restrita a algumas categorias, como os ferroviários). Para fomentar a adesão aos sindicatos oficiais, o governo estimulou a criação de sindicatos, mesmo que com pouca representatividade; vinculou os benefícios das novas leis trabalhistas para as categorias através da negociação com as representações oficiais, pois, dessa forma, a base pressionaria as lideranças a oficializarem os sindicatos; e por último, a possibilidade de participar da Assembleia Nacional Constituinte, pois além de representantes eleitos pelo voto direto, participariam também um grupo de deputados escolhidos pelos empresários e os associados dos sindicatos oficiais (MATTOS, 2009).

Crescia também a mobilização dos trabalhadores, criando-se, em 1934, a Frente Única Sindical (FUS) e em 1935, a Confederação Nacional Unitária do Brasil (CSUB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada no mesmo ano, frente anti-imperialista sob direção do PCB, que também lutava pela democracia no Brasil e contra o fascismo. Com isso, o Estado inicia uma ação repressiva, sob o pretexto de conter um levante comunista da ANL, colocando-a na ilegalidade. O Governo Vargas declara estado de sítio, fecha os sindicatos combativos, prende, deporta e mata suas lideranças. A repressão se intensifica, e em 1937, inicia a ditadura do Estado Novo e todos os partidos são cassados. Dessa forma, o campo sindical fica mais propício aos “amarelos” e consolidam-se os sindicatos oficiais. Nos anos que se seguem, é criada a Comissão de Enquadramento Sindical, órgão vinculado ao MTIC, responsável por reconhecer as categorias profissionais e, portanto, com possibilidade de representação; o imposto sindical – pagamento compulsório referente a um dia de trabalho por ano repassado aos sindicatos –; coloca-se como dever dos sindicatos a prestação de assistência (médica, jurídica, social, etc.) aos seus associados; e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, que mesmo sendo uma regulação do trabalho, exclui os trabalhadores sem carteira assinada e do campo (ABRAMIDES; CABRAL, 1995; ANTUNES, 1985; MATTOS, 2009).

Como afirma Abramides e Cabral (1995), é importante destacar o papel do imposto sindical como uma fonte financeira que contribui na manutenção dos dirigentes pelegos e permite o papel assistencialista dos sindicatos.

Nos anos que seguem, o movimento sindical combativo teve momentos de reorganização, mas também, de grande repressão. E mesmo denunciando e combatendo o controle exercido pelo Estado nos sindicatos, não se consegue alterações na estrutura sindical, com isso, há uma atuação por dentro da estrutura oficial, o que pode ser justificando pelo uso dos recursos financeiros dos sindicatos oficiais. Essa decisão tem como principal consequência facilitar a coerção ao movimento sindical classista durante a implantação da Ditadura Militar. Para analisar o período do início dos anos 1940 ao golpe militar de 1964, concorda-se com Mattos (2009, p. 78) que é necessário atentar-se a quatro conjunturas distintas: 1) as lutas do processo de redemocratização (1945-1946); 2) a repressão no final do Governo Dutra (1947-1950); 3) o retorno dos setores combativos às direções sindicais (fim do segundo Governo Vargas aos primeiros anos do Governo de Juscelino Kubitschek (JK)); 4) as grandes mobilizações do início da década de 1960.

Sobre o primeiro momento, nos primeiros anos de 1940, a ditadura do Estado Novo passa a ser contestada por vários setores do país, inclusive por parte da oligarquia industrial. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados: Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, fortalece esse movimento e a luta por redemocratização ganha força. Dois posicionamentos dividem o país: um setor de direita ligada ao imperialismo norte-americano, em oposição a Getúlio, que mais tarde, funda a União Democrática Nacional (UDN); e outro de cunho nacional-popular dos setores de esquerda, como o PCB, que percebem no projeto nacionalista de Vargas um possível aliado. Tentando controlar o processo de redemocratização, Vargas realiza medidas liberalizantes (não apenas como concessão, mas sob pressão da oposição da direita liberal e por manifestações dos trabalhadores, apresentadas a seguir) como reconhecimento dos partidos – com isso, o PCB entra novamente na legalidade; os governistas criam o Partido Social Democrático (PSD); e Vargas funda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, anistia para presos políticos, convocação da Constituinte e eleições presidenciais, tem-se também um movimento organizado pelo PTB e as bases governistas, o “queremismo”, que seria a realização da Constituinte com Getúlio no poder, porém Vargas é deposto pelos militares. Novas eleições são convocadas e Dutra, candidato pelo PSD e apoiado pelo PTB, vence as eleições.

Antes de ser deposto, Vargas decretou a Lei Antitruste, que autoriza desapropriar empresas estrangeiras danosas aos interesses nacionais e aboliu “não só dispositivos legais que obrigavam a presença de representantes do Ministério do Trabalho nas assembleias sindicais,

como também, exigia a aprovação prévia do Ministério para realização de eleições e posse das direções sindicais eleitas” (ANTUNES, 1985, p.65). Apesar disso e da pressão dos trabalhadores representados por setores de esquerda como o PCB, não se conseguiram alterações substanciais na estrutura sindical.

O PCB, com dois anos de legalidade, “chegou a atingir cerca de 200 mil membros e, nas eleições de 1945, elegeu uma bancada de 15 deputados federais, sendo Luiz Carlos Prestes o senador mais votado até então, na capital da República” (TELLES, 1981, p. 24), ficando seu candidato à presidência em terceiro lugar. O resultado eleitoral do PCB demonstra que para a classe trabalhadora, a redemocratização significava um momento de resistência e luta, pois nesse período, os trabalhadores avançaram no movimento sindical, conseguindo substituir os pelegos das diretorias sindicais por lideranças representantes dos interesses de sua classe, fundando em 1945, uma organização intersindical, apesar da proibição legal, chamada Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que trazia entre outras propostas o combate ao atrelamento dos sindicatos ao Estado e a criação de entidades intersindicais regionais.

Em 1946, ocorre o Congresso Sindical dos Trabalhadores e funda-se a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Destaca-se que, nesse momento, os comunistas e os militantes do PTB atuavam conjuntamente no MUT, e apesar de ambos defenderem a autonomia sindical, não havia um processo de ruptura com a estrutura oficial e confronto direto com a CLT. Além disso, desde o fim do Estado Novo, diversas categorias entraram em greve, contestando o arrocho salarial e as medidas econômicas decorrentes da entrada na guerra. As lideranças mais combativas, principalmente os comunistas, ficaram inseridas no dilema de apoio às bases ou seguir a orientação partidária de assegurar alianças no processo da redemocratização. Diante dessa situação, dos pelegos e governistas, muitas greves eclodiram por meio das bases e comissões por local de trabalho (ANTUNES, 1985; MATTOS, 2009).

Com a Guerra Fria e a fim de conter a organização das massas, Dutra toma medidas de repressão: coloca o PCB na ilegalidade, proíbe a existência do MUT e fecha a CTB. Como consequência, tivemos um novo momento de baixa do movimento sindical até 1951, quando “o salário mínimo atingiria o menor patamar desde sua criação, com valor real inferior a 40% do estipulado dez anos antes” (MATTOS, 2009, p. 86), o que leva a uma nova “onda” de pressão por reajustes, pelo direito de greve e contra intervenção nos sindicatos e suas diretorias (contra o

atestado de “ficha limpa”, ou seja, da pessoa não ter participação na militância vinculadas a setores de esquerda para assumir as diretorias sindicais).

Nesse contexto, os comunistas rompem com os trabalhistas, atuam em oposição à presidência e passam a defender “atuação paralela aos organismos sindicais oficiais, por meio de comissões de base dos trabalhadores nas empresas e de entidades intersindicais criadas apesar da legislação que as proibia” (MATTOS, 2009, p. 87). Essas comissões crescem e se apresentam como um avanço na organização dos trabalhadores, pois participam intensamente das mobilizações e das greves, que ocorrem nos primeiros anos de 1950, colocando o PCB como liderança significativa nesse período. Em relação às entidades intersindicais, foi criado o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) que depois viria a ser o Pacto de Unidade e Ação (PUA), além de Pactos Intersindicais (PIS). “Ressalta-se que tais organizações intersindicais não tinham caráter de organizações paralelas, mas pelo contrário, nasceram de uma árdua luta dentro dos sindicatos oficiais e que visavam, isto sim, a transformação radical da estrutura sindical vertical” (ANTUNES, 1985, p.70).

Segundo Telles (1981, p. 44-61), em 1951 ocorreram 173 greves com a participação de 363.999 grevistas. Em 1952, os números foram 264 e 410.890, respectivamente; em 1953, o número de grevistas chegou a 800 mil. “Entre as lutas de 1953, cabe ressaltar, destacadamente, a grandiosa greve desencadeada em fins de março pelo proletariado paulista, na qual tomaram parte de 300 mil trabalhadores”. Apesar da forte repressão, até 1964, temos um processo de ascensão do movimento sindical, por exemplo, em 1954 um milhão e duzentos mil trabalhadores participaram de greves.

As principais reivindicações tinham como fundo as questões econômicas – contra a fome, a carestia – mas também pela autonomia sindical, em defesa da riqueza nacional, contra o acordo militar feito entre o Brasil e os Estados Unidos, dentre outras. Como Telles (1981, p.60) coloca

No período abarcado por este artigo (os anos 1948/1951/1952/1953/1954 e 1955) a classe operária não limitou suas atividades à luta por reivindicações econômicas e pelas liberdades sindicais. Os trabalhadores compreenderam a relação existente entre a política executada, então, pelo Governo, o jugo dos imperialistas norte-americanos e dos latifundiários, a “política da guerra fria” e o agravamento continuado de suas condições de vida e de trabalho [...]. As memoráveis campanhas patrióticas realizadas no Brasil, em defesa do Petróleo e das demais riquezas naturais; contra a aprovação e a aplicação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em defesa das liberdades democráticas; contra

o envio de soldados brasileiros para lutar na Coréia, ao lado dos imperialistas, e outras campanhas contaram com a ativa participação do movimento operário.

Apesar das tentativas de controle e pequenas concessões, as forças populares ecoavam com a oposição da UDN e abalavam o governo de Getúlio. O seu suicídio conseguiria, contudo, reverter a influência da oposição e restaurou junto às massas urbanas o mito do “pai dos pobres”, garantindo inclusive a eleição de Juscelino Kubitschek (JK), candidato dos partidos criados por Vargas (PDS e PTB). Foi necessária, dessa forma, pressão popular para garantir a posse de JK e seu vice, Goulart.

Nesse momento, os comunistas, a fim de evitar o isolamento, aliam-se com os trabalhistas de esquerda com o objetivo de se apoderar das direções dos sindicatos oficiais. Mattos (2009, p. 92) apresenta quatro tendências presentes no movimento sindical do período: a) os católicos; b) os “renovadores”, em modo geral de esquerda, porém críticos aos comunistas; c) o bloco nacionalista, que incluía o PCB e os trabalhistas de esquerda; d) os pelegos, que se proclamavam “democráticos”, grupo adepto ao controle estatal dos sindicatos pela estrutura sindical.

Em 1960, com o avanço nas lutas operárias, foi realizado o III Congresso Sindical Nacional, em que foram aprovadas, majoritariamente, as teses dos nacionalistas. Os pelegos, dirigentes das principais confederações, se viram em minoria e abandonaram o Congresso, que conseguiu fundar o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), com o objetivo de unificar o movimento sindical e de combater o peleguismo das confederações. E já no ano seguinte, conseguiram afastar os dirigentes “democráticos” da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). A CGT foi importante nas manifestações sindicais, principalmente, as greves, mas também é preciso destacar sua importância no processo de renúncia do Presidente Jânio Quadros e posse do vice, João Goulart, em que os sindicatos decretaram greve em solidariedade a Goulart, e em 1962, convocaram greve geral para a realização do plebiscito que derrubaria o regime parlamentarista. Neste mesmo ano, durante o IV Encontro Sindical Nacional, conseguiriam consolidar as mudanças das direções pelegas e além das demandas econômicas aprovaram a campanha em defesa das reformas de base. O sindicalismo seguiria com intensas mobilizações e greves (ANTUNES, 1985; MATTOS, 2009).

Ocorreram também avanços na organização dos trabalhadores rurais, visto que em 1954, criou-se a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Posteriormente,

começaram a surgir os sindicatos de trabalhadores rurais, e entre suas pautas, constava-se a conquista de legislação trabalhista para o campo e o fim do latifúndio, devendo este ser substituído por propriedades camponesas e estatais. Além das Ligas Camponesas que, em geral dirigidas pelo PCB, traziam como uma de suas principais bandeiras a reforma agrária. Em 1963, funda-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), “sendo também elaborado o Estatuto do Trabalhador Rural, que expressava parte das reivindicações dos trabalhadores do campo. Desta maneira, suas lutas uniam-se às dos trabalhadores urbanos” (ANTUNES, 1985, p. 74).

Esse momento de afloramento de largas camadas “trabalhadoras, urbanas e rurais, no cenário político, galvanizando segmentos pequeno-burgueses (com especial destaque para camadas intelectuais) e sensibilizando parcelas da Igreja Católica e das Forças Armadas, era um fato novo na vida do país” (NETTO, 1991, p. 22). Apesar de não caracterizar uma situação pré-revolucionária, ameaçava as classes dominantes. Com isso, o ano de 1963, para Netto (1991, p.24), tinha o seguinte contexto: “ou o capital nacional (privado) concertava com o Estado um esquema de acumulação que lhe permitisse tocar a industrialização pesada, ou se impunha articular um outro arranjo político-econômico, privilegiando ainda mais os interesses imperialistas”. As forças populares apostaram na primeira opção, porém se desenhava uma outra resolução, que culminaria na rearticulação dos acordos da classe dominante, em um “pacto contra-revolucionário”.

O cenário de mobilização popular mediante às lutas por reformas de base, com apoio do presidente João Goulart – que radicaliza suas propostas quando percebe não ser possível conciliação com a direita para permanência na presidência e manter o projeto nacionalista, ao mesmo tempo em que perdia gradativamente seu arco de apoio nas classes dominantes– é o principal fator que leva setores civis e militares conservadores a organizarem a deposição do presidente e o golpe militar em 31 de março de 1964. Nesse momento, usa-se todo o aparato da estrutura sindical para reprimir o sindicalismo combativo, tendo assim, os instrumentos legais para interferir nos sindicatos, destituir as diretorias eleitas e substituí-las por interventores apoiadores do Governo, extinguir as organizações sindicais (intersindicais, CGT, etc), prender os dirigentes sindicais, etc. (ANTUNES, 1985).

No regime militar, intensificaram-se as repressões aos sindicatos, reforçou-se a visão sobre estas entidades como órgão de assistencialismo e interventor entre o Estado e os

trabalhadores. As medidas econômicas responsáveis pelo arrocho salarial e ataques aos direitos trabalhistas, como a fixação do reajuste salarial (deixa de ser por negociação entre patrões e empregados, para ser unificado em um único percentual relativo à inflação nos últimos dois anos, a proibição das greves e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no lugar da estabilidade assegurada no setor privado, a partir de dez anos de serviço, aumentando a rotatividade dos postos de trabalho nesse período, efetivam o “milagre econômico” (SANTOS, 2012).

É preciso enfatizar que houve movimentos de resistência e de luta contra a ditadura e suas medidas contra a classe trabalhadora, como a luta armada, o movimento estudantil, organizações partidárias (mesmo na ilegalidade) e, com limitações, a luta operária. Em 1967, a proposta do Ministério do Trabalho de promover uma “renovação sindical” (claro que sob a tutela do Estado) e as consequências do “arrocho salarial” tornam possíveis que dirigentes sindicais (mesmo os pelegos) criem o Movimento Intersindical Anti-Arocho (MIA). Na atuação do MIA, havia dirigentes que defendiam medidas contra o arrocho, mas com moderações e sem confronto direto ao Ministério – nesse grupo diversificado, encontrava-se também o PCB, com poucos militantes e influência decorridas da ilegalidade, os rachas que geraram outras organizações e repressão a seus dirigentes – e mais radicais favoráveis à greve, acreditando que nesse momento a intensificação da pressão popular levaria a queda da Ditadura Militar (no mesmo ano, tem-se intensas mobilizações estudantis). Essa concepção mais radical antecipa a greve acordada para outubro de 1968 (no dissídio coletivo dos metalúrgicos) deflagrando greves em Osasco (SP) e Contagem (MG), que são fortemente reprimidas. No mesmo ano, é decretado o Ato Inconstitucional número 5 (AI-5), intensificando a repressão sobre o movimento operário e popular (ANTUNES, 1985).

Na década de 1970, entra em crise o modelo econômico da ditadura com aumento da inflação e fim do “milagre” econômico, trazendo fortes impactos para classe trabalhadora, no qual se destaca o arrocho salarial, a continuidade dos aparatos de repressão (por exemplo, a ilegalidade das greves). Além disso, ressalta-se a intensificação do processo de resistência à Ditadura Militar e luta pela democracia, que organizavam diversos segmentos da população em movimentos sociais, partidos políticos (mesmo que na ilegalidade), ou seja, existia um processo de efervescência social. A fim de controlar a redemocratização, Geisel anuncia, em 1974, a transição lenta, gradual e segura para um regime democrático que duraria até a primeira eleição

direta para presidente em 1989. São anunciadas também medidas redemocratizantes, como por exemplo o fim do AI-5, em 1978, e em 1979 a anistia irrestrita – o termo “irrestrito” refere-se ao fato que ela não apenas liberta os presos políticos e permite a volta dos exilados, mas também é parte de medidas que impedem os julgamentos dos militares por seus atos contra os direitos civis e humanos, como as torturas, desaparecimentos e mortes – e a reforma partidária, extinguindo o bipartidarismo e liberalizando a organização política (MATOS, 2009; ABRAMIDES, CABRAL, 1995).

Nessa década, também se tem o retorno do movimento sindical à cena política do Brasil, que, apesar da derrota de 1968, mantinha uma atuação no interior das fábricas, mesmo que de forma limitada e isolada. Um importante exemplo disto são as operações tartaruga, em que “os operários diminuam o ritmo de trabalho, fazendo cair consideravelmente a produção [...] e com isso, forçando o patronato a dialogar e a conceder aumentos salariais”, sendo “largamente utilizada durante os anos mais violentos do arrocho salarial, quando os níveis de exploração atingiram as formas mais aviltantes, garantidas por um controle ditatorial sobre quaisquer formas coletivas de luta operária” (ANTUNES, 1985, p. 82).

Em 1977, como consequência das precárias condições de trabalho e de vida e, como estopim, as denúncias do Banco Mundial em relação à manipulação do Governo nos dados sobre o aumento do custo de vida para ajuste do salário mínimo (ocasionando uma queda no seu valor real) inicia-se uma luta por reposição salarial, que surge no ABC Paulista. Essas mobilizações são intensificadas e radicalizadas com paralizações, que se espalharam por toda a região de São Paulo em 1978, significando um acúmulo da resistência dos trabalhadores nas fábricas e um processo de representatividade dos dirigentes sindicais (dada pela proximidade das reivindicações das bases), denotando uma expressão da organização da classe trabalhadora e um novo ciclo de resistência sindical: o novo sindicalismo, que defenderia a autonomia sindical frente ao Estado, e na perspectiva classista contra as medidas econômicas que assolavam os trabalhadores, na defesa e ampliação dos direitos trabalhistas (MATTOS, 2009; ANTUNES, 1991).

Apesar do caráter inicialmente econômico, tais mobilizações ganham um perfil político a partir do processo de luta contra a ditadura, expresso nas suas características:

- as greves ampliam-se, extrapolando os limites da fábrica para atingir o espaço da cidade, da Câmara Municipal, dos estádios etc.;
- reforça-se a organização dos comitês de fábrica, das comissões operárias, oposições sindicais etc.;

- as assembleias gerais das fábricas, do sindicato e da oposição sindical reúnem centenas, milhares de operários, o que configura o caráter de massas das mobilizações e das greves;
- as reivindicações sindicais centram-se nas lutas: por liberdade e autonomia sindical e pelo direito de greve; pela estabilidade no emprego para o dirigente sindical; por negociações diretas com os patrões; por melhoria das condições de trabalho: modernização das empresas, aumento da produtividade e controle sobre o processo de trabalho;
- as reivindicações nacionalistas se expressam contra a remessa de lucros; contra a ocupação de regiões e setores produtivos pelo capital estrangeiro; contra a privatização das empresas estatais;
- as mobilizações graduais se traduzem em: "operações tartaruga", greves parciais, utilização de tarjas pretas nas roupas até o atendimento das reivindicações, e "esquecimento" de documentos especiais para entrar na fábrica, etc. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 72).

Processo que se expressa, ainda, na organização dos trabalhadores nas centrais e partidos na década de 1980, em especial na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Salienta-se que em 1981, o Brasil tem uma intensificação da depressão econômica que aumenta os índices de desemprego até 1983, e com isso ocorrem várias manifestações dos desempregados. Nesses primeiros anos de 80, há também um refluxo no movimento grevista, que para Antunes (1991 p. 16), é motivada pela “derrota da greve de 41 dias no ABC paulista, no início de 1980 [...]”. A acentuação do quadro recessivo no início do ano, jogando a ação dos trabalhadores para o universo da preservação do emprego”, teve ainda a introdução da “nova política salarial⁴⁴”, com a pretensão de apaziguar as mobilizações.

Porém, tal refluxo não significou a paralisação do avanço sindical, que realizou de forma independente, do Estado a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 1981, congregando cerca de 5.036 delegados, eleitos por suas categorias em assembleias de sindicatos urbanos e rurais e associações profissionais, em que são abordadas questões referentes aos interesses da classe trabalhadora e conjuntura nacional (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Conforme Antunes (1991), no CONCLAT existiam duas grandes tendências, que foram ficando cada vez mais evidentes nos acontecimentos dos anos posteriores: 1) mais combativa, formada pela convergência de dois grupos: os representantes do novo sindicalismo – esses em maioria sem histórico de militância, formados como sindicalistas em sua ação cotidiana,

⁴⁴ Segundo Antunes (1991, p.16), a “‘nova política salarial’ introduziu a semestralidade nos reajustes do salário, criou a sistemática do INPC para a correção salarial, estabeleceu faixas salariais diferenciadas e possibilitou a negociação direta, a título de produtividade”.

que apesar de atuarem nos sindicatos oficiais, eram defensores do sindicato autônomo e classista – e as “oposições sindicais” – constituídos, majoritariamente, por ex-militantes “da esquerda organizada, em especial dos inúmeros grupamentos existentes na virada dos anos 1960/70 no Brasil, além de um contingente expressivo da igreja católica” (p.45), mais resistentes a atuação por dentro da estrutura sindical, propunham a organização pela base, principalmente em comissões de fábricas. Esses dois grupos seriam responsáveis pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, e, nesse momento, compuseram a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS); 2) de cunho reformista, na defesa de um sindicalismo conciliador, identificada como Unidade Sindical, que estabelecia uma aliança entre “o peleguismo moderno [...] e setores sindicais vinculados à esquerda tradicional, PCB e MR-8, e que contou com a adesão de sindicalistas ligados ao PCdoB” (p.47). A organização do setor mais combativo é expressa nas deliberações da conferência, como participação da base no encaminhamento da construção de uma central sindical – Pró-CUT – e na aprovação do plano de lutas, com pautas econômicas (contra o desemprego, por estabilidade, salário mínimo unificado) e políticas, como contra as propostas de reforma do sistema previdenciário, a favor da absolvição dos sindicalistas presos, pelo direito de greve e reforma agrária, entre outras. E também foi aprovada a realização do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 1982.

A Unidade Sindical organizou o adiamento do I CONCLAT para agosto de 1983, usando como justificativa o processo de abertura política em andamento e as eleições gerais que se dariam em 1982. Por seu caráter conciliador, tal grupo defendia, ainda, ações moderadas e valorizava a estrutura sindical. Ocorre nova tentativa de adiamento do evento, sem êxito e ao perceber que perdiam a hegemonia no sindicalismo, alegaram irregularidades e não participaram do Congresso que fundaria a nova central sindical. Este ocorre na data prevista organizada pelo setor mais combativo e contando com a participação de 5.059 delegados que fundam a CUT. Também é preciso destacar o papel importante dos sindicatos rurais, que haviam se desenvolvido nos últimos anos, principalmente por estímulo da esquerda católica e em rompimento com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG. O plano de lutas do movimento sindical aprovado no Congresso possui bandeiras contra a política econômica do governo (incluindo os acordos com o FMI e contra o pagamento da dívida pública), por liberdade e autonomia sindical, reforma agrária, fim da Lei de Segurança

Nacional e da ditadura militar e por eleições diretas para presidente (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

A fundação da CUT agregou diversas tendências e grupos existentes no sindicalismo combativo, incluindo o conjunto de militantes da esquerda católica, sob influência da Teologia da Libertação, “o sindicalismo independente, isto é, sem militância política anterior e sem uma convicção ideológica consolidada [...], tendências socialistas e comunistas várias, dissidentes da esquerda tradicional ou vinculada a postulações de Leon Trotsky” (ANTUNES, 1991, p.49). A nova central apresentava grande proximidade política ao PT, mas também possuía militantes de outros partidos (minoritários), como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), articulando, dessa forma, diversos ideários que convergiam no objetivo de construir uma central sindical nacional. Estabeleceu uma ação bifronte, ao passo que voltava sua atuação às pautas relacionadas aos direitos trabalhistas e política econômica (contra o arrocho salarial, por exemplo), também lutava contra a estrutura sindical. Teve uma ação importante nas greves, que voltaram a se intensificar a partir de 1983, bem como nas lutas pela redemocratização, como na disputa da Constituinte de 1988 (ANTUNES, 1991).

Diante disso, o grupo em torno da Unidade Sindical, em 1983, realiza outro CONCLAT na Praia Grande e cria a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, também sobre a insígnia CONCLAT, que três anos depois, passou a denominar-se Central Geral dos Trabalhadores (CGT). “Aliados a diversos dirigentes ligados à ditadura e ao sindicalismo atrelado ao Estado, os militantes da esquerda comunista acabaram pouco a pouco por perder espaço na CGT, que acabariam abandonando para ingressar na CUT, já nos anos de 1990” (MATTOS, 2009, p.124). Esse grupo foi se dissidiando em três: um de esquerda, formada por militantes do PCdoB; um de centro, composto pelos antigos pelegos, em especial, organizados no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em aliança com setores da esquerda tradicional, principalmente o PCB e o MR-8; e um de direita, com influência do sindicalismo norte-americano, o sindicalismo de resultado⁴⁵, diferentes dos antigos pelegos e alinhada ao

⁴⁵ Segundo Antunes (1991, p. 65), os “pontos centrais do seu ideário são: reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolar este âmbito da luta, o papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem ser totalmente desvinculados da ação sindical; o Estado deve reduzir-se a sua ação, em favor de uma política privatizante. Estes pontos básicos, aliados a uma estratégia que recusa o confronto e procura extrair resultados imediatos nas ações práticas, calculadas para que não extrapolem o

neoliberalismo. Na virada da década de 1980/1990 se dividiriam: os militantes do PCdoB e PCB se juntaram a CUT e o sindicalismo de resultado criaria uma nova central, a Força Sindical – FS (ANTUNES, 1991; MATTOS, 2009).

Apesar da mobilização nacional em favor das eleições diretas para presidente, as “Diretas Já!”, a qual o movimento sindical tem participação, o Congresso Nacional aprova as eleições indiretas para presidente, através do Colégio Eleitoral. Ressalta-se que o único partido a fazer boicote à participação no Colégio Eleitoral foi o PT. A chapa de Tancredo-Sarney saiu vitoriosa e, mesmo considerada oposição ao regime ditatorial, representava um “arco de alianças que passa pelos banqueiros, latifundiários, liberais representantes do antigo regime e da oposição consentida do período da ditadura, com o apoio de setores reformistas e de alguns partidos e grupos de esquerda, como PCB, PCdoB e MR-8” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 80).

Foi um período marcado pela crise econômica e pela recessão, o Governo aprova medidas de estabilização da inflação, que apesar de congregarem algumas pautas históricas dos trabalhadores, como o congelamento dos preços dos alimentos de primeira necessidade, o seguro desemprego, etc, conservam os aparatos repressivos, como a lei de greve a Lei de Segurança Nacional, e dá continuidade à política econômica imposta pelo FMI, que se expressa no arrocho salarial, no corte de verbas para as políticas públicas, etc.

A partir de 1983, são retomadas as ações grevistas, como aponta Antunes (1991), não apenas no setor industrial, mas há também maior incidência de greves nos setores de serviços e dos assalariados médios, com destaque ao funcionalismo público. Tem-se também uma acentuação nas greves de empresas, chegando a representar 75,5% das greves de 1984, adequadas ao momento de retomada do movimento grevista, sendo utilizadas pelos setores mais combativos nos momentos defensivos e frente à aderência às greves gerais. Mas também se expressa às novas estratégias de tendências do movimento sindical, que o sindicalismo de resultado é a maior expressão, sempre evitando maiores confrontos. Ocorrem também greves gerais por categoria, com destaque as categorias dos bancários – a greve realizada em 1989, tem dimensão nacional, somando cerca de 700 mil trabalhadores e 30 mil agências – e os docentes de nível superior, petroleiros, portuários, médicos, etc. É retomada a articulação de greves gerais, que começava a ser convocada em 1983, e nos anos seguintes (1986 e 1987) têm-se outras convocatórias sem

âmbito da negociação, conformaram uma feição neo-liberal e, portanto, burguesa, no seio do movimento sindical brasileiro”.

muita adesão, porém em 1989, convoca-se uma greve que durou 48 horas e parou 35 milhões de trabalhadores. Esse movimento consolida os sindicatos como interlocutores dos trabalhadores frente ao Estado e aos patrões, capazes de negociar e reivindicar suas pautas e interesses. E apresentaram, “como eixo principal, a luta contra a superexploração do trabalho e, em particular, contra a crescente degradação salarial a que estão submetidos os trabalhadores assalariados em nosso país. Pilar fundante de uma política econômica baseada no arrocho salarial” (p.32).

Reforçando seu caráter conservador e de pacto com a elite, não se convoca uma Assembleia Nacional Constituinte, como ansiava o movimento popular e sindical, mas uma constituinte por meio do Congresso, impedindo que algumas mudanças fossem conquistadas. Como afirmam Abramides e Cabral (1995, p.90)

A CUT se define por uma atuação de caráter reivindicatório classista perante a Constituinte, denunciando o Congresso com poderes constituintes enquanto rearranjo das forças da burguesia em detrimento dos interesses das classes trabalhadoras. As iniciativas populares por meio do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, das emendas populares, das pressões para as conquistas das reivindicações combinadas com o movimento real dos trabalhadores não conseguem, no entanto, barrar as forças reacionárias que se solidificam a cada dia, tendo no campo institucional o terreno privilegiado para o coroamento do projeto conservador da Nova República.

Apesar disso, as mobilizações populares não foram ao todo derrotadas e foram possíveis avanços na Carta Sindical de 1988. Em relação à legislação sindical, são destacados como avanços a liberdade de associação sindical (sem a antecedência da autorização e intervenção do Estado); o direito de sindicalização para os funcionários públicos; ampliação da legislação sindical para os sindicatos rurais (antes alguns direitos eram restritos aos sindicatos urbanos); entre outros. Como conservação, podemos apontar a continuidade da organização dos sindicatos por categorias, a manutenção do imposto sindical e das Confederações, que são fortalecidas com contribuições do imposto sindical (inexistente). Há ainda ambiguidades, principalmente, em dois aspectos: apesar de se assegurar o direito de greve, cabe à lei complementar tratar sobre os serviços essenciais e quais as formas de encaminhamento nesses casos; e o sindicato único, que foi pleiteado e conquistado como bandeira dos trabalhadores, porém, quando expresso na legislação trata-se de mais uma interferência do Estado no movimento sindical (ANTUNES, 1991; ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Para finalizar a década de 1980, é preciso enfatizar que a CUT vai se consolidando como uma Central com grande representação no movimento sindical, apesar da diversidade de

centrais. Mattos (2009, p.125), traz os seguintes dados: na fundação da central (1983) participaram 912 entidades, em “1991, 1300 entidades encontravam-se filiadas e aptas a participar do 4º CONCURT. Em 2000, a CUT possuía 3088 entidades filiadas”.

No II Congresso da CUT, em 1986, são aprovadas resoluções que expressam a combatividade que vinha sendo traçada naqueles anos, em suas proposituras ficam claros seus princípios anti-imperialistas; coloca-se ainda a organização por ramo de atividade como meta; e uma estrutura que contemple a horizontalidade no sindicalismo e a democracia interna, como a participação de delegados de bases e não apenas dirigentes em espaços deliberativos. Já no III CONCURT, 1988, ficam notórios em seus ideários tendências evidentes em sua prática, que podemos apresentar em dois grupos: 1) bloco majoritário, congregados em torno da Articulação Sindical, com atuação focada nas lutas econômicas, em pautas imediatistas e reformistas, o que lhes confere maior proximidade com as massas, e em seu ideário aproximam-se a valores da socialdemocracia; 2) formado por grupamentos minoritários, tem posicionamentos mais à esquerda, e pertencem a esse bloco a CUT pela base, a Convergência Socialistas, etc. Um aspecto significativo é a retirada das resoluções sobre a defesa do socialismo, que torna perceptível o crescimento de um posicionamento conciliatórios.

3.1.1 O movimento sindical brasileiro sob a hegemonia neoliberal

Para o sindicalismo brasileiro, a década de 1990 é marcada por um refluxo das mobilizações e da perspectiva combativa, até então, característica do novo sindicalismo, assemelhando-se cada vez mais as ações do sindicalismo de resultados da Força Sindical, a qual faziam críticas e oposição. Na sua atuação a CUT passa a priorizar a via institucional, e em suas posições políticas ganham relevância os ideários da socialdemocracia europeia (quando essa já deixa evidente seus limites históricos. A CUT, representante do Novo Sindicalismo, da “década de 90, a partir de sua posição hegemônica majoritária, abandona gradativamente as lutas históricas aderindo a um sindicalismo institucionalizado, permanecendo atado à imediatidade abandonando as lutas anticapitalistas na direção do socialismo” (ABRAMIDES, 2006, p.309).

Três fatores confluem nas mudanças de posturas da representação do novo sindicalismo: 1) os impactos da reestruturação produtiva e do avanço neoliberal para o mundo do

trabalho (aumento do desemprego, intensificação das formas de precarização e flexibilização, como retratado anteriormente); 2) a manutenção da estrutura sindical na carta constitucional de 1988, anteriormente foi abordado alguns aspectos relacionados a constituição, a fim de complementar traz-se outros elementos; 3) as mudanças nas posições da CUT, que também explana-se nos parágrafos seguintes (MATTOS, 2009; OLIVEIRA, 2015; ABRAMIDES, 2006).

Sobre o segundo ponto, Mattos (2009, p.132-133) afirma que na luta por avanços nos debates da Carta Constitucional foi notável maior pressão dos sindicatos em relação aos direitos trabalhistas do que nas questões relacionadas à estrutura sindical, uma das motivações que podemos destacar é o fato da CUT estar na direção de vários sindicatos e federações oficiais, diminuindo sua radicalidade em quesitos como o imposto sindical, o sindicato único, etc. Isso nos lembra a postura dos dirigentes mais combativos dos anos de 1950-1960 da atuação por dentro da estrutura, o que também traz limitações ao movimento.

Os limites impostos por essa permanência do sindicalismo oficial são sensíveis, por exemplo, nos momentos em que, apesar das estratégias variadas de pressão que os sindicatos possam vir a empregar, os resultados da negociação coletiva acabam por ser definidos pela Justiça do Trabalho, pelo “poder normativo”, que define o julgamento de um dissídio coletivo como ponto final de qualquer negociação trabalhista.

Além disso, a permanência do imposto sindical corrobora com a continuidade da existência ou a criação de sindicatos com pouca adesão das bases ou tradição nas lutas pelos direitos dos trabalhadores, bem como causa certa dependência dos sindicatos mais combativos aos recursos governamentais para sua manutenção e estimula a lógica assistencialista, como serviços médicos, espaços recreativos, etc.

Em relação ao terceiro ponto, se o III CONCUR torna as disputas internas mais evidentes, o IV (1991) e o V CONCUR (1994) aprofundam explicitando as diferentes posições dos dois grupos supracitados – o grupo majoritário articulado pela Articulação Sindical e as correntes minoritárias –, bem como consolidariam a hegemonia da posição majoritária nas teses, resoluções e direção da entidade. É preciso destacar que houve diversas denúncias quanto a fraudes nas eleições de delegados e votações do IV Congresso, que a Articulação Sindical consegue aprovar boa parte de seus posicionamentos, como em relação à participação das Setoriais do Governo Collor⁴⁶.

⁴⁶ Para ver mais consultar: TEIXEIRA, Rodrigo. Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal. Rio de Janeiro: Malungo, 2013.

A sua filiação a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL) na plenária nacional de 1992, expressa as mudanças em sua postura. Até então, a CUT não era filiada a nenhuma central internacional por considerar que as existentes não condiziam com suas posturas, no IV CONCURT a majoritária propõe a vinculação a CIOSL, aprovada no ano seguinte. Nesta Confederação, inicialmente, predominava o sindicalismo de negociação norte-americano e depois a socialdemocracia europeia, ou seja, prioriza em sua ação as negociações com o Estado e Capital. E “influenciará nas propostas de sindicato orgânico que a maioria da direção da CUT irá começar a apresentar a partir de então” (FRANÇA, 2013, p.173).

A CUT também tem alterações em sua estrutura, se antes, os Congressos priorizavam a participação da base, com a aprovação no III CONCURT de uma maior participação das direções, a partir do IV Congresso há uma queda dos delegados de base. Conforme Teixeira (2013), no III CONCURT os delegados da base somavam 51% e da direção 49%, no IV CONCURT esses números são 17% e 83% respectivamente. Na Plenária Nacional de 1992, aprovam-se mudanças na organização vertical da Central, os departamentos nacionais e estaduais são substituídos pelas federações (estaduais e regionais) e confederações – que podiam ser as cutistas, “que podiam ser criadas a partir dos departamentos [...] ou podiam ser as próprias confederações da estrutura sindical oficial” (MATTOS, 2009, p. 137), recordando-se que a CUT tinha posicionamentos contrários às confederações, acusando-as de preservar e de acentuar o atrelamento dos sindicatos ao Estado –. Outro fator é o fato de que no VI CONCURT, 1996, a tradição de teses por corrente ser substituído por uma tese única da direção. Dessa forma, a CUT reduzia a democratização das decisões e direcionamentos em seus espaços deliberativos, o que era antes uma de suas principais bandeiras.

Diante disso, as resoluções da CUT vão abdicando do caráter classista e aderindo ao pensamento do capitalismo como fim da história, à ideia de que as mudanças em curso eram inevitáveis, focando sua atuação em pequenas conquistas dentro da ordem, garantia dos empregos, com um caráter defensivo. As classes sociais, o adversário da CUT e dos trabalhadores, que no I Congresso eram identificados como a burguesia conversadora é substituído por termos que diluem a questão central de oposição das duas classes – burguesia e proletariado –, como elites, setores sociais, organismos internacionais (FMI, Banco Mundial). Há retrocessos também entre a unidade das lutas econômicas e políticas – anteriormente, a luta pela redemocratização considera bandeira da CUT, como exemplo dessa articulação –. (CRUZ, 2000).

A reestruturação produtiva no V CONCURTO aparece como necessária, frente à obsolescência do maquinário da indústria brasileira, concluindo que com isso, cresceriam a produtividade, a geração de empregos, ou seja, o crescimento econômico com ganhos sociais⁴⁷, mesmo que para isso fosse necessário negociar os direitos trabalhistas já conquistados. “O importante não seria barrar o processo de reestruturação produtiva, baseado no aumento da exploração do trabalhador, no corte dos direitos sociais e na expansão do desemprego, mas propor possíveis soluções que amenizassem o seu impacto” (TEIXEIRA, 2013, p.103).

A atuação e o posicionamento da CUT assemelham-se ao sindicalismo de resultados da Força Sindical, seja com a adesão da pauta de participação dos lucros e resultados, como alterações nas mobilizações, as greves gerais por categoria perdem destaque para as greves por empresa, favorecendo a fragmentação dos trabalhadores e “possibilitando que às empresas maiores e mais bem organizadas melhores resultados nas negociações com os patrões, o que, por sua vez, acabava por fortalecer o discurso liberal da livre negociação” (FRANÇA, 2013, p. 40).

Dessa forma, os representantes do novo sindicalismo priorizam, a partir dos anos 1990, o que se intensifica nos anos 2000, a via institucional de atuação. A redemocratização, as possibilidades postas com a Constituição Federal de 1988, as parcerias público-privadas, a emergência do “terceiro setor” – com destaque para as ONGs, muitos movimentos populares e sociais passam a atuar nessas organizações, principalmente nas políticas públicas setoriais e direitos das “minorias” (relacionados a questões de gênero, ético-raciais, geracionais, etc.) –, inserem na agenda dos movimentos sociais a possibilidade de atuação na disputa do Estado, por exemplo, nos Conselhos de direitos. Essa perspectiva impacta o movimento sindical, como aspectos disso, destacam-se a iniciativas de economia solidária, a participação nas câmaras setoriais e a utilização das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Segundo França (2013), no Brasil, as câmaras setoriais têm sua origem no governo de JK, ressurgindo, posteriormente, no governo de Sarney na forma de fórum e na governança de Collor são renomeadas como Grupos Executivos de Política Setorial, as “câmaras conservavam a

⁴⁷A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) inicialmente defende inicialmente um projeto nacional-desenvolvimentista, que para superar o subdesenvolvimento os países latinos deveriam investir no processo de industrialização, mas planejada e implementada pelo estado nacional. Porém, a partir de 1990 esse posicionamento muda, a Cepal passa a defender a abertura da economia para o capital externo e seus interesses, e para diminuir a desigualdade social concomitantemente o Estado deveria aumentar seus investimentos em políticas social de caráter compensatório e com foco na pobreza e extrema pobreza, no que seria chamado de desenvolvimento com equidade, base do pensamento neodesenvolvimentista (CARCANHOLO, 2010; CASTELO, 2010; 2013).

sua composição original como um fórum de empresários e técnicos governamentais, adquirindo a função de negociar e coordenar setorialmente os programas de incremento de qualidade e produtividade” (p.44). Até então, tinham pouca efetividade, pois os trabalhadores convocados negavam a participação por perceberem que nesse espaço possuíam pouco poder de negociação, por estarem em minoria, mas na convocação de Collor de Mello a CUT rever seu posicionamento e defende que diante das novas condições era preciso sua participação. Esse processo é impulsionado pelo anúncio do fechamento da fábrica Ford motores em São Bernardo, em 1990, com ênfase no pragmatismo – a manutenção dos empregos, por exemplo – é considerado um importante espaço de atuação, em uma defesa que a parceria entre Estado, empresários e trabalhadores, todos saiam ganhando.

Apesar das câmaras setoriais terem pouca duração, em 1993, já encontram resistência do Governo Federal e sob a presidência de FHC, foram suspensas, considera-se que são exemplos da mudança de posicionamento da direção cutista, seu pragmatismo e burocratização. Evidenciando a abertura para negociação e diálogo com o Estado, que no governo de FHC, segue com a atuação da CUT na negociação de direitos previdenciários, em 1996, sem que essa decisão passasse por nenhum espaço deliberativo. A CUT, juntamente com a CGT e a Força Sindical, fecham “um acordo informal com o governo, onde constava a proposta de substituição do tempo de serviço pelo de contribuição no cálculo da aposentadoria” (FRANÇA, 2013, p.163), entre outras. Mesmo que após dois meses, a direção nacional da CUT manifeste-se contra o acordo, no VI CONCURT, um ano depois, faziam balanço considerando positivos os resultados dessa negociação. Até o fim do seu segundo mandato, FHC implementa a retirada de diversos direitos trabalhistas, previstos nesse “Acordo da Previdência” entre os quais

o fim da aposentadoria especial para professores universitários, a idade mínima para a aposentadoria no serviço público, que passou a ser de 55 a nos, para mulheres, e de 60 anos, para homens; e ainda conseguiu que fosse retirada da Constituição a regra da aposentadoria com base nos últimos 36 meses de salário, que abriu caminho para uma nova regra, que leva em conta a idade de aposentadoria, o tempo de contribuição e o salário médio do trabalhador (FRANÇA, 2013, p. 169).

As centrais sindicais, inclusive a CUT, passaram a fazer parte do Conselho Deliberativo do FAT, este determina que os recursos do fundo deveriam ser aplicados também em qualificação profissional e geração de emprego e renda – anteriormente, esses recursos eram usados para o seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra –, e tais programas poderiam

ser realizados pelo Estado, instituições privadas sem fins lucrativos e etc, como os sindicatos e associações patronais. A Força Sindical sempre defendeu essa prática e a CUT adere a partir da segunda metade dos anos 1990, quando seus dirigentes majoritariamente argumentam que os impactos da reestruturação produtiva são inevitáveis e é necessário ações que possam minimizá-los – aqui destaca-se o chamado “terceiro setor”⁴⁸ e a conclamação do engajamento da “sociedade civil” (colocada como homogênea, não perpassa nesse conclamação o fato de ser travejada de classes sociais com interesses distintos, traz ainda a separação liberal que coloca o Estado em uma instância, o empresariado como outra e uma terceira formada por quem não é Estado nem empresariado, o restante da sociedade ou a sociedade civil) –, e uma das causas do desemprego seria a falta de qualificação dos trabalhadores. A CUT passa a orientar seus sindicatos a buscarem a implementação do curso, que utilizassem as verbas do FAT, e esses repasses tornam-se uma fonte de grandes recursos financeiros (FRANÇA, 2013; TEIXEIRA, 2013).

Aliado a isso, tem-se as iniciativas de economia solidária da CUT, no incentivo ao cooperativismo, que ganham destaque a partir dos anos 2000, e é vista como uma alternativa aos trabalhadores em relações as consequências da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Para a Central não se trataria de assistencialismo, mas de “uma rede de solidariedade para minimizar os efeitos negativos das transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas [...] e pressupunha também parcerias com grupos privados, até mesmo ligados ao sistema financeiro” (FRANÇA, 2013, p.65). Porém, os diversos estudos sobre a economia solidária⁴⁹ apontam para seus limites de efetivação e sua funcionalidade à ordem. Como Wellen (2014) afirma, a defesa do cooperativismo fortalece a perspectiva de soluções dentro do sistema em vez de um posicionamento crítico em relação ao sistema, mesmo que se efetive sua proposta de democracia interna na produção e na cooperação entre trabalhadores, trata-se de experiências singulares que não encontram nas determinações do mercado condições de se concretizarem de fato. Assim,

⁴⁸ Para ver mais sobre as questões do “terceiro setor” e a chamada a sociedade civil, que se destaca papel das ONG’s, mas também o empresariado solidário, em que empresas passam a organizar setores destinados a “projetos sociais”, a Fundação Roberto Marinho e campanhas como Criança Esperança são grandes exemplos. Consultar: MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

⁴⁹ Sobre o debate de economia solidária em uma perspectiva crítica, consultar entre outros: WELLEN, Henrique. Para a crítica da Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

inversamente ao roteiro apresentado pelos defensores da “economia solidária”, os dados estatísticos sobre o funcionamento dessas organizações comprovam que o seu discurso hegemônico não passa, essencialmente, de um movimento mistificador. Ao Contrário do defendido por seus representantes, a funcionalidade das organizações da “Economia Solidária” está mais próxima do capitalismo, na sua dinâmica de reestruturação produtiva do que de um projeto voltado para a luta dos trabalhadores (p.277).

É notável que essa década marca os novos rumos da Central representante do novo sindicalismo, que a atuação pela via institucional – e, portanto, da negociação, prática defensiva, abandono da perspectiva classista em prol da visão do capitalismo como fim da história e ganhos dentro da ordem –, com isso, a abdicação de bandeiras históricas como a autonomia sindical. Sob “justificativa do imediato, da solidariedade, da cidadania, da construção da contra-hegemonia no seio da sociedade civil” (FRANÇA, 2013, p.181), em prol do desenvolvimento capitalista com equidade, base do “novo desenvolvimentismo”.

Na década seguinte, o VII CONCURT (2000) reafirma essa direção e no que segue com a eleição de Luís Inácio do PT para presidência transfigura-se para “um sindicalismo estadista a partir de 2003, abdicando da pouca resistência que ainda demonstrava nos oito anos da *‘herança maldita’* do governo FHC” (ABRAMIDES, 2006, p.309).

Concorda-se com Mattos (2013), que a chegada à presidência do PT não é o ponto de partida das inflexões da CUT, mas esse processo veio sendo construído há uma década. Porém, durante os governos do FHC a CUT (e o próprio PT) ao fazerem oposição ao governo, conseguiam manter posicionamentos críticos às medidas governamentais de cunho neoliberal. Isso, de certa forma, conseguia manter a unicidade em torno da Central (como foi citado haviam setores dentro da CUT críticos a sua direção majoritária conciliatória). “A diferença fundamental desse novo contexto em relação ao anterior é que, enquanto o PT se encontrava na oposição, essa conversão ideológica e os conflitos entre as correntes cutistas eram obscurecidos e encobertos pela crítica ao governo Cardoso” (GALVÃO, 2009, p.181).

A situação é alterada a partir de 2003, a proximidade entre a CUT e o partido que ajudou a eleger tem consequências sobre sua postura de aprofundar a aposta na via institucional e conciliatória de atuação, como nos espaços de negociação criados ou incentivados pelo governo (em geral tripartite, formado por empresários, Estado e representação dos trabalhadores), como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), a Mesa Nacional de Negociação Coletiva para Servidores Federais, o Fórum Nacional da Previdência Social, as conferências das políticas públicas setoriais, etc. E mesmo a participação

de suas direções na gestão, como ministros – por exemplo, a indicação de Luiz Marinho (então presidente da CUT) para Ministro do Trabalho em 2005 – ou em diversos outros cargos na esfera governamental e nos fundos de pensão (OLIVEIRA, 545; GALVÃO, 2009; MATTOS, 2013).

Com isso, a CUT passa a evitar tecer críticas às medidas governamentais de retirada do direito dos trabalhadores, como na “Reforma da Previdência” em 2003, que tem como foco o desmonte da previdência dos servidores públicos, esses, mesmo representando grande parcela de sua base, a CUT se opõe à greve convocada pelos servidores, propondo a negociação dos pontos polêmicos. Seguindo com essa postura, a Central é complacente com as demais contrarreformas realizadas pelos governos do PT (Lula e Dilma), em diversos setores como educação, saúde, que impactam direta e indiretamente nos trabalhadores dos diversos segmentos. E mesmo em medidas impopulares, como a Lei Antiterrorismo⁵⁰, sancionada no governo Dilma, com claro objetivo de criminalização dos movimentos sociais.

Um fato que demonstra isso é a modificação na forma de comemorar o dia primeiro do maio, por ser conhecido como dia do trabalhador, historicamente, nesse dia a CUT buscava realizar formas de manifestação que retratassem as demandas dos trabalhadores, a partir do Governo Lula passa a promover festas, em que se apresentavam artistas e se realizavam sorteio de prêmios, seguindo o exemplo da Força Sindical, que promove tais eventos desde 1998 (GALVÃO, 2009; OLIVEIRA; 2015).

Essas posturas, em que “prevaleceu, na CUT, a disposição em: participar e legitimar os novos espaços, atuar propositivamente nas políticas sociais, evitar críticas às ações do governo, emprestar seus quadros para participar da gestão” (OLIVEIRA, 2015, p. 553). Evidenciam os rachas internos na CUT, ocasionando cisões, entre elas um dos grupos predominantemente alinhados politicamente com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)⁵¹ funda, em 2004, a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Tem-se

⁵⁰ Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, que dispõe sobre o conceito e os encaminhamentos relacionados a organizações terroristas no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm>.

⁵¹ O PSTU surge em 1993 a partir do racha de uma corrente partidária do PT “Convergência Socialista”, em verdade são expulsos do PT, em 1992, por suas posições críticas ao projeto de conciliação de classes que passa a predominar no PT <<http://www.pstu.org.br/>>.

também a criação da intersindical constituída por segmentos alinhados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁵².

Em 2010, setores da esquerda – em maioria o PSOL e o PSTU – convocaram um CONCLAT na tentativa fracassada de unificar as duas centrais, nesse congresso a CONLUTAS para a se denominar Central Sindical e Popular (CSP) CONLUTAS, na propositura de aglutinar “não apenas sindicatos, mas também, movimentos sociais que representem outras faces da luta dos trabalhadores, como movimentos de luta pela terra no campo e por moradia nas cidades, organizações de luta contra o racismo, movimento estudantil, entre outros” (MATTOS, 2014, p.94). Apesar dessa estratégia de unidade nas diversas lutas e movimentos sociais poder significar avanços na organização dos trabalhadores brasileiros, a “incapacidade de unificação demonstrada em 2010 é um indicador da principal fragilidade das forças sindicais mais combativas nesta conjuntura: sua fragmentação e pequena representatividade” (Ibid., p.94). Alia-se a esse processo de fragmentação a cisão na Intersindical – entre setores que concordaram na busca pela unificação com a CONLUTAS e os que discordaram –, existindo hoje duas Intersindicais (uma formada em maioria por militantes do PSOL e outra pela Alternativa Sindical Socialista – ASS). Além da criação de correntes sindicais – que apesar de menor expressão no âmbito sindical, buscam organizar em uma perspectiva classista os trabalhadores, como a Unidade Classista, corrente sindical vinculada ao PCB, etc.

A proposta do Governo Federal de Reforma Sindical apresenta-se como um elemento essencial para compreender a movimentação das centrais sindicais, em especial, as vinculadas ao sindicalismo oficial e de carimbo, discutida por cerca de dois anos no FNT é enviada para o Congresso em 2005, os setores governistas desistem de tramitar a reforma e encaminham duas medidas provisórias⁵³, ambas rejeitadas pelo Congresso em 2006. Mas em 2007, pelo Ministério do Trabalho, com as duas maiores centrais sindicais (FS e a CUT), uma proposta que culmina na

⁵² O PSOL é fundado, em 2005, por diversos grupos políticos que racham com o PT após a eleição presidencial do Lula em 2003, segundo o site do PSOL ([2006?]) “com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência, o PT passou a viver um período de muitas tensões internas. Uma parte significativa de seus militantes estavam descontentes com os rumos do governo, pois sinalizava, a cada dia, o abandono do socialismo como horizonte estratégico e a defesa de projetos prejudiciais ao povo brasileiro”.

⁵³ “Uma criando o Conselho Nacional de Relações de Trabalho, organismo tripartite concebido para tratar do registro, financiamento e representatividade dos sindicatos, e outra que reconheceria legalmente as centrais sindicais que comprovassem a filiação mínima de 100 sindicatos” (GALVÃO, 2015, p.190).

Lei 11.648 de 2008⁵⁴, sancionada já no fim do primeiro mandato de Lula, que determina os critérios de representatividade “(como a representação de, no mínimo, 5% do total de trabalhadores filiados a sindicatos no país, além da comprovação da filiação mínima de 100 sindicatos) e também, o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas” (GALVÃO, 2009, p.191).

Assim, a cúpula sindical passa por novas cisões e colisões: a Corrente Sindical Classista (CSC), vinculada ao PCdoB também rompe com a CUT e funda a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), em 2007; sete confederações sindicais⁵⁵, contrárias a alguns pontos da proposta de reforma sindical criam a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), em 2005; e em relação às centrais antigas, e em geral pouco expressivas, tem-se um processo de fusão, “ocasionado por fatores mais pragmáticos do que político-ideológicos: é o caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT), fusão da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e da Social Democracia Sindical (SDS)” (Ibid., p. 180). Entre outras centrais sindicais já existentes ou criadas posteriormente, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGTB), fruto de um racha da CGT em 1988 e que em 2006 se funde com a Central Brasileira dos Trabalhadores e Empreendedores (CBTE) e a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), formada por membros do antigo MR-8, etc.

A Força Sindical, no início do mandato de Lula, ensaia críticas ao governo, que logo em seguida, com as negociações e concessões de cargos para participar da administração pública, são cessadas. Mas é preciso registrar que esse processo no sindicalismo brasileiro leva o número de filiados da CUT encolher em 2005, segundo Galvão (2009, p. 188) “no governo Lula como um todo, a central teve um resultado positivo, porém fraco. Expansão de somente 1% no número de trabalhadores filiados e de 5,5 % nos sindicatos. A Força Sindical foi bem mais além. Incrementou em 134% os sindicatos e em 100% as pessoas sindicalizada”.

⁵⁴ Dispões sobre o reconhecimento legal das centrais sindicais e altera artigos da CLT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>.

⁵⁵ Segundo Galvão (2015) são: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSBP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação e Afins (CNTA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT).

Contudo, esse fato não altera a CUT como maior central sindical até os dias atuais, conforme os dados divulgados em 2016, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a CUT continua liderando o índice com 33,67% de representatividade, seguida pela Força Sindical com 12,33% e a UGT com 11,67%⁵⁶. Esse processo leva as centrais a impulsionarem a fundação de sindicatos, a fim de aumentar sua base e representatividade, com isso tem-se o crescimento do número de sindicatos, de 2005 a 2013, surgiram no país 2.050 sindicatos (ALMEIDA; CARNEIRO, 2013)⁵⁷. Em 2016, conforme dados de Campos (2016), divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), haviam 15.892 sindicatos, desses 10.817 sindicatos de trabalhadores (65,6%).

Para se comparar a representação cutista, em 2013, registravam 3.438 entidades filiadas e a CSP CONLUTAS, apenas 86 entidades. Aliado ao crescente número de sindicatos, federações e centrais sindicais existentes, é perceptível os nefastos efeitos da estrutura sindical vigente e da postura de conciliação de classe para o sindicalismo no País, bem como os desafios para as organizações combativas.

O quadro é intensificado com o golpe institucional e o impedimento da presidente eleita (Dilma Rousseff), em um contexto de inflexão e retirada de direitos (Lei da Terceirização, Reforma Trabalhistas e Previdenciárias, etc.). Segundo Abramides (2017), a falta de autonomia e independência de classe faz a CUT mesmo diante do processo de impedimento apostar na luta pela via institucional (pela votação na Câmara e no Senado), “em vez de organizar uma greve geral política em defesa da soberania popular” (p. 236). E com o golpe efetivado, continua nessa direção, fazendo acordos, negociando direitos e mirando nas eleições de 2018, ao em vez de organizar a classe contra os ajustes neoliberais.

⁵⁶ Os dados foram encontrados no site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, disponível em: < <http://www.diap.org.br/index.php/component/content/article?id=17053>>.

⁵⁷ Informação retirada do site O Globo, disponível em < <https://oglobo.globo.com/economia/com-mais-de-250-novos-sindicatos-por-ano-brasil-ja-tem-mais-de-15-mil-entidades-8237463>>.

4 BREVE HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo abordar as formas de organização política dos assistentes sociais, em especial, sua trajetória no âmbito sindical. Para tanto, considera-se necessários contextualizar as peculiaridades do Serviço Social enquanto profissão assalariada, além de uma rápida exposição sobre o seu objeto de intervenção – as diversas expressões da questão social – e, uma breve história de maturação dessa categoria profissional no Brasil.

4.1 Serviço Social: uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho

Para compreender a institucionalização do Serviço Social, bem como seu surgimento aliado ao conservadorismo, é preciso, inicialmente, trazer elementos sobre o objeto de intervenção, a questão social.

Esta tem sua gênese vinculada às contradições oriundas da relação entre capital e trabalho na sociedade capitalista, bem como aos desdobramentos políticos do processo de resistência da classe trabalhadora. Tratando-se do “*conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, [...] enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade*” (IAMAMOTO, 2012a, p. 27).

Assim, tem sua origem no que Marx designou de *lei geral do desenvolvimento capitalista*, que consiste na tendência de socialização progressiva da produção, ao passo que a apropriação das riquezas produzidas é privada. Uma vez que, os meios de produção pertencem a uma pequena parcela da população e o restante possui apenas sua força de trabalho, a qual vende como mercadoria para garantir sua sobrevivência, existindo uma coletividade no processo de produção, porém uma privatização das riquezas produzidas, gerando assim, diversas desigualdades sociais. Dessa forma, a força de trabalho tem como finalidade para o seu comprador a “produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse

modo de produção” (MARX, 1996, p. 251). Essa apropriação torna-se cada vez mais concentrada e centralizada.

No modo de produção capitalista, toda acumulação de riqueza gera mais acumulação de riqueza, com o trabalho “não pago” convertido em capital. Em seu desenvolvimento, é notável não apenas a concentração das riquezas socialmente produzidas, bem como dos meios de produção e do domínio sobre a força de trabalho, mas também a centralização dessas em números cada vez menores de capitais individuais, com

a concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração (Marx, 1996, p. 257).

Com isso, cresce também a concorrência entre os “capitais individuais”, sendo necessário extrair o máximo de trabalho não pago. A incorporação de tecnologia aos meios de produção permite produzir mais com a utilização de menos mão de obra, extraindo do trabalhador também a mais valia relativa. Assim, com o desenvolvimento dos meios de produção (capital constante), temos a diminuição da necessidade de força de trabalho (capital variável) para produzir a mesma quantidade ou mais riquezas. Esse fato nos traz a formação de um “exército industrial de reserva”, constituído por trabalhadores aptos para o trabalho, porém que não encontram compradores para sua força de trabalho. A existência dessa “sobra” de trabalhadores pressionam os trabalhadores empregados a se submeterem a péssimas condições de trabalho, baixos salários e, ainda, acirra o pauperismo, pois “sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza” (Marx, 1996, p. 273).

Compreende-se a insanidade da sabedoria econômica, que prega aos trabalhadores que ajustem seu número às necessidades de valorização do capital. O mecanismo da produção e acumulação capitalista ajusta constantemente esse número a essas necessidades de valorização. A primeira palavra desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva; a última palavra, a miséria de camadas sempre crescente do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do pauperismo (Marx, 1996, p. 274).

Segundo Netto (2011b), o termo questão social surge para designar grandes índices de pauperismo. No fim do século XVIII e início do XIX, e aos seus desdobramentos sócio-políticos, pois pela primeira vez na história, a pobreza crescia ao mesmo passo que a produção de riqueza, ou seja, aumentava juntamente com a criação de condições (com o aumento da produtividade) para sua escassez.

O pauperismo, aliado às precárias condições de vida e de trabalho, gerou a indignação dos trabalhadores e diversas formas de protestos, constituindo-se como ameaça à ordem burguesa. Assim, não se relaciona a questão social o pauperismo ou as desigualdades sociais em si, mas sua existência como consequência da acumulação no modo de produção capitalista e as desigualdades entre as classes sociais⁵⁸ nesse sistema, bem como os desdobramentos sócio-políticos, a luta de classes.

Por estar indissociável da luta de classes Netto (2011b) também nos aponta como marco o ano de 1848, com as diversas manifestações dos trabalhadores intensificadas desde 1840, é necessário que os intelectuais vinculados à ordem vigente “expliquem” as diversas expressões da questão social, esses passam a abordá-la desvinculando sua historicidade e naturalizando, como algo inerente a sociedade capitalista, podendo apenas o governo intervir a fim de amenizá-las, apresentando um caráter reformista e fragmentado no trato a questão social, ou seja, pode-se interferir ou amenizar as diversas expressões da questão social desde não chegue a sua gênese: as contradições entre capital e trabalho, a propriedade privada. Além disso, nesse ano temos diversos fatos políticos da organização da classe trabalhadores que evidenciam os antagonismos dos interesses das duas classes fundamentais (burguesia e proletariado), deixando claro que as diversas expressões da questão social só poderiam ser superadas com a superação da sociedade capitalista, ou seja, a “passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si” (p.156).

Com isso, como afirma Iamamoto (2012b), pode-se definir questão social como “específica da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam, é apreendida como expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes” (162). Dessa forma, expressa

⁵⁸ Entenda-se que estamos tratando das classes sócias fundamentais: a burguesia, classes detentora dos meios de produção, e o proletariado, classe que vende sua força de trabalho como mercadoria para sobreviver.

desigualdades econômicas, político e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutura, ela atinge visceralmente a vida a vida dos sujeitos, numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos (IAMAMOTO, 2012b, p. 160).

É necessário ressaltar que, mesmo tendo sua origem das contradições entre capital/trabalho, a questão social manifesta-se em diversas formas nos estágios de desenvolvimento do capitalismo e nos contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais de cada local, país, ou seja, não existem novas questões sociais, mas novas manifestações da mesma questão social. O período de crise estrutural do capital, elucidado no capítulo anterior, tende a agravar as diversas expressões da questão social, por exemplo, o aumento do desemprego, da pobreza, violência, etc.

Após essa breve contextualização, torna-se mais fácil compreender o surgimento do Serviço Social como profissão, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO, 2012a). Pois, segundo Netto (2011b), o Serviço Social surge como profissão no capitalismo monopolista, fase de maturação do capitalismo, processo que acirra as diversas expressões da questão social.

Com isso, torna-se necessária uma nova intervenção na questão social, intermediada principalmente pelo Estado, através de políticas públicas, ou seja, “a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês enfrenta a ‘questão social’, tipificada nas políticas sociais” (NETTO, 2011b, p. 74). Assim, criam-se as condições sociais e históricas para emergência do Serviço Social como profissão, que não se trata apenas da evolução de práticas filantrópicas, apesar de não se negar a influência dessas para a profissão em seu surgimento. Como nos esclarece Netto (2011b)

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’, vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da *ocupação* de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura (p. 73)

Essas políticas sociais demandam profissionais para sua formulação e efetivação, principalmente na esfera da execução surge o mercado de trabalho para assistentes sociais,

caracterizado por sua amplitude e ao tratar de diversas expressões da questão social, torna possível sua especialização em áreas (NETTO, 2011b).

Além disso, as políticas públicas, mesmo com seu caráter de garantir a reprodução da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que tenta minimizar os conflitos sociais entre as classes causados pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista, também são expressão das lutas da classe trabalhadora por direitos sociais, não sendo meras concessões do capitalismo, mas frutos da luta de classes, “conformam um terreno de conflitos [...] constituídas de respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo do proletariado” (Ibid., p. 78).

Dessa forma, com a necessidade de “gerir” o conflito entre as classes sociais, principalmente através do Estado, tem-se o terreno para institucionalização do Serviço Social enquanto profissão, ou seja, do assistente social como “um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente patronal, empresarial ou estatal” (IAMAMOTO, 2012a, p. 24), ou seja, a profissão passa a participar do trabalho social, da divisão social e técnica do trabalho, sua mão-de-obra qualificada possui valor de uso e, ao mesmo tempo, integra a condição de assalariado, “seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele também tem um efeito na produção ou na redistribuição do valor e da mais-valia” (IAMAMOTO, 2012a, p. 24).

Mesmo o assistente social sendo considerado um profissional liberal não detém todos os meios necessários para a realização do seu trabalho, a sua autonomia é, portanto, relativa. Ao realizar a venda de seu trabalho especializado, o (a) assistente social pode atuar em instituições estatais, empresariais e privadas sem fins lucrativos. Esses empregadores acabam por delimitar a área de atuação do assistente social – por lidar com as diversas refrações da questão social, que são tratadas de forma fragmentada pelo Estado burguês, o Serviço Social tem um amplo espaço de atuação –, suas condições materiais para efetivação dos atendimentos, impõe requisições trabalhistas e mediam a relação com o trabalho coletivo em que se inserem.

O assistente social possui sua mão-de-obra qualificada, que para se tornar trabalho, precisa ser consumida. Assim, é nessa forma de trabalhador assalariado que o assistente social se insere nas organizações da classe trabalhadora, não apenas em suas entidades representativas, o conjunto CFESS/ CRESS⁵⁹, a ABEPSS e os sindicatos de assistentes sociais, mas também nas

⁵⁹O conjunto é formado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

demais organizações da classe trabalhadora em acordo com sua área de atuação (IAMAMOTO, 2012b, p. 214-215). Como afirma Iamamoto (2012b)

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvimento em relações sociais distintas. Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. (p. 215)

Assim, como trabalhador assalariado, regulamentado pelo contrato de trabalho, os empregadores delimitam em que refrações da questão social o assistente social vai atuar, bem como os recursos humanos e materiais que terá para realizar o atendimento e as condições que o assistente social realizará seu trabalho, como carga horária, salário, metas, índices de produtividade, entre outros.

Entretanto, outro fator interfere na atuação profissional, as necessidades sociais dos usuários dos serviços, “que condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos cidadãos e cidadãs que recebem os serviços profissionais” (IAMAMOTO, 2012b, p. 219). Uma vez que, através da sua atuação nas políticas públicas, na prestação de serviços sociais, o trabalho do assistente social interfere na reprodução social dos trabalhadores – que possuem a força de trabalho, única “mercadoria” capaz de produzir valor –, com isso, atua na produção de consensos sociais.

Porém, mesmo diante do assalariamento e dos “limites” e das contradições impostas por essa condição aos assistentes sociais, esses possuem sua relativa autonomia, valores éticos e políticos existentes no seu projeto profissional⁶⁰, e expressos também nos estatutos legais que regulamentam a profissão, permitindo ao assistente social uma atuação não apenas baseada nas exigências institucionais, mas crítica e em defesa direitos sociais dos usuários dos serviços.

Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem *produtos*: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na

⁶⁰ Na sequência deste capítulo vai-se tratar com mais detalhes sobre a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro, bem como seus valores norteadores.

criação de *consensos* na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2012a, p. 69).

É nesse espaço de tensão que trabalham os assistentes sociais, se as condições impostas pelo empregador limitam sua autonomia profissional, as demandas postas pela classe trabalhadora e a correlação de forças para alcance dessas, os pressupostos éticos e políticos e a legislação jurídica sua para atuação – ressalta-se que essas legislações resguardam as atribuições e as competências profissionais – lhes confere uma relativa autonomia, que pode alterar seu exercício profissional.

A possibilidade de imprimir uma *direção social ao exercício* profissional do assistente social – moldando seu conteúdo e modo de operá-lo – decorre da *relativa autonomia* que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômicas política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados (IAMAMOTO, 2012b, p. 220)

A atuação profissional do Serviço Social, mesmo com as diferenças impostas pelas áreas de atuação, as refrações da questão social que irá incidir mantêm seu caráter qualitativo, o que permite tratar seu fazer profissional de forma abrangente, no que se consideram as formulações sobre a instrumentalidade do Serviço Social⁶¹. Esta é considerada uma forma de mediação, na busca pela superação da racionalidade formal-abstrata⁶², que reveste a profissão de uma perspectiva tecnicista, burocrata e acrítica. (GUERRA, 2011). Sendo o espaço que permite a reflexão dos “valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida ou questionada socialmente [...] permite que estabeleçam

⁶¹ Neste trabalho não se vai aprofundar as discussões acerca da instrumentalidade do trabalho, bem como das características ontológicas do trabalho, nem de suas transformações no modo de produção capitalista. Também não abordará com detalhes sobre a instrumentalidade do Serviço Social. Para ver mais a respeito de tais temáticas acesse: GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

⁶² Segundo Guerra (2011) a racionalidade formal-abstrata trata-se de uma racionalidade necessária a ordem capitalista em seu processo de produção e reprodução social, tem alicerce na abstração do trabalho e na feitiçização das relações sociais. Possui “seu substrato nos processos e relações que se estabelecem no/pelo trabalho nas formações sócio-econômicas capitalistas. Porém o seu desenvolvimento assume expressões peculiares nas diversas instituições e organizações da sociedade burguesa” (Ibid., p.122). Ressalta-se, as expressões dessa racionalidade nas políticas sociais, pois ao “isolar as questões sociais do âmbito das relações de trabalho [...] o Estado acaba por obscurecer a organicidade entre políticas sociais e processo de acumulação/ valorização do capital. Ao fragmentar as questões sociais numa pluralidade de modalidades e setores constituídos em ‘campos’ nos quais serão tratados as ‘anomalias’ da sociedade, ‘tipificadas em políticas sociais’ (Netto, 1989a:59), esse mesmo Estado institucionaliza práticas profissionais especializadas para atuarem basicamente em dois níveis: do planejamento e da sua implementação” (GUERRA, 2011, p. 135), dentre essas especialidades o Serviço Social.

vínculos com o projeto ético-político profissional, ‘em defesa dos direitos sociais e políticas públicas’” (GUERRA, 2000, p.30-31).

Assim, a instrumentalidade do Serviço Social é entendida como a capacidade adquirida pela profissão em seu amadurecimento histórico e social para responder as demandas que lhes são colocadas. Nas palavras de Guerra (2000), trata-se do

conjunto das condições que a profissão cria e recria no exercício profissional e que se diversifica em função de um conjunto de variáveis tais como: o espaço sócio-ocupacional, o nível de qualificação de seus profissionais, os projetos profissionais e societários hegemônicos, correlação das forças sociais, dentre outros (Ibid., p. 20).

A fim de superar a perspectiva formal-abstrata, são colocadas três dimensões formativas da instrumentalidade do Serviço Social: 1) dimensão teórico-metodológica, que se refere às teorias e às metodologias utilizadas pelo Serviço Social para embasar seu exercício, pois para conseguir articular as singularidades, apresentadas em seu cotidiano, com a universalidade da realidade social, particularizando-as e assim, perceber a questão social em sua totalidade, bem como os limites e as possibilidades da profissão são necessários embasamentos teóricos e metodológicos a partir de uma perspectiva crítica; 2) dimensão ético-política é relacionada a direção social que o assistente social concerne a sua prática profissional em acordo com valores éticos-políticos, tendo como referência o PEP; 3) dimensão técnico-operativa relacionadas ao fazer profissional propriamente dito, ao conjunto de habilidades e técnicas utilizadas usadas para execução de seu trabalho.

Ressalta-se que essas três dimensões se articulam na realidade, a separação é meramente didática. Ao se compreender essa relação dialética entre as três dimensões, destaca-se a dimensão técnico-operativa, pois “é na realização da dimensão técnico operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional” (GUERRA, 2012, p.42). Sendo nessa que o “profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas. Esta cultura profissional, como indicou Netto (1996b), incorpora objetos, objetivos, valores, racionalidade, técnicas, instrumentos, conhecimentos, teorias” (Ibid., p.42). Diante dessas abordagens gerais, é preciso seguir com as particularidades do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil.

4.2 Serviço Social no Brasil: do conservadorismo a consolidação do projeto ético-político

O início de século XX no Brasil é marcado por mudanças econômicas e por políticas, em que se destaca o processo de urbanização, industrialização e consolidação de um mercado nacional de trabalho – um dos elementos de destaque é o fim da escravidão em 1888 –. Com isso, tem-se também um aguçamento das diversas expressões da questão social na sociedade brasileira, ocasionando acentuação das desigualdades sociais e igualmente as formas de resistência e luta da classe trabalhadora. Exigindo a atuação, principalmente do Estado – mas não somente, por exemplo, a Igreja Católica desenvolve certo protagonismo neste aspecto –, nas diversas expressões da questão social.

É nesse contexto, que o Serviço Social surge como profissão no Brasil, seguindo o panorama geral supracitado de institucionalização da profissão. Assim, “nasce e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador” (IAMAMOTO, 2012^a, p. 219). E, segundo Iamamoto e Carvalho (2006), tem como características: ser predominantemente feminino – em 1945 das quinze escolas de Serviço Social existentes, treze eram exclusivamente para as mulheres e duas para homens –, com um viés de classe, por seu núcleo ser formado pelas mulheres das classes dominantes e regido por forte influência da Igreja Católica.

Nesse sentido, quando em 1936 é fundada pelo CEAS⁶³ a primeira Escola de Serviço Social, esta não pode ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já existe presente uma demanda – real ou potencial – a partir do Estado, que assimilara a formação *doutrinaria* própria do *apostolado social* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.176).

Apesar deste trabalho não objetivar resgatar histórico e sistematicamente a legitimação e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão no Brasil⁶⁴, essa contextualização é necessária para a compreensão da sua origem conservadora e das suas transformações, que ocasionam a erosão do Serviço Social “tradicional” (Netto, 1991). Pois, como apontam Cardoso e Torres (2016, p.186-187), O Serviço Social brasileiro, desde a “década de 1930, configura-se, até o final da década de 1970, um *ethos* profissional conservador, que tem como base a defesa de valores tradicionalistas, abstratos, a-históricos [...] calcada no pensamento conservador que surge e marca o século XVIII”.

⁶³ Centro de Estudos e Ação Social – CEAS.

⁶⁴ Sobre essa temática consultar: IAMAMOTTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006. LIMA, Arlette Alves. Serviço Social no Brasil: Ideologia de uma década. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

Entende-se por Serviço Social “tradicional” o exercício profissional “empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada [...], parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis” (NETTO, 1991, p.117-118).

A crise do Serviço Social tradicional ocorreu de forma internacional, tendo como contexto os anos de 1960 – marcado pela efervescência no âmbito econômica, social, cultural, políticos e ideológicos –. Ao pensar a América Latina, têm-se os movimentos progressistas e revolucionários, como a Revolução Cubana em 1959, mas também conservadores e contrarrevolucionários, principalmente a instauração das ditaduras militares.

Assim, na América Latina, a erosão dessas bases ocorre com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que iniciou em 1965 no I Seminário de Serviço Social Face as Mudanças na América Latina. Apesar de já existir organização de Assistentes Sociais no continente esse movimento inaugura um momento inédito para a profissão (LOPES, 2016).

Inicialmente, o movimento tem um caráter universal, que trazia como questão central a funcionalidade da profissão para superação do subdesenvolvimento da região. Diante disso, os profissionais passam a se indagar sobre seu papel frente às demandas postas à profissão, a legitimidade de seus procedimentos tradicionais e sua perante seus usuários, enquanto segmentos organizados da população. Os profissionais dos diversos países unissem em prol de “adequar a profissão às demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental” (NETTO, 1991, p. 147). Porém, a contestação das bases profissionais foi desenvolvendo em diferentes perspectivas, bases teóricas e objetivas, e logo, o Movimento perdeu esse caráter universal e apresenta heterogeneidades. Assim, apesar de surgir em torno da “*construção de um novo Serviço Social latino-americano*”, tal movimento não se caracteriza como homogêneo ou unitário, e sim o oposto: “tanto em função de suas *gêneses sociais* diferenciadas [...] quanto em razão da *vinculação intelectual e política por parte de seus protagonistas a matrizes teóricas e societárias também diversas*, o movimento de reconceituação se molda como uma *unidade repleta de diversidade*” (IAMAMOTO, 2012a, p. 207, grifos do autor).

Segundo Lopes (2016), foi medular nesse processo a crítica ao caráter pragmático da prática profissional, bem como a busca por bases teóricas que contemplassem as particularidades latino-americanas, nesse período, basicamente advindas da literatura europeia e norte-americana, dessa forma, justifica-se protagonismo dos intelectuais do Serviço Social. Na Busca pela

superação da sua subalternidade teórica e do pragmatismo, esse movimento se desenvolveu através da:

(a) criação de espaços de divulgação de ideias e fundamentos das análises críticas sobre o serviço social no que se destacam, nos dois primeiros momentos, as editoras Ecros e Humanitas, da Argentina, e em seguida o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), em Lima, Peru, e a Cortez Editora, no Brasil; (b) formação acadêmica, compreendendo o ensino e a pesquisa na profissão, aprofundando a crítica sobre essa dimensão específica da profissão; simultaneamente, produz mudanças na formação em nível de graduação e avança para pós-graduação [...]; (c) constituição de centro de grupos de pesquisa, destaque para o CELATS[...]; (d) organização política da profissão sob a orientação do pensamento crítico marxista, orientando a *virada* na perspectiva e concepção da profissão e da organização profissional que nutriam os/as assistentes sociais, até então (p. 321).

Ressalta-se também a criação da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAESS), em 1965, durante o V Congresso Pan-Americano de Serviço Social, congressos que se realizaram em torno do pan-americanismo. Essa associação começa a romper com o imperialismo norte americano, no início da década de 1970. E assembleia de 1974 consolida o rompimento, nesse período cria-se o CELATS, na assembleia seguinte ocorre uma revisão estatutária e a mudança do nome para Asociación Latinoamericana de Enseñanza en Trabajo Social. Ao final da década de 1980, uma crise financeira atinge a associação, fazendo com que o CELATS deixe o caráter internacional e torne-se uma instituição peruana. Além disso, o contexto do neoliberalismo, como citado anteriormente, traz recuos na resistência da classe trabalhadora, ocasionando uma crise na instituição. Sob protagonismo brasileiro, continua o debate da importância de uma entidade latino-americana de Serviço Social, ocasionando em 2006 a fundação da Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social (ALEITS) (LOPES, 2016). Neste trabalho não se objetiva discorrer sobre os caminhos de tal associação, apesar de contextualizar o movimento no continente, uma vez que, internamente o Brasil sofre influência e influencia esse movimento.

Lopes (2016) e Netto (1991) apontam dois elementos que devem ser destacados desse movimento, o primeiro é a aproximação do Serviço Social ao marxismo, portanto, uma alternativa crítica para a profissão, e o segundo trata-se do aprofundamento das relações entre os profissionais no âmbito continental, tendo como fato inédito uma “interação que se apoiava no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma unidade profissional que respondesse às

problemáticas comuns da América Latina — uma unidade construída autonomamente e sem as tutelas imperiais” (NETTO, 1991, p.150).

O movimento com sua maturação preocupa-se em inserir os debates críticos em uma perspectiva marxista, na formação profissional, bem como ampliando os espaços de pesquisa e extensão na universidade, mesmo salientando o papel decisivo da aproximação com o marxismo para o processo de ruptura com o tradicionalismo. Vale ressaltar, que essa aproximação ocorreu com diversos equívocos teóricos e políticos, como salienta Netto (1991) e Iamamoto (2012a), pois se deu majoritariamente através de “manuais de divulgação do ‘marxismo oficial’”. Aliou-se a isso a contribuição de autores ‘descobertos’ pela militância política [...] cujas produções foram seletivamente apropriadas, numa óptica utilitária, em função de exigências prático-imediatas”, alia-se a isso traços de ecletismo, “predominantemente acadêmica, rudimentos do estruturalismo marxista de Althusser” (IAMAMOTO, 2012a, p. 211).

Em relação à particularidade brasileira, faz o esclarecimento que será utilizado predominantemente a obra “Ditadura Militar e Serviço Social no Brasil” de Netto (1991). A modernização conservadora da sociedade brasileira, realizada a partir do Golpe Militar na década de 1960, precipita esse processo de erosão do Serviço Social “tradicional”, porém, o desgaste dessas bases profissionais iniciam na década de 1950, pois as mudanças econômicas e sociais dos anos cinquenta, ampliam o mercado nacional de trabalho dos assistentes sociais, acompanhando o desenvolvimento da indústria “pesada, a “modernização das administrações” municipais e o surgimento de novos programas sociais, impondo novas demandas a profissão.

Nesse período, iniciam a incorporação teórica das ciências sociais, que despertam nos profissionais as problemáticas macrossociais (ainda que nos moldes conservadores), ressalta-se que nessa época difundia-se o pensamento de superação do subdesenvolvimento. Além da inserção em equipes multiprofissionais, que permite aos assistentes sociais maiores diálogos com outras profissões.

As práticas profissionais tradicionais, basicamente o serviço social de caso e grupo, demonstram-se insuficientes para responder as novas demandas, trazendo a necessidade de a profissão pensar em novas formas de intervenção, culminando no “desenvolvimento de comunidade”. E também aponta as limitações da formação profissional e a necessidade de superar a profissão apenas como executora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

As críticas ao Serviço Social tradicional ganham expressões mais intensas na profissão. Percebe-se no início “dos anos sessenta, um duplo e simultâneo movimento: o visível desprestígio do Serviço Social ‘tradicional’ e a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano ‘comunitário’” (NETTO, 1991, p.140).

Esse processo de ruptura com o Serviço Social tradicional é ceifado pelo golpe militar de 1964, porém ao passo que se interrompe, as transformações sociais decorrentes do regime “autocrático burguês” precipitam a renovação do Serviço Social. Porém, essa vinculação quanto a precipitação não significa que os Governos militares incentivavam a erosão do Serviço Social tradicional, mas ao contrário, havia um reforço no discurso e ação governamental quanto à legitimação das formas consagradas de atuação (NETTO, 1991).

O Serviço Social tradicional favorecia os interesses da autocracia burguesa por dois fatores principais: por manter as características de subalternidade da atuação profissional, para permanecer “com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas, bastante dócil e [...] de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às estruturas organizacional-institucionais” (NETTO, 1991, p. 118).

Embora, reitere as formas de intervenção do Serviço Social conversador, as transformações ocorridas no período da ditadura militar ou da “autocracia burguesa”, seu movimento e desenvolvimento na sociedade, apontou para a reformulação do Serviço Social, justamente pelas “novas condições”, que como citadas por Netto (1991, p.118), “vinculam-se sobretudo, à reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital”. Assim, devem-se considerar o movimento interno da profissão, as novas demandas postas e a busca profissional de modalidades de intervenção para respondê-las, suas influências teóricas e políticas, produção intelectual, formas organizativas, etc.

Essas novas condições impactam sobre o Serviço Social, em seu exercício e formação profissional. Quanto à primeira, na década de 1960, tem-se a consolidação do Mercado Nacional de Trabalho para os assistentes sociais, pois o desenvolvimento capitalista no Brasil no período da Ditadura Militar intensificou as diversas expressões da questão social e conseqüentemente, ampliou a demanda profissional, seja pelas mudanças administrativas na esfera governamental ou pela criação de novos programas sociais.

Também ocorreram transformações de cunho organizacional e funcional no Estado, em relação ao trata da questão social, que não significaram apenas uma burocratização, mas também uma maior especialização das atividades desenvolvidas pelo assistente social, em acordo com sua inserção. Concomitante, tem-se a demanda de assistentes sociais atuantes nas empresas, ocasionado pelo crescimento da industrialização, principalmente no período do “milagre econômico”, “mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção” (NETTO, 1991, p. 122).

Os fenômenos de pauperização relativa (e, nalguns casos, absoluta) de amplos setores da população, as sequelas do desenvolvimento orientado para privilegiar o grande capital, os processos de migração que inflaram as regiões urbanas etc. – enfim, o quadro próprio do “modelo econômico” da ditadura – compeliram organizações de filantropia privada a requisitar, como antes não o faziam, o concurso de profissionais. Ainda que este vetor não tenha, em nenhuma medida, a mesma ponderação dos anteriores, não se trata de um componente desprezível na consolidação do mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais (NETTO, 1991, p. 122).

O mercado nacional de trabalho consolidado pelo modelo autocrático, ao passo que aumenta a demanda por assistentes sociais, também lhes exige novas demandas profissionais, mesmo que seu espaço de atuação continue majoritariamente empregado pelo Estado, localizado nas políticas setoriais, é exigido do profissional uma atuação racionalizada, modernizada, que não condiz com as práticas de atuação tradicionais. Sendo requisitada “a integrar o conjunto de procedimentos administrativos ‘modernos’; particularmente, ela foi atravessada por uma requisição de organicidade e transparência, de maneira a ser incorporada no sistema de práticas compreendido pela moldura organizacional” (NETTO, 1991, p. 123). Também, deve-se destacar a laicização da profissão.

Essas novas exigências implicaram, consequentemente, na formação profissional, tanto no aumento de ofertas de cursos de Serviço Social, na expansão da profissão, quanto na “refuncionalização” das agências formadoras dos técnicos de Serviço Social, inaugurando sua inclusão no âmbito universitário e acadêmico. Ocasionalmente maior interação com as disciplinas da Sociologia, Psicologia, Antropologia, entre outras áreas do conhecimento. Esse fato tem inegavelmente aspecto positivo, significa um avanço teórico, intelectual e investigativo, que era quase ausente no Serviço Social tradicional, mas também aspectos negativos, pois a aproximação se dá com teorias “conservadoras”, como o funcionalismo.

Para fazer-se compreensível, é preciso esclarecer três elementos apontam esse processo de erosão

primeiro, o reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com a s solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento” ou se arrisca a ver seu exercício “relegado a um segundo plano” ; em conseqüência, levanta-se a necessidade “de [. . .] aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do Serviço Social e de [. . .] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade”; e, finalmente, a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento (NETTO, 1991, p.139).

Assim, segundo Netto (1991, p.131), a renovação do Serviço Social trata-se do complexo de novas características desenvolvidas pela profissão, no contexto da ditadura militar, em que se consideram as práticas tradicionais do Serviço Social e aproximação com o conhecimento e produção teórica de outras áreas do pensamento social, principalmente das ciências sociais. Na procura por “investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais”.

A busca pela validação teórica da profissão ocasiona a aproximação com os debates e as produções teóricas das ciências sociais. Mas, além da aproximação como receptores das produções das ciências sociais, alçou a interlocução e produção teórica, com desenvolvimento de pesquisas e investigações, o que posteriormente, leva o Serviço Social a ser considerado caminho de produção de conhecimento junto às agências oficiais.

A dialética entre o Serviço Social no país antes e durante/depois do ciclo autocrático não é nem a ruptura íntegra, nem a mesmice pleonástica: é um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiteraões; é uma tensão entre vetores de transformação e permanência – e todos comparecem, em medida desigual e metamorfoseados, na resultante em que, indubitavelmente, predomina o novo (NETTO, 1991, p. 136).

Dessa forma, o Serviço Social brasileiro insere-se de forma tardia no Movimento de Reconceituação latino-americana. Embora no Brasil houvesse debates articulados ao Movimento latino-americano, a princípio apresentam-se como expressões isoladas e minoritárias. Conforme Iamamoto (2012a, p. 215), o debate brasileiro “até meados dos anos 1970, diferencia-se radicalmente das temáticas polarizadas da reconceituação na maioria dos países latino-americanos”. Inicialmente o Serviço Social tradicional se transfigura de modernização, em que se

foca na atualização das práticas profissionais atribuindo-lhes aportes teóricos. Para atender as novas demandas e garantir sua legitimidade, enfatizando uma aproximação ao funcionalismo positivista, no que Yamamoto (Ibid) denominou de “tecnificação pragmatista”. Apenas o amadurecimento desse processo faz com que acompanhe o movimento do continente, no final da década de 1970, início dos anos 1980, foi impulsionado pela crise da Ditadura Militar.

Conforme Netto (1991), no âmbito nacional, três vertentes se destacaram, duas em uma perspectiva de atualização das práticas tradicionais e não rompiam com a ordem social, são elas: perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo. A terceira intenção de ruptura traz consigo a perspectiva de rompimento com o serviço social tradicional e seus pressupostos teóricos, metodológicos e políticos.

Inicialmente, o debate é impulsionado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), nos chamados Seminários de Teorização. A primeira, trata-se da perspectiva modernizadora, tem como objetivo adequar o Serviço Social as novas demandas postas a profissão, ocasionadas pelas supracitadas mudanças advindas pós-golpe de 1964. Buscava assim modernizar o Serviço Social, principalmente sua prática profissional, atribuindo aporte teórico – principalmente o funcionalismo, positivista – e atualizando suas técnicas, traziam como o objetivo que a profissão contribuísse para o desenvolvimento brasileiro. Suas principais formulações estão nos textos dos Seminários de Araxá, em 1967, e Teresópolis, em 1970⁶⁵.

Essa vertente alcança certa hegemonia nos debates profissionais, o que é posto em xeque no início dos anos setenta. A ela vinculam-se duas críticas: uma conservadora, por seu viés de crítica ao Serviço Social tradicional – reatualização do conservadorismo –; e outra, mais progressista, que não se identifica com as posturas conservadoras desta perspectiva: em relação a sua postura perante a Ditadura Militar e seus pressupostos teóricos – intenção de ruptura.

A reatualização do conservadorismo busca exatamente retomar o Serviço Social tradicional incluindo novas bases teóricas, com isso utiliza-se da psicologia, fenomenologia. Afasta-se das polêmicas quanto a ditadura militar e aborda fortemente o subjetivismo. Seus principais intelectuais são Ana Augusto de Almeida e José Lucena Dantas e suas formulações

⁶⁵ Sobre os documentos consultar a obra de Ditadura Militar e Serviço Social de Netto. E os próprios documentos disponíveis em: CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇO SOCIAL. Teorização do serviço social. 2ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

podem ser encontradas nos documentos dos Seminários de Sumaré, em 1978, e Alto da Boa Vista, em 1984.

A intensão de ruptura teve seus debates alimentados por entidades ligadas a formação profissional, principalmente a então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e de organização política da categoria, principalmente do âmbito sindical. Essa perspectiva busca de fato romper com tradicionalismo profissional, no âmbito da teoria e prática profissional, sob forte influência do Movimento de Reconceituação.

Um fato que pretende se destacar é que tal processo da categoria alinha-se a um contexto de organização da classe trabalhadora no Brasil, que se intensifica no final dos anos de 1970 e na década de 1980. Estando vinculado a efervescência social e política no Brasil, na luta pela contra a ditadura militar, e a “a organização do conjunto dos trabalhadores no âmbito do sindicalismo classista e da trajetória histórica de organização político-sindical dos assistentes sociais” (ABRAMIDES, 2004, p.231). Bem como, a aproximação teórica ao marxismo e organização política da categoria, que passa a identificar-se como parte da classe trabalhadora, identificando-se com suas lutas e interesses.

Como um dos elementos que proporcionaram tal identidade de classe, Netto (1991) aponta as condições de trabalho dos assistentes sociais, bem como sua aproximação a setores organizados da população em seus próprios locais de trabalho, como associações comunitárias; o aumento do número de escolas gera uma alteração no perfil dos ingressantes nos cursos de Serviço Social, com o ingresso cada vez maior de pessoas pertencentes à classe trabalhadora; a da efervescia política no âmbito universitário, com atenção a atuação do movimento estudantil; além da contestação de parte da população urbana a ditadura militar.

Outro aspecto que merece destaque é o uso da teoria marxista no âmbito acadêmico, que teve sua primeira expressão com o Método BH, compreendida como caminho teórico para uma total ruptura com o conservadorismo. Apesar dos equívocos dessa aproximação, que ocorre de forma eclética com características aproximadas ao processo latino-americano. O avanço teórico, através da autocrítica profissional, do avanço das pesquisas e pós-graduação e com incentivo do CELATS ocasiona a continua superação de tais equívocos, na maioria intelectual do Serviço Social (NETTO, 1991; IAMAMOTO, 2012a).

A intenção de ruptura seria impensável sem a tendencial hegemonia cultural das correntes progressistas e de esquerda até 1968/1969, sem o desenvolvimento do

“marxismo acadêmico” e sem as marcas do novo irracionalismo que irrompe quando já ia avançada a crise da ditadura. E o desenho global do processo renovador sequer seria visualizado se, ademais do condicionalismo que já tangenciamos, o Serviço Social não experimentasse a sua inserção acadêmica (NETTO, 1991, p.163).

A maturação desse processo tendo como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) – conhecido como Congresso da Virada, em 1979 – responsável pela desvinculação do viés conservador e produzir um Projeto Ético-Político Profissional (PEP), além de diversas leis que convergem com esse sobre a prática profissional materializado em algumas normatizações da profissão, quais sejam: a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

4.2.1 A organização política dos assistentes sociais e a construção do PEP

Como supracitado, trata-se de um período de ascensão das lutas sindicais, que reflete na sua organização política e identidade com a classe trabalhadora, sua aproximação com o marxismo e, principalmente, a ruptura da profissão com o conservadorismo. Segue-se abordando esse processo, principalmente a organização dos assistentes sociais no âmbito sindical e o projeto profissional.

Segundo Ramos (2005), a organização política do serviço social é composta por três dimensões básicas: a do exercício, a formativa e a estudantil. Havendo entidades representativas em cada âmbito, com uma relação de articulação política entre as esferas para que as lutas e campanhas presentes em cada uma sejam defendidas pelo conjunto representativo da categoria.

Há uma trajetória do Serviço Social no Brasil quanto sua organização em entidades representativas. Já em 1946, é fundada a Associação Brasileira de Escola de Serviço Social (ABESS), – posteriormente chamada de Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social e, com o advento e consolidação da pós-graduação, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – uma vez que a profissão havia surgido no Brasil, recentemente, a referida Entidade tem o objetivo de discutir a formação desses profissionais. Na década de 1950, com a decisão governamental de fundação de conselhos fiscais para profissões liberais, é fundada em 1957 o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), que posteriormente passaria a denominar-se Conselho Federal de Serviço Social

(CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRASS). Essas entidades, instituídas em um contexto conservador da profissão, mantêm o posicionamento até que se inicie uma disputa no âmbito profissional por um novo projeto profissional do Serviço Social brasileiro (NETTO, 1991; RAMOS, 2005).

Em relação à organização trabalhista, o primeiro sindicato de assistentes sociais surge em 1958 no Rio Grande do Sul, outros sindicatos foram abertos, porém o movimento sindical no Serviço Social irá de fato se fortalecer nos anos de 1970, contextualizado no processo de ruptura com o conservadorismo (SASERS, 2007; ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) também se articula no contexto de ruptura com o conservadorismo, em 1978 é realizado o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), a partir desse encontro, é fortalecida a articulação dos debates e das lutas profissionais com os estudantes de Serviço Social. A partir de 1981, inicia-se a discussão da criação de uma entidade nacional de estudantes do serviço social, porém apenas em 1988, ano do X ENESS é fundada e eleita a primeira gestão da Subsecretaria dos Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que “no Brasil, tem se posicionado e lutado, ao lado de outros sujeitos, pela defesa de um projeto de universidade e de formação profissional comprometidos com as demandas democráticas e populares” (RAMOS, 2005, p. 25).

Dessa forma, podemos entender que o advento do movimento sindical e estudantil está articulado com a ruptura do Serviço Social tradicional, durante esse processo de disputa de projetos, no bojo profissional, são notáveis as mudanças de posicionamento dos Conselhos e da ABESS, conferindo uma hegemonia ao PEPSS. Pois, “espaços foram abertos pelas direções das entidades – assumidas por quadros jovens, inquietos intelectualmente e politicamente progressistas” (IAMAMOTO, 2012a, p.232-233).

Em relação a ABESS, como apontado anteriormente, a inserção na dinâmica universitária, em especial as pesquisas, o desenvolvimento da pós-graduação e a dinâmica de contestação a ditadura militar de parte do corpo universitário; a aproximação as ciências sociais; a busca por consolidação enquanto produtora de conhecimento e, principalmente, a aproximação com o marxismo. Também é necessário destacar a mudança do perfil dos estudantes de Serviço Social, apontadas anteriormente, e nessa dinâmica a articulação estudantil. Na procura por

consolidar as bases teóricas e técnicas da profissão, aos que defendiam a ruptura com o Serviço Social tradicional o marxismo é considerado como fundamento para tal ruptura.

Apesar dos supracitados limites com a aproximação marxista, que traz o traço do ecletismo teórico, traz ao Serviço Social a elucidação sobre as classes sociais e seus distintos interesse, ocasionando um papel de destaque da academia e, por conseguinte, de sua entidade representativa. Segundo Netto (1991), nenhuma vertente vinculou-se tão fortemente a universidade como a intenção de ruptura, uma vez que diante da repressão da Ditadura Militar em relação aos posicionamentos políticos e teóricos dessa vertente, a universidade “enquadrada e amordaçada [...] nunca foi um território livre; no entanto, pelas próprias peculiaridades do espaço acadêmico, este se apresentava como menos adverso que os outros para apostas de rompimento” (p. 251).

Não é mera coincidência o Método BH ter sido gestado na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Tal método traz “além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias ao tradicionalismo” (NETTO, 1991, p. 276), os primeiros passos na construção de um novo projeto profissional. É de conhecimento que a maturação teórica e política da profissão, com a busca por superação do ecletismo e a compreensão da questão social como objeto de intervenção do Serviço Social, ocorre a posteriores. Netto (1991) apresenta como marco dessa consolidação teórico-política a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, publicada em 1982, com autoria de Raul de Carvalho e Marilda Yamamoto.

Nesse movimento, a profissão entende-se enquanto classe trabalhadora, passando a identificar-se com seus interesses e lutas. Porém, não seria possível sem um debate e consciência política no corpo profissional como um todo, ou seja, extrapolando a universidade. Nesse processo, torna-se significativa a organização sindical do Serviço Social.

É importante enfatizar que a rearticulação das entidades sindicais de assistentes sociais ocorre imersas ao processo de organização e de luta da classe trabalhadora no âmbito do Novo Sindicalismo. Durante o período da ditadura militar muitos sindicatos, incluindo alguns de assistentes sociais, foram desativados. Assim, nesse período de reascensão das lutas sindicalistas foram sendo abertas novas entidades sindicais de assistentes sociais, o que traz a necessidade de uma articulação a nível nacional, esse fato se deu de forma rápida e dinâmica. Dessa forma, majoritariamente, as entidades sindicais de assistentes sociais estavam alinhadas aos setores de

esquerda no movimento sindical e popular, inicialmente na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), de 1973 a 1979, e a partir de 1983 à CUT. (ABRAMIDES, CABRAL; 1995).

Segundo Abramides e Cabral (1995), nos anos de 1977 ocorreu o I Encontro Nacional das Entidades Sindicais⁶⁶, que contou com a presença de quatro entidades, tendo como principal objetivo iniciar uma articulação nacional e aponta para a realização de uma pesquisa sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais. Três meses após sua realização, em 1978, ocorre o II Encontro com a participação de oito entidades sindicais, a seccional de Sergipe da Associação Brasileira de Assistentes Sociais⁶⁷ e a Associação Regional de Assistentes Sociais de Ribeirão Preto. E tem como objetivos

- Levantar as perspectivas de trabalho das entidades, sindicais visando ao seu fortalecimento e o trabalho intersindical;
- ser uma instância de debate político para que as entidades sindicais da categoria possam avançar em sua tarefa político-sindical;
- aprofundar a articulação nacional;
- encaminhar lutas comuns, em particular a do salário mínimo profissional. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.123)

O I Encontro Nacional das Entidades Sindicais delibera sobre as bandeiras de luta nacionais específicas da categoria (o piso e equiparação salarial) e sobre a necessária articulação das entidades sindicais dos assistentes sociais com as lutas sindicais gerais, para isso decidiu pela “elaboração de um documento político sobre a instância ‘Unidade Sindical’ para servir de base para discussão nos estados; apoio as oposições sindicais, que não são reconhecidas pelos reformistas e ‘pelegos; participação no movimento sindical mais geral” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 124).

O terceiro encontro é realizado em 1979 e conta com a participação de 15 entidades sindicais e consegue em suas deliberações abordar um plano de lutas pelo salário mínimo profissional, com a “realização de uma pesquisa dinâmica não estruturada, em nível nacional, com discussões sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 127). E significa um grande avanço no movimento sindical no Serviço

⁶⁶ Utiliza-se o termo “entidades sindicais”, pois como os servidores públicos eram legalmente proibidos de se organizarem sindicalmente, alguns estados possuíam sindicatos e outras associações profissionais.

⁶⁷ Associação Brasileira de Assistentes Sociais foi criada na década de 1940 com várias seccionais a fim de lutar pela legitimação da profissão, com o surgimento dos Conselhos Federal e Regionais, perdi o significado organizativo e fecha, restando apenas a seccional de Sergipe, que passa a funcionar como associação profissional

Social, pois durante o evento é fundada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS).

A CENEAS é composta “por uma entidade representando cada uma das regiões em que se dividiu o país e uma coordenação geral. [...] A coordenação geral da CENEAS eleita no III Encontro coube à Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 128). E traz como uma de suas responsabilidades uma intervenção no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ao considerar que a “• a preparação do III CBAS exclui a consulta à categoria (local, temário e dinâmica); • convite a representantes oficiais do governo da ditadura militar para compor a comissão de honra, mesa de abertura e encerramento” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 128-129).

A intervenção no III CBAS tem importância particular, pois consegue condensar a insatisfação de grande parcela da categoria profissional com o Conselho a direção política hegemônica da categoria. Representantes entidades sindicais sob direção da CENEAS conseguem organizar uma assembleia paralela à programação oficial, em que se discutiu o autoritarismo na organização e condução do evento, além da superficialidade na discussão de questões levantadas pela categoria e o apoio à Ditadura Militar. Nessa assembleia, os assistentes sociais, organizados pela CENEAS, deliberam “por uma direção social ao projeto social comprometido com a classe trabalhadora decidiu, ainda, que a direção político-organizativa dos próximos congressos estaria sob a coordenação da CENEAS, por nela reconhecerem a direção política desse processo” (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p.60). Por esse processo de ruptura com conservadorismo, o III CBAS ficou conhecido como Congresso da Virada.

É importante ressaltar que III CBAS ocorre em um momento da conjuntura brasileira em que é “retomada as lutas sociais no país, quando os movimentos sociais – sindicais e populares – se organizam na perspectiva classista com um forte protagonismo da classe operária” (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p.56).

Conforme Abramides e Cabral (1995), o IV Encontro Nacional das Entidades Sindicais move-se em torno do balanço político da CENEAS e da preparação para realização do IV CBAS, que é organizado através de consulta a categoria dos assistentes sociais, traz em sua temática “Serviço Social na Realidade Brasileira: análise de conjuntura, movimento sindical e popular e organização sindical da categoria” (p.130).

Por possuir um conteúdo sindical, foi realizado o V Encontro Nacional das Entidades Sindicais, com objetivo principal de preparação para o IV CBAS. Nesse encontro, é debatida a organização sindical da categoria e sua inserção no movimento sindical mais geral. Abramides e Cabral (1995) apontam ainda nesse período explicita suas diferenças, divididas principalmente entre o “Polo Combativo” e a Unidade Sindical. Tal divergência é evidente no V Encontro, mas a posição classista e combativa é majoritária na CENEAS.

Essa polarização se expressa no decorrer da discussão sobre a análise de conjuntura que evidência dois grandes blocos políticos. Um deles aponta a necessidade de uma aliança de todos os setores da sociedade para a conquista do espaço democrático. O outro aponta para a importância da luta e organização dos trabalhadores no campo de independência de classe.

A segunda posição política é majoritária no interior da CENEAS, constituindo-se em norte político de orientação sindical nacional (p.131).

O Caráter sindical do IV CBAS ocasiona que neste seja deliberada a realização da primeira Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais. Esta ocorre em 1983, e dentre suas deliberações tem-se a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais, esta tem a função de ser uma federação agregadora das entidades sindicais. O surgimento da ANAS e a conquista hegemônica da direção política dos CFESS e CRESS, a CENEAS cumpre sua função e encerra suas atividades. NA I-ANAS a categoria delibera ainda, sobre a luta pela conquista do piso salarial para assistentes sociais e inicia o debate sobre registrar legalmente a federação, bem como a relação com o polo Cutista e o novo sindicalismo (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Como afirmam Abramides e Cabral (1995), na realização da primeira assembleia, a sob organização da ANAS (1985), confirma-se o posicionamento da ANAS no alinhamento ao Novo Sindicalismo, inclusive delibera pela filiação a CUT (com aprovação de 86% da plenária) e que em sua diretoria não deve haver pessoas vinculadas a CGT. A ANAS não é aceita legalmente como federação pelo Estado, por sua estrutura contrária ao sindicalismo burocrático. Uma vez que aceita a participação de representantes da base; podem ser filiadas entidades pré-sindicais, como associações profissionais; seu formato eleitoral por eleição direta a partir de 1987, entre outras. Apesar de não ser reconhecida legalmente, na segunda assembleia da ANAS, essa é definida como legítima federação e traça-se um sistema de financiamento através de contribuição dos sindicatos filiados. Dessa forma, a organização sindical dos assistentes sociais “se mescla de forma viva com o surgimento e construção do novo sindicalismo no Brasil. Sua presença é

continua e comprometida com o projeto sindical, em que sujeitos coletivos vão dando contornos à prática sindical” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.159).

Em relação às lutas específicas da categoria, destacam-se a luta pelo Plano de Cargos e Carreiras (PCC) dos servidores públicos federais, pois a reforma do PCC dos servidores públicos federais, realizada em 1979, acabou por prejudicar alguns profissionais, entre eles os assistentes sociais, que ficavam impossibilitados de alcançar o topo da carreira. Esse processo é iniciado pela CENEAS e significa uma vitória para ANAS, que dá prosseguimento, em 1984, e a busca pela conquista piso salarial profissional, como supracitado no início da organização sindical é solicitada e uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, em 1982⁶⁸ essa pesquisa é finaliza e conclui que a “categoria dos assistentes sociais, portanto, majoritariamente é composta por mulheres, empregadas no serviço público, assalariadas, sendo que a maioria possui jornada de trabalho de 40 a 45 horas de trabalho e é mal remunerada” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.163). Podendo, através dos dados coletados, contribuir no debate do piso salarial, bem como orientar o processo de elaboração de um projeto de lei sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, principalmente sobre o piso salarial e por 30 horas de trabalho semanais. Em 1984, o projeto dá entrada no Congresso Nacional, a partir de então a ANAS e os sindicatos de assistentes sociais passam a mobilizar em torno dessa pauta – dez salários mínimos como piso e 30 horas de trabalho semanais –. Apesar das mobilizações e de negociações de propostas com a Câmara Federal, o projeto é vetado pelo então presidente, Sarney. Tal processo simboliza uma grande experiência de luta, politização e mobilização da categoria de assistentes sociais (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

A assembleia de 1987, também principia dentro da categoria profissional um debate sobre a forma de organização sindical dos trabalhadores no Brasil. Uma vez que, a CUT aprova nos seus fóruns, no ano de 1986, discutir a sindicalização não por categoria profissional (como assistentes sociais, médicos, enfermeiros, etc.), mas por ramo de atividade ou forma de contratação, por exemplo, todos os profissionais que atuam na área da saúde em determinado Estado, deveriam se sindicalizar em um único sindicato da saúde. Pois, poderiam de forma coletiva, encampar lutas por melhores condições de trabalho, fortalecendo as reivindicações e o

⁶⁸ Para ver os dados da pesquisa consultar: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, CABRAL, M. do Socorro R. O novo sindicalismo e o Serviço social: trajetória e processo de luta de uma categoria: 1978 – 1988. São Paulo: Cortez, 1995. p. 161-163.

poder de negociação. A ANAS apresenta a proposta aos sindicatos que deveriam conversar com suas bases, para que se iniciasse uma transitoriedade entre a sindicalização por categoria e por ramo de atividade (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Com isso, a ANAS, em sua assembleia realizada em 1989, acaba por debater a construção de uma “entidade única” que abarcasse a formação, a regulamentação e as lutas trabalhistas da profissão. Essa objetivava uma direção única “quebrar com a dicotomia e segmentação das entidades e avançar na consolidação de uma entidade livre, independente e democrática pela categoria, e que dê conta dos aspectos específicos da profissão, no campo da formação e do exercício profissional” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 186). As dificuldades do âmbito jurídico, para que a “entidade única” pudesse representar os assistentes sociais nas diversas instâncias, bem como de organização no âmbito das pautas e atuação, fez com que esse debate se encerre na categoria.

Além disso, com a Constituição Federal de 1988, passa a ser legal a organização sindical dos servidores públicos, fator que poderia facilitar e fortalecer a sindicalização por ramo de atividade. Uma vez que, como afirma Abramides (2014, p. 235) “se o trabalhador é coletivo, participe do trabalho socialmente combinado, a luta sindical deve desenvolver a partir da inserção das(os) trabalhadoras (es) na divisão sócio-técnica do trabalho”, já que é nessa esfera que se negociam as questões trabalhistas.

Nesse sentido, e com o processo de amadurecimento da categoria profissional dos (as) assistentes sociais em sua Assembleia Sindical da Associação Nacional dos Assistentes Sociais, realizada em 1992, decide-se coletivamente pela extinção da ANAS (ocorre em 1994) e os sindicatos de assistentes sociais deveriam realizar assembleias sobre o encerramento de suas atividades, bem como orientar sua base a sindicalização nos sindicatos por ramo de atividade. Assim, “por deliberação sindical unânime da categoria que passou a se organizar nos ramos de atividade” (ABRAMIDES, 2014, p. 236). Porém, cinco sindicatos mantiveram suas atividades mesmo após tal deliberação: Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará, Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas e Sindicato dos Assistentes Sociais de Caxias do Sul, e em 1995, o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro retoma suas atividades.

Outro fator de grande relevância para a extinção é o processo de esvaziamento expressivo, quanto à participação dos assistentes sociais, na ANAS e em seus sindicatos, aqui é

preciso salientar o avanço neoliberal e os impactos para o trabalho e a organização dos trabalhadores. Além da questão jurídica, pois a ANAS não era reconhecida legalmente como federação, contribuindo também em uma crise financeira – o Estado não repassa para ANAS o imposto sindical e sua manutenção ocorre por repasse de contribuição de seus sindicatos, estes também, devido ao seu pouco tempo de existência, ao processos de formalização, etc. atrasavam ou mesmo tinham dificuldades de repassar tais contribuições –.

Vale ressaltar que a CENEAS/ANAS participou ativamente de toda a construção do novo sindicalismo, como na organização e participação do 1º Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 1981, que decidiu sobre fundação da CUT. Vinculando-se e participando ativamente das lutas do polo cutista, com 28 entidades vinculadas a ANAS filiadas a CUT, e a “CENEAS, ANAS e 90% das entidades sindicais de assistentes sociais a elas filiadas estiveram presentes no Congresso de Fundação da CUT e em todos os congressos da Central, até 1992” (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 72). Dessa forma,

A ANAS deixa um legado de uma entidade combativa, de lutas e que: rompeu com a estrutura oficial de federação prevista na CLT, tinha um mandato de dois anos, com eleições congressuais e diretas, com representantes da base e de diretoria, com critério de proporcionalidade numérica e política, com instâncias democráticas de deliberações. (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 68-69).

Com tal deliberação, o Conjunto do Conselho Federal e Conselhos Regionais (CFESS/CRESS) passou a ter maior destaque na categoria, não apenas na regulação e fiscalização da profissional, mas principalmente, na mobilização e na organização política da categoria, atuando inclusive na defesa dos direitos trabalhistas dos assistentes sociais, articulando com demais profissionais e organizações da classe trabalhadora. Temos como exemplo, a luta e aprovação da lei que decreta a jornada de trabalho para o (a) assistente social de 30 horas semanais⁶⁹ e a continuidade da luta pelo piso salarial profissional, que apesar de ser uma pauta antiga e já ter tramitado no Congresso Federal algumas vezes, ainda não foi conquistado.

Assim, nesse movimento o Serviço Social brasileiro rompe com o conservadorismo e muda a direção política da profissão, construindo o Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS) que nessa dinâmica torna-se hegemônico. O PEPSS não concentra uma perspectiva apenas normativa e corporativa, antes traz como horizonte a aliança com um determinado projeto

⁶⁹ Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010 que acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm.

societário. Segundo Netto (2001), projetos societários são projetos coletivos que defendem um tipo de sociedade, elencam valores que buscam materializá-lo através de meios culturais e materiais. Na sociedade capitalista tais projetos estão vinculados à determinada classe social.

Os projetos societários direcionam os diversos projetos coletivos. Entre estes existem os projetos profissionais, como exemplo temos o do Serviço Social, que são elaborados com a organização política do corpo profissional⁷⁰, e se

apresentam como a auto-imagem de uma profissão elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2001, p. 4).

Até essa ruptura a profissão tem como suporte o método positivista, fenomenológico, a psicologia e o neotomismo. E sendo demandada pelo Estado para apaziguar os conflitos entre as classes sociais, traz em sua atuação, perspectiva ética e política as marcas do tradicionalismo e conservadorismo.

Esta perspectiva ética estará claramente expressa na atuação profissional, no posicionamento político da categoria e nos códigos de ética de 1947, 1965 e 1975, sendo explicitados na assunção de valores como: perfectibilidade da pessoa humana, bem comum, paciência, honestidade, justiça divina, bons costumes. Em consequência disto, apresentam-se como razão de ser da profissão o enquadramento, ajustamento, reeducação, correção dos indivíduos na busca da integração e harmonia social, provocando uma atuação profissional focada no indivíduo e sua subjetividade (CARDOSO; TORRES, 2016, p. 188).

Com a supracitada aproximação aos movimentos sociais, às mobilizações e pautas da esquerda, a teoria marxista, a articulação sindical e das outras entidades da categoria, sua laicização, inserção nas universidades, etc. Vincula-se a uma perspectiva emancipatória, de superação do capitalismo, que se consolida na década de 1980 e amadurece teórica e politicamente na década de 1990, sendo uma expressão desse processo os códigos de ética de 1986 e 1993. Pois, a “formulação do Código de Ética Profissional de 1986 soma-se ao fortalecimento da ***direção política*** do projeto profissional, e a articulação política da ANAS, dos Sindicatos de Assistentes Sociais, da ABEPSS e de dirigentes de muitos CRAS” (ABRAMIDES, 2006, p. 42, grifos do autor).

Assim, o PEPSS alicerça-se como hegemônico pela capacidade de articular dimensão teórica, marcada principalmente pela tradição marxista, e política, materializada na renovação

⁷⁰ Referente aos profissionais atuantes, pesquisadores da área, docentes, estudantes.

(1980-90) das entidades representativas da profissão. Consubstanciou ainda a reconfiguração ética e jurídica da categoria, que se explicita no código de ética de 1993, neste o eixo central “que perpassa toda a sua construção é a liberdade compreendida como fonte de emancipação, autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais, o que significa o final da exploração e da dominação do homem pelo homem” (CARDOSO; TORRES, 2016, p. 192). Bem como, na Lei de Regulamentação da Profissão (1993), nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996), nas produções teóricas, entre outros.

Tal projeto coloca-se claramente ao lado da classe trabalhadora e tem como valores centrais a liberdade, autonomia, democracia, justiça social e cidadania. Dessa forma, vinculando a um projeto societário “que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia, gênero. [...] afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo” (NETTO, 2001, p. 15).

Segundo Teixeira e Braz (2009) existem quatro elementos que constituem o supracitado projeto: um relacionado aos valores ético-políticos, outro ao fundamento teórico-metodológico, o terceiro a crítica à ordem vigente e o quarto quanto às lutas e posicionamentos políticos do corpo profissional organizado. Para dar materialidade a tais elementos são apontados pelos autores três componentes. O primeiro referente à produção de conhecimentos, a dimensão investigativa e de produção teóricas críticas, calcada na teoria social-crítica, tem forte ligação com a ampliação dos cursos de pós-graduação. O segundo trata-se das instâncias político-organizativas da profissão, que são os fóruns deliberativos e as entidades de representação da profissão, principalmente Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais, ABEPSS, movimento estudantil (centros e diretórios acadêmicos e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), além dos sindicatos e outras associações, são nesses espaços que se disputam e reafirma-se o projeto profissional, em uma construção democrática e garantindo o pluralismo. O terceiro a dimensão jurídico política da profissão, referente ao arcabouço legal, que são as leis, resoluções e documentos políticos referentes à profissão, podendo ser específico da profissão, como o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, e gerais como a própria Constituição Federal, estatutos, políticas públicas.

Perante o momento de descenso da luta de classes e crise capitalista, que impacta objetiva e subjetivamente na classe trabalhadora, coloca-se em pauta a crise desse projeto profissional em decorrência, principalmente, dos rebatimentos dos avanços do neoliberalismo no Brasil. Segundo Netto (2007, p.39) “a limitação do Serviço Social às atividades assistenciais, postas na equívoca ‘estratégia’ da redução da pobreza, e o aviltamento profissional da formação profissional, mediante uma massificação degradada, inviabilizarão o ‘projeto ético-político’”.

Nesse mesmo caminho Braz (2007) nos traz que existem dois fatores que articulados ocasionam a crise do projeto: o primeiro é a ausência de uma proposta alternativa à do capital, que unifique os diversos interesses sociais relativos ao trabalho; e o segundo, referentes aos fundamentos do projeto profissional, as atuais condições do processo de formação profissional e de trabalho dos assistentes sociais. O autor nos coloca ainda possibilidade para o enfrentamento desse quadro através da defesa radical dos princípios do projeto ético-político, articular frentes de luta e resistência com outros setores, avançados e combatentes na luta social. E o segundo, trata-se do processo de preservar as conquistas sociais e usar as possibilidades regulatórias, com o objetivo de preservar tais conquistas; nesse contexto, o Serviço Social deve apreender os instrumentos legais e legítimos em defesa da valorização profissional. Tendo no plano jurídico-político, formas de viabilização políticas e práticas para a defesa do projeto profissional.

É preciso contextualizar que se compreende o PEPSS em constante disputa, o fato de se tornar hegemônico a direção que se vincula aos interesses da classe trabalhadora, não exclui a existência de um projeto conservador setores da profissão.

4. 3 A organização sindical do Serviço Social a partir dos anos 2000

Para tratar sobre a organização sindical dos assistentes sociais a partir dos anos 2000, considera-se necessário primeiramente contextualizar brevemente os atuais desafios do Serviço Social e a manutenção do seu Projeto Ético-Político. Assim, faz-se necessário apontar os impactos do processo de reestruturação produtiva e mundialização do capital, bem como do receituário neoliberal para a profissão, entendida como parte da classe trabalhadora, inscrita na divisão sócio técnica do trabalho. Na qual se destaca dois aspectos.

Primeiramente, sendo a questão social a base social e histórica de atuação do Serviço Social enquanto profissão, que atua em suas diversas expressões, enfrentadas pelo “Estado, pelo empresariado e pelas ações da classe trabalhadora no processo de constituição e afirmação dos direitos sociais, o que requer decifrar suas multifacetadas refrações no cotidiano da vida social, que são ‘matéria’ do trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2012b, p. 183). As mudanças decorrentes do neoliberalismo no trato da questão social atingem diretamente o trabalho do Serviço Social, principalmente através da contra-reforma das políticas públicas, como citadas precedentemente, explicitada na redução de verbas, focalização, transferência de serviços estatais para mercado e o terceiro setor, entre outros.

Por exemplo, segundo Iamamoto (2012b) quando se transfere “para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais” (Ibid., p. 197), ou seja, também se altera o lócus de atuação do trabalho do Serviço Social, pois se instituições privadas não governamentais estão prestando serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado, logo podemos concluir que seus empregados também deveriam fazer parte do quadro de funcionários públicos, o que lhes poderia garantir ao menos à segurança contratual dos servidores públicos concursados. E ainda, ampliam-se as instituições do terceiro setor, como as ONGs, como espaço sócio ocupacional da profissão, com suas inseguranças trabalhistas, contratos por períodos determinados, entre outros. Tal reflexão também é válida quando se trata da transferência da responsabilidade estatal para o mercado, por exemplo, na atuação da área da saúde, diversos profissionais são absorvidos pelos hospitais privados.

Isso está diretamente relacionado ao segundo ponto, os impactos para o Serviço Social enquanto parte integrante da classe que vende sua força de trabalho, sendo afetado pelo desmonte dos direitos trabalhistas, desemprego e as diversas formas de precarização do trabalho expressas anteriormente. Assim:

as condições de inserção precárias no mercado de trabalho profissional, ou mesmo a não inserção, devido aos efeitos da divisão sócio-técnica do trabalho e da funcional conformação e ampliação do exército de reserva para os interesses do capital; a tendência de redução dos gastos sociais e extenuação das condições de implementação das políticas sociais ou efetivação de direitos, combinado com um processo de refilantropização dos padrões de intervenção na questão social, que descaracterizam a noção de direitos e desqualificam competências e atribuições profissionais; o enfraquecimento e desarticulação dos movimentos sociais de cunho classista [...] totalizam, atualmente, um contexto bastante ofensivo (SANTOS, 2010, p.68).

Em relação ao mercado de trabalho dos assistentes sociais. Segundo Iamamoto (2012a) o setor público é o maior empregador, fato constatado pela pesquisa realizada pelo CFESS em 2004, em que 78,16% de assistentes sociais empregados, tem a esfera pública estatal como empregador. Além disso, há um aumento dos contratos nas esferas estaduais e principalmente municipais, em uma “clara tendência à *interiorização da demanda*” (Ibid., p.123), elemento também presente no levantamento feito pela pesquisa do CFESS e dados mais recentes de uma pesquisa realizada pelo DIESSE (2015)⁷¹.

Em relação à atividade econômica preponderante para os assistentes sociais, destaque para o crescimento do peso na administração pública municipal no emprego: enquanto em 2004 36,0% dos assistentes sociais atuavam junto ao poder público municipal, em 2013 este percentual cresceu para 52,1% (p. 3).

Vale ressaltar, que dentre as esferas públicas a municipal tende a pagar os menores salários, e, assim como os demais servidores públicos, os assistentes sociais são impactados pelo processo de Contra-Reforma do Estado nas relações trabalhistas, ou seja, pela precarização das relações de trabalho no setor público. Tais como contenção salarial e terceirização – diretamente relacionada à contratação precária, temporária, salários baixos e perda de direitos –.

Tem-se também o aumento da inserção dos profissionais do chamado “terceiro setor”, ou seja, em entidades privadas sem fins lucrativos (fundações, Organizações Não-Governamentais, etc.). O levantamento realizado pelo DIESSE (2015), apesar de não trazer informações precisar, em sua introdução aponta o aumento de profissionais nesse setor e a pesquisa realizada pelo CFESS informa que em 2004 o “terceiro setor” empregava 6,81% das assistentes sociais do Brasil.

O crescimento de profissionais nessas instituições privadas sem fins lucrativos trata-se “de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, evitando-se a ampliação do quadro de funcionários públicos” (IAMAMOTO, 2012a, p. 126). Além disso, a contratação nesses locais tende a ser submetida a projetos temporários, dessa forma os profissionais se

⁷¹ Como citado na Introdução deste trabalho, tal pesquisa foi divulgada em 2015 pelo DIESSE, com título: “Quem são os assistentes sociais no Brasil?”, realizada a partir de dados de 2013. Apesar de relevantes os dados devem ser ponderados visto que os dados coletados incluem assistentes sociais e economistas domésticos em uma mesma classificação (Classificação Brasileira de Ocupações de código 2516). A utilização da pesquisa se dá pela ausência de dados atualizados sobre o perfil de ocupação, salários, etc dos(as) assistentes sociais.

submetem a contrários temporários e condições de trabalho precarizadas, com restrição ao acesso aos direitos trabalhistas⁷².

Outro fator a ser destacado é o avanço do conservadorismo⁷³ na profissão. A categoria profissional dos assistentes sociais, como integrantes da classe trabalhadora, sofrem os mesmos dilemas de sua classe, como as “perdas decisivas em suas conquistas históricas nesse tempo de capital fetiche” (IAMAMOTO, 2012b, p.431). Netto (2011) apresenta que nas décadas de 1970-1980, tem o avanço de uma onda conservadora na sociedade; corroboram para isso vários fatores que circundam esse período – reestruturação capitalista, ofensiva neoliberal, aliada a outros fatores como a derrota do “socialismo real” ou a propagação do pensamento do capitalismo como “fim da história da humanidade”, entre outros –. Se tal onda conservadora afetou o âmbito da intelectualidade – da qual o chamado pensamento pós-moderno, coloca-se como uma de suas expressões – impacta mais bruscamente aos setores da classe trabalhadora.

Como afirmam Torres e Cardoso (2016, p.197) há um conservadorismo social que se prolifera em profissionais de várias áreas, trazendo a visão de que “existem ‘problemas sociais’ relativos aos indivíduos desajustados, incapacitados e não integrados a sociedade e seus padrões capitalistas burgueses”. Dessa forma, ocorre uma naturalização das expressões da questão social concepção que desconsidera a luta de classes, assim tem-se uma lógica conservadora na sociedade da “reeducação das condutas sociais, quer seja pela visão clínica e moralista dos problemas de caráter ou de personalidade, quer seja pelo demérito ou incompetência socioeconômica dos sujeitos em estabelecerem padrões mínimos de sociabilidade”. Com isso é notável a criminalização da pobreza e a legitimidade social atribuída ao Estado, em seu papel punitivo de defesa da propriedade privada.

Os alastramentos de manifestações conservadores na sociedade brasileira impactam também a profissão, que apesar da hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social, compreende o processo de disputa interno com setores conservadores da profissão. Esse avanço conservador tende a negar a cultura profissional acumulada ao longo da supracitada ruptura com

⁷² Para ver mais sobre o papel do “terceiro setor” e sua funcionalidade ao avanço neoliberal ver: MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

⁷³ Compreende-se como pensamento conservador, os que fazem apologia ou contribuem para manutenção (portanto, conservação) da ordem vigente, ou seja, do capitalismo. Para ver mais sobre o conservadorismo, ver entre outras obras: NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

o Serviço Social tradicional, reivindicado o caráter pragmático e empirista da profissão. O “pragmatismo e negação dessa cultura profissional são duas faces de uma tendência conservadora que, sob novas bases e sujeitos, se faz presente na formação e no trabalho profissional, evidenciando, obviamente, particularidades em cada ambiente” (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 212).

Outro elemento primordial para considerar sobre o avanço conservador na profissão, é a precarização da formação profissional relacionada à lógica mercantil do ensino superior, expresso na contra-reforma do ensino superior brasileiro (no qual se trouxe elementos quantitativos na introdução deste estudo). Não se tem como objetivo aprofundar esse debate, há alguns estudos já realizados e em andamento tanto sobre a contra-reforma do ensino superior no Brasil, os impactos para o Serviço Social, quanto sobre a relação desse processo com o conservadorismo atual na profissão⁷⁴. Busca-se apenas apresentar esse como um dos elementos relevantes ao se tratar a profissão na atualidade.

É diante desse quadro que se aborda a organização sindical do Serviço Social e para a realização das considerações seguintes foi imprescindível o diálogo com a dissertação de Tássia Rejane Monte dos Santos (2010).

Como se contextualizou houve uma deliberação coletiva quanto ao encerramento das atividades da ANAS e sindicatos da categoria, o que não se deu sem polêmica, a Diretoria do Sindicato¹ afirma que as divergências quanto à forma de organização sindical da categoria ficaram mais evidentes no momento em que apesar da ANAS ter sido recusada, enquanto Federação dos Sindicatos de Assistentes Sociais pelo MTE – a principal justificativa do MTE foi o fato de incluir associações profissionais entre seus filiados – foi declarada em assembleia como a federação das entidades sindicais de assistentes sociais, representando, portanto, tais sindicatos a revelia da decisão do Ministério.

então houve essa decisão, vamos criar a federação, vamos. Fizemos a reunião, tivemos vários encontros e um último foi em São Paulo, em São Paulo se fez a Federação, votamos, fizemos tudo, fizemos grande movimento, todos os estados participamos e foi certo e mandamos a documentação para o Ministério do Trabalho. Só que naquela época não existia, todo estado não tinha um sindicato, tinha associação [...] foi pro Ministério, fomos chamadas de novo toda a delegação que tinha ido pra outra reunião em São Paulo. Aí nós fomos, quando chegamos lá tinha uma carta do Ministério dizendo que todas as

⁷⁴ Para ver mais sobre esse tem acessar: PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. **Serviço Social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as assistentes sociais e os desafios do projeto ético-político**. 2012. 239f. Mestrado em Acadêmico e, Serviço Social, Trabalho e Questão Social – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2012.

nossas associações tinham que se retirar, porque só era possível ficar sindicato, a legislação era bem clara que ficava sindicato. Então nenhuma assistente social que não era de sindicato poderia participar dessa federação, quem que era majoritariamente da direção que foi eleita? [...]. Majoritariamente a comissão, a diretoria da Federação, era exatamente aonde desses estados que não tinha sindicato e só associação e eles ficaram lá, mas que politicamente elas tinham uma grade ação uma grande manifestação a nível nacional, politicamente, entendeu? Quando eles disseram isso aí foi Abramides que fez a grande proposta, se não podemos ficar, porque ela era uma das primeiras que não podiam ficar na direção nós teríamos que reeleger. Foi a grande, o grande racha que deu, quando fizemos a votação, todos os sindicatos foram favoráveis que mantivessem a federação e as associações que eram muito menos gente, menos estados, manteve que queria que não fosse mais a Federação, já que elas não poderiam participar, o que ocorreu enquanto que São Paulo tem 300 mil assistentes sociais e faz aquela formação de base, toda vida elas têm um número de delegados, acho que você já sabe disso, é muito mais que qualquer um, então na hora de votação só a delegação de São Paulo junto com elas, já que a de São Paulo não podia entrar, votaram que não houvesse mais Federação e que seria a ANAS, a ANAS é a nossa federação. Decisão não encaminharam mais nada pro Ministério e disseram que a ANAS é a nossa federação, o quê que ocorre? Quem tinha o dinheiro pra bancar a federação eram os sindicatos, associação não tinha estrutura, não tinha arrecadação dos filiados, não tinha nada. Então quem bancava toda a federação toda a coordenação eram os sindicatos, nós éramos filiados e pagávamos mensalidade, o que ocorreu a partir de então? Os sindicatos que eram a favor de criar mesmo a federação, mesmo com a recomendação que elas de imediato fizessem os sindicatos, tomassem as providências e encaminhamentos para os sindicatos e depois elas retornariam e ocupariam o local na direção, elas não aceitaram e saíram com aquele lema: A ANAS é a nossa federação. Foi aí o grande racha, foi aí que realmente houve[...]. (DIRETORIA SINDICATO1).

Nesse processo, segundo Abramides e Cabral (2009) algumas entidades sindicais passaram por um esvaziamento de suas diretorias e base; outras realizaram as assembleias e espaços de debates necessários com a categoria para o seu encerramento, visando à transitoriedade da sindicalização para o ramo de atividade; e cinco sindicatos mantiveram seu funcionamento: Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Assistentes Sociais de Caxias do Sul, Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará, Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas e o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro (como citado fechou e reabriu em 1995).

A fala citada explicita que as duas posturas: 1) fechar as entidades sindicais, e 2) mantê-las – se evidenciam como duas de direções políticas diferentes. A primeira trata-se da decisão “se organizarem nos sindicatos por ramo de produção, o que representa uma tentativa de evitar o excesso de fragmentação e de gerar o desenvolvimento/aprofundamento da identidade de classe” (RAMOS, 2005, p. 83). Deliberação gerada coletivamente nas instâncias de debate da categoria, em consonância com a estratégia do sindicalismo classista e combativo de superar o corporativismo do sindicalismo brasileiro – desde a CLT previa a organização por categoria

profissional –, em um momento de ascensão organizativa, veja que se dá no mesmo CONCURTO (1986) que insere nas resoluções da CUT o anticapitalista e a construção do socialismo. Bem como, de combater a fragmentação da classe trabalhadora e avançar nas conquistas, dessa forma em consonância com o projeto ético e político profissional que estava em construção.

O encerramento das atividades da ANAS se dá em 1994, conjuntura em que o “novo sindicalismo” realiza mudança de suas concepções, o que não exclui a análise acima, mas evidencia a disputa de projetos não só no âmbito profissional, mas nas questões referentes à organização da classe trabalhadora. Assim a segunda decisão parece alinhar-se às posturas que progressivamente tornam-se majoritárias na CUT, do sindicalismo pragmático, de negociação, inserido na lógica de ganhos dentro da ordem e que relega as posturas anticapitalistas e não se alinha ao PEPSS hegemônico. Há na fala acima forte apelo para adequação à estrutura oficial – lembre-se que no momento de fundação da ANAS vigora o sindicalismo mais combativo a luta contra a estrutura oficial dos sindicatos, pela autonomia sindical, a decisão de torná-la federação mesmo contra a legislação se adequa ao seu tempo histórico –, quando questionada sobre as motivações para manter o SINDICATO1⁷⁵ aberto é apresentada uma crítica à sindicalização por ramo, colocando que as questões específicas poderiam ser predicadas, reforçando a visão corporativista.

não nos sentíamos representados em outro sindicato, quem realmente nos representa é o sindicato dos assistentes sociais. Médicos não fechou, enfermeiro não fechou, dentista não fechou seus sindicatos, professor não fechou seus sindicatos por que os assistentes sociais tinham que fechar os seus? Pra ser representado por quem? Se eu estou no sindicato dos bancários eu não sou bancária, eu sou assistente social. Se eu estou lá no sindicato da previdência eu continuo sendo assistente social, não previdenciária. Então, eu acho que essa história por ramo de atividade que elas quiseram elencar teria que ter um sindicato maior, por exemplo, o sindicato da saúde, que interesses o sindicato da saúde, que peso nós íamos ter dentro do sindicato desses. Então eu acho que o que mais nos motivou foi exatamente quem de fato nos representaria diante das questões dos interesses da própria categoria, a não ser o nosso sindicato. Era isso mesmo, todos os assistentes sociais diziam que não ia pra outro sindicato, as nossas assembleias todo mundo participava e todo mundo disse que não tinha sentido. Houve uma conversa preliminar, mandou que a gente conversasse com os outros profissionais de outros sindicatos. Menino, quando a gente falou na possibilidade, o pessoal disse isso é loucura, não quis nem conversa, então a decisão foi essa o nosso sindicato não fecha (DIRETORIA SINDICATO1).

⁷⁵ Como citado o SINDICATO1 trata-se de um dos sindicatos que manteve as atividades, contrariando a decisão coletiva.

Apesar da diretoria do SINDICATO1 afirmar que nas assembleias sua base não concordava com a filiação por ramo de atividade, quando indagados sobre a trajetória dos acontecimentos dizem que a decisão de manter as atividades não foi tirada em assembleia. Alegam que convocavam assembleias para discutir, porém essas eram esvaziadas e não tinham quórum, compreenderam o esvaziamento como apoio para manter o sindicato. E complementam, que sua decisão foi legitimada por uma pesquisa realizada com os profissionais, foi compartilhado o resultado da pesquisa através de um relatório sobre a história do SINDICATO1 intitulado: “Análise da trajetória do Sindicato de Assistentes Sociais do Estado do Ceará”. Neste constava que o SINDICATO1 fez uma enquete, foram distribuídos 500 questionários e obtiveram as repostas de 151, e o resultado foi: continuar com sindicato específico por categorias: 62 – 41,05%; por ramo de atividade 32 – 23,85%; com ambas as formas 47 – 31,13%; sem respostas 6 – 3,97%.⁷⁶.

Chamava, chamava as assembleias, chamava uma primeira, segunda, terceira e ninguém vinha, ninguém. Fora a diretoria não tinha uma alma viva. Aí foi a nossa decisão, como eles estavam dizendo que era a gente que tava manipulando, num sei o que né. Aí qual foi a decisão da diretoria? Foi fazer.... Que eu não tava nem na diretoria nessa época, mas participei da pesquisa. Foi fazer uma enquete com todos os assistentes sociais procurando saber se aceitava a opinião de fechar o sindicato. Eu quero ressaltar aqui, que quando ela fala que chamava assembleia pra gente discutir isso, o não comparecimento se dava como uma forma de protesto, não eu não quero fechar meu sindicato, porque eu vou pra essa assembleia. Então não era assim, não era um esvaziamento pra não comparecer, era uma forma de dizer que nós não queríamos fechar nosso sindicato, então eu vou pra essa assembleia pra quê? Pra se tiver uma maioria lá, se tiver um número a mais, eu só um menos pra num ter que se alguém for, fizer que feche eu só um a menos que não tem esse comparecimento. E aí a gente teve como mensurar que isso era uma unanimidade que ninguém queria que fechasse, foi isso que eu senti. Então a enquete veio muito mais pra dá visibilidade e dá suporte e uma forma concreta e documental, de que a categoria não queria que fechasse esse sindicato. Porque tem uma coisa, eu só vou te dizer uma coisa. Uma outra coisa que eu vi aí na questão de dizer que elas não participarem, porque nós tínhamos na época uma oposição muito ferrenha e todos os assistentes sociais sabia que tinha que ter um quórum, então no início de toda e qualquer assembleia se lia quantos filiados estavam em dias e pra assembleia ter validade e quantas pessoas teria que está presente. E elas dizia assim, vou não pra da quórum pra uma coisa que eu não quero, vai que chega aquele bando de doido lá pra votar contra, que era a oposição, que a oposição vinha (DIRETORIA SINDICATO1).

⁷⁶ Nos arquivos que se teve acesso não foi encontrado nenhum documento oficial (como uma ata de reunião, sobre os resultados da pesquisa). Ressalta-se que o SINDICATO1 abriu seu acervo de documentos para a pesquisadora, porém eles não estavam organizados, o sindicato tinha passado por uma mudança de sede recentemente, os documentos estavam desorganizados, empoeirados, com cupim, era preciso um trabalho de ordenação que a pesquisadora não tinha condições para realizar.

A interpretação que o esvaziamento era um apoio para manter o sindicato, como podemos ver acima é subjetiva, a presença de uma oposição também comprova que a decisão contrariando a deliberação coletiva da ANAS tem divergências no interior dos profissionais no Estado. Além disso, a diretoria do SINDICATO1 aborda ainda que muitos sindicatos eram contra a filiação por ramo de atividade.

Porque na realidade muitos sindicatos no início não aceitaram fechar e o que foi que ocorreu? Aquelas pessoas que a turma convenceu que devia fechar, botou pra concorrer uma chapa nesses sindicatos e ganhou, com apoio do CRESS com dinheiro do CRESS e tudo mais, essa altura o CRESS já estava né. E foi o que ocorreu, elas fecharam as portas de uma irresponsabilidade imensa, não tem ata, os equipamentos dos sindicatos que é da categoria, que não é nosso, é da categoria, não sabe... Olhe Rio Grande do Norte tinha uma sede, deve ter uma sede, alguém deve ta usufruindo dessa sede, porque perder não poderia (DIRETORIA SINDICATO1).

Considerando a versão apresentada pela diretoria do SINDICATO1, o fato do grupo que defendia a filiação por ramo de atividade ter conquistado as diretorias dos sindicatos comprovaria que grupo defensor do fim da ANAS era hegemônico nas movimentações políticas da categoria. Também se explicita o relacionamento desses sindicatos com o Conjunto CFESS/CRESS, acusa-se os conselhos de financiarem chapas para eleição, isso é preciso ser tratado com cuidado os Conselhos são autarquias governamentais, dessa forma sua contabilidade é apresentada e aprovada pelo Tribunal de Contas, possuindo limitações quanto a forma de fazer seus gastos (o que se pode gastar ou financiar, por exemplo, os conselhos sempre apresentaram suas limitações em ajudas de custo para financiar algumas mobilizações, devido a burocracia se sua prestação de contas). Essas acusações graves expõe a forma como os sindicatos conduzem uma relação com o Conjunto CFESS/CRESS, que será desenvolvida adiante.

Segundo a diretoria do SINDICATO1, já em 1995 (ANAS encerra as atividades em 1994), durante o 8º CBAS – paralela à programação oficial –, os quatro sindicatos que mantiveram as atividades juntamente com as pessoas que estavam organizando a reabertura do Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, iniciaram a articulação para criar uma federação. Esta foi fundada em novembro de 2000, na cidade do Rio de Janeiro durante a I Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, chamada Federação Nacional de Assistentes Sociais (Fenas).

Dessa forma, ao contrário do que se buscava realizar em outras entidades nacionais do Serviço Social e em contramão do PEPSS, é criada sem um amplo debate na categoria

profissional em uma plenária com cerca de quarenta militantes, ocasionando o questionamento sobre a legitimidade da Fenas (RAMOS, 2005). A pequena participação se repete nos processos de reabertura dos sindicatos de assistentes sociais nos estados, segundo os dados coletados o SINDICATO2 teve no ano de reabertura (2007) apenas 30 filiados, e o SINDICATO4 (2013) 70 filiados, os outros dois sindicatos não responderam à pergunta. A Diretoria do SINDICATO4 traz em sua fala o reconhecimento de que o processo de reabertura dos sindicatos de assistentes sociais não foram frutos de um debate amplo na categoria.

Ah, tem que ter uma ampla discussão! Só que nessa.... Nesse intervalo de a gente reabrir o sindicato e essa discussão de ter uma ampla discussão, nessa questão da ampla discussão que tem o serviço social, que eu acho isso uma babaquice, eu acho isso uma falta de ética! Se você tem um ideal... “Ah, vamos discutir com o Brasil todo pra ver se o Brasil todo concorda! ”... Eu acho que isso não existe, isso não existe. Isso é um ideal do Conjunto CRESS-CFESS, da ampla discussão, tem que ter uma ampla discussão.... Daqui que tenha a ampla discussão (DIRETORIA SINDICATO4).

Além disso, em nenhum dos cinco sindicatos pesquisados a porcentagem de assistentes sociais filiados alcançou 10% do número de assistentes sociais de seus respectivos estado, como se pode ver na tabela abaixo, a pesquisa do DIEESE (2015)⁷⁷ sobre o perfil dos assistentes sociais aponta que a taxa de filiação sindical em 2013 era 18,5% (dezoito e cinco décimos por cento).

Sindicato	Número de inscritos ativos no CRESS nos Estados ⁷⁸	Número de Filiados dos sindicatos	Porcentagem de filiação
SINDICATO1	6470	Em média 420	6,49%
SINDICATO2	5120	348	6,79%
SINDICATO3	2255	Em média 200	8,87%
SINDICATO4	13329	Em média 400	3%
SINDICATO5	7167	226	3,15%

o objetivo da FENAS era que além dos cinco sindicatos existentes, que era o Rio de Janeiro e os quatro estado que tinham permanecidos, era reabrir nos outros estados (DIRETORIA SINDICATO1).

E segundo o seu Estatuto atualizado em 2011, artigo 2º, são os princípios da FENAS:

⁷⁷ Como citado na introdução deste trabalho a pesquisa realizada pelo DIEESE por considerar os dados do IBGE e MTE tratam-se de informações referentes aos assistentes sociais e economistas domésticos, pois as duas profissões possuem a mesma classificação. A pesquisa é utilizada pela ausência de dados atuais sobre o perfil dos assistentes sociais.

⁷⁸ Esses números foram informados pelo CFESS e são referentes ao ano de 2015.

- I – Defender a organização dos Assistentes Sociais, com total independência e autonomia em relação aos partidos e agrupamentos políticos, aos credos e instituições religiosas, devendo decidir livremente suas formas de organização, associação e suas sustentação material;
- II – Garantir o exercício da democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando completa liberdade de expressão aos seus associados;
- III- Defender a unidade dos Assistentes Sociais como um dos pilares básicos de sustentação de suas lutas e conquistas.
- V- Defender e lutar pela ampliação das liberdades democráticas como garantia dos direitos e conquistas de suas organizações (FENAS, 2011, p.2).

Vamos destacar alguns aspectos dos seus princípios. Primeiro, apesar de se declarar independente de partidos e grupamentos políticos, conforme Abramides (2014, p 241) a partir de 2002, os dirigentes da Fenas “se alinharam majoritariamente à posição Articulação Sindical, no interior da CUT, e que corresponde à Unidade na Luta do PT, sua posição hegemônica e majoritária”. Além disso, a Diretoria do SINDICATO2 alega como um dos motivos para romper com a Fenas a influência partidária nos direcionamentos da federação.

Essa postura que você falou partidária também existe no meio sindical nosso, a gente achava muito ingenuamente que as assistentes sociais não tivessem essa postura, tá entendendo? Tão partidária, que visse o coletivo mais importante do que a bandeira partidária. [...] então a gente viu dentro da FENAS muito isso, muita briga, muita disputa de poder pelo poder [...].Então, existe muita politicagem, envolvimento, por exemplo, eu sou do PT, teve certa situação dentro da FENAS que a pessoa trouxe uma pessoa, um Deputado aí, envolveu um Deputado, porque eu tenho muito cuidado na utilização de algum apoio de alguém pra num caracterizar atrelamento, porque você pode, eu posso ser apoio do PT desde que não atrele ao sindicato, desde que não diga eu estou lhe ajudando contrapartida você precisa fazer isso e isso ou qualquer coisa. (DIRETORIA SINDICATO2).

Dos cinco sindicatos participantes três alegaram não ter boa relação com a Fenas, entre eles o SINDICATO 1, um de seus fundadores não é mais filiado – dois estavam em processo de desfiliação (SINDICATO 2, já deliberou pela desfiliação, que não se efetivou por questões financeiras, e SINDICATO4) –. Ao serem indagados sobre as divergências, alegam também a falta de democracia interna e respeito às deliberações realizadas em espaços deliberativos como assembleias congressuais.

Não ela foi rompida, quando no III Congresso da FENAS que a gente deliberou pelo piso único para o pessoal da saúde, já tinha outras questões que tavam rolando dentro, que a gente via as disputas de poder, porque como eu sou oriunda de partido político, então eu não sou boba, eu sei algumas coisas, entendeu? Eu percebia só que eu não queria misturar, eu queria que a gente na federação, a gente tivesse a mesma postura que a gente tem dentro da CUT, que fosse respeitado quem pensa diferente, sabe? E que fosse valorizado o que era coletivo. Então mesmo que minha opinião fosse a melhor possível, mas foi deliberado a pior opinião, paciência a gente vai construir, no próximo a

gente constrói melhor e se não conseguir azar, mas a gente vai se aquilo não desse pra mim eu sairia do movimento, mas não sair atropelando [...]. Então a relação com a Federação é ruim nesse aspecto a gente era pra tá desfilado da Federação, não desfilou porque não teve recursos financeiros. Por conta disso, por conta dessa não, do não respeito a deliberação da assembleia. Aliás mulher do Congresso não foi nem assembleia foi congresso, é uma assembleia congressual, ainda foi mais... Desculpa (DIRETORIA SINDICATO2).

A gente não tem uma boa relação, porque foi quebrada uma relação, por causa da imposição da FENAS, da diretoria da FENAS. Eles são... eles impõem você a fazer o que eles querem, e eu não aceitei isso, porque o sindicato ele tem autonomia de trabalhar, ele tem total autonomia, então ele não pode ser influenciado, e nem interferido na suas... E isso a FENAS faz, ela não faz o trabalho de construção com a base, ela faz o trabalho de desconstrução. Então hoje a FENAS é oposição ao nosso sindicato como de outros sindicatos como você mesma já verificou isso na sua pesquisa. Então a gente tem esse processo de desfiliação por causa disso, da imposição que a FENAS tem. Ela quer impor o trabalho no sindicato e dizer o que o sindicato pode fazer (DIRETORIA SINDICATO4).

Ressalta-se que todas as diretorias afirmaram compreender o papel da Federação no impulsionamento da reabertura dos sindicatos, as divergências são relacionadas à forma de condução da federação e não se tratam de divergências no posicionamento político. As Diretorias do SINDICATO3 e SINDICATO5 são filiadas e alguns de seus diretores também compõem a diretoria da Fenás.

Segundo seu site⁷⁹ a Fenás surge com o objetivo de

retornar o debate com a categoria, possibilitando a reorganização política sindical dos assistentes sociais. Defendendo o princípio da Liberdade e Autonomia da categoria em discutir e decidir sua melhor forma de organização político sindical, a FENAS vem caminhando com longo debate junto aos profissionais de Serviço Social que ao longo dos anos não sentem-se representados por outras entidades sindicais e sentindo no dia a dia o ferrenho processo de precarização nas relações de trabalho, ausência de acordos coletivos da categoria e a defesa intransigente de seus direitos enquanto classe trabalhadora. Temos dito: Aprendemos a defender os direitos dos nossos usuários, mas não nos organizamos para defender nossos próprios direitos. Esse debate sempre esteve ausente e/ou congelado com as demais entidades da categoria e reascendeu com a fundação da FENAS (FENAS, [2000?]).

Destacam-se alguns elementos da citação: 1) traz que busca fomentar a discussão sobre a organização sindical dos assistentes social, como se isso não houvesse ocorridos debates e fosse algo relegado à segundo plano; 2) critica e nega que as demais entidades ao longo dos anos, especialmente o Conjunto CFESS/CRESS, estivessem atuado na defesa dos direitos sociais e da categoria, acusação facilmente refutada ao se observar a ação política do Conjunto, na

⁷⁹ Informações retiradas do site da Fenás, disponível em: < <http://www.fenas.org.br/sobre.php> >.

articulação com outras entidades e movimentos sociais, bem como no encaminhamento de resoluções e diversos projetos de lei na defesa dos interesses dos assistentes sociais.

Dessa forma, alega-se a necessidade de criar uma federação de sindicatos de assistentes sociais, pois com a extinção da ANAS há um processo de fragilização da organização sindical dos assistentes sociais, principalmente pelo fato da organização por ramo não ter avançado no Brasil, uma vez que ao contrário do que ocorreu no Serviço Social outras categorias mantiveram seus sindicatos, ocasionando um isolamento das lutas específicas da categoria (SANTOS, 2010; RAMOS, 2005).

Com cerca de dezesseis anos de história a FENAS tem impulsionado a fundação/reabertura de sindicatos de assistentes sociais, como afirma Abramides (2014), independente de sua base de sustentação. O que pôde ser percebido na pesquisa, pois dois sindicatos (Acre e Barretos e Região) afirmaram que apesar de fundados não estavam em funcionamento, bem como dois sindicatos pesquisados (SINDICATO3 e SINDICATO5) apesar do percurso recente já precisaram interromper gestões e refazer eleições. Até o momento de mapeamento (2015)⁸⁰ para realização da pesquisa de campo, existiam quatorze sindicatos, desses doze ativos.

Os argumentos acima também são utilizados pelos sindicatos de assistentes sociais para o processo de reabertura, outro aspecto citado são os impactos da reestruturação produtiva, a precarização do trabalho dos assistentes sociais (SINDICATO 2,3 e 4).

A precariedade nas relações de trabalho, a escassez de vagas nos concursos públicos, os salários rebaixados, a falta de apoio sindical, precariedade do exercício profissional. Então é uma gama de situação, não é um fato isolado. E é um acúmulo certo, que foi levando a isso [...]. A quem você recorre? Aí ia pro Conselho não resolvia, a quem você vai? Quem, quem poderá nos socorrer? Chapolim Colorado num... Foi quando a gente resolveu cuidar, quer saber vamos nos organizar, vamos nos agrupar, porque tá feia a coisa, você ser submetida a fazer.... (DIRETORIA SINDICATO2).

E aí a diretora disse: nós estamos implantando a mesa permanente de negociação do SUS aqui no município e vocês assistentes sociais vão ficar de fora porque pela portaria

⁸⁰ Ao se consultar o site da Fenas no ano de 2017, foram incluídos mais cinco sindicatos reabertos Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Goiás; Sindicato dos Assistentes Sociais do Mato Grosso; Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Mato Grosso do Sul; Sindicato Dos Assistentes Sociais No Estado de Santa Catarina e Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo. Desses sete não são filiados a Fenas, nos estados do: Acre, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso de Sul, Rio Grande Sul e Santa Catarina. O SINDICATO4 apesar do que foi dito na entrevista ainda permanece como filado a federação. Outra curiosidade que o Sindicato de São Paulo não estava na lista em 2015, segundo informações do Sindicato de Assistentes Sociais de Barretos e Região esse não estava funcionando, inclusive a diretora informou que na tentativa de reativar o sindicato de São Paulo, o de Barreto estava em processo de desativação.

do ministério da saúde só tem assento a mesa, o sindicato, o Cress não vai poder fazer parte e nós ficamos assim naquele momento, fomos tomados assim, ficou um silêncio absoluto na sala, a gente não sabia mais como conduzir a discussão, ela se recusou a abordar a questão das 30 horas e de certo modo, enquadrou, obrigou a gente a fundar o sindicato, porque a gente percebeu que dali por diante, os gestores não sentariam, como de fato não receberam mais. Então quer dizer, o sindicato que em geral convocava assembleia se dirigindo apenas a profissionais de formação de nível médio, com formação técnica, desconhecia profissionais de formação universitária. O Cress fecharam a porta para o Cress, a gente ficou sem ter, sem saber em que porta bater né, então isso na realidade foi um ponto disparador do processo de mobilização, porque obrigou, forçou a gente a recuperar esse debate que a gente já tinha sepultado, começando de 2008, tivemos uma queda, ficamos aí no silêncio e depois recuperamos né, e aí foi quando a gente foi vencendo barreira por barreira, até conseguir finalmente reativar, ativar enfim (DIRETORIA SINDICATO3).

2012 eu comecei a trabalhar, e eu vi um desgaste muito grande do assistente social dentro do trabalho, na área onde eu trabalho, e a gente não tinha a quem pedir socorro, porque o sindicato que representava a categoria lá na minha... lá onde eu trabalho era o SindSaúde, então eles não tinham como me defender, qualquer outro trabalhador ali dentro, e não tinha como fazer essa defesa porque não conhecia a categoria, não conhecia o meu trabalho. E muito difícil também na área onde eu tava, porque os próprios funcionários, a própria diretoria daquela empresa não reconhecia o trabalho do assistente social, e nem os direitos, então a gente não tinha direitos garantidos. Então partir dali eu disse: “Não, eu vou esse sindicato, tem que ter esse sindicato” (DIRETORIA SINDICATO4).

Por iniciativa de alguns assistentes sociais insatisfeitos com a falta de representatividade da categoria profissional nos seus locais de trabalho, pela inexistência de representantes da categoria profissionais dos assistentes sociais nas relações trabalhistas, cujas suas demandas eram interpostas pelos sindicatos majoritários, decidiu-se pela reabertura do SINDICATO5 (DIRETORIA SINDICATO5).

Em relação à afirmação de que a decisão pela organização por ramo de atividade fragilizou as lutas específicas da categoria e teria deixado os assistentes sociais sem representação, como Santos (2010) afirma, tal argumento ignora algumas contextualizações históricas como, a própria crise jurídica e financeira da ANAS e o “desfavorecimento conjuntural da época, para as lutas do trabalho, determinou grandes mudanças na organização do trabalho, desorganizando-o” (p.127).

Uma vez que, foi uma deliberação realizada de forma transparente, participativa, consoante com o amadurecimento ético, político e teórico da profissão, com objetivo de romper o corporativismo e fortalecer a luta unitária da classe trabalhadora. E o “movimento de dissolução dos Sindicatos de Assistentes Sociais é concomitante à criação e ao fortalecimento dos Sindicatos Gerais e por Contratação, o que reforçou politicamente, o debate da categoria do fechamento dos sindicatos específicos” (ABRAMIDES, 2006, p. 330). Com isso, muitos profissionais se inseriram nos sindicatos gerais, ou seja, não é um processo de exclusão da representação sindical.

Contudo grande parte das profissões “liberais” recusarem a organização por ramo de produção/atividade por suas fortes tradições corporativistas. Acresce-se ao corporativismo histórico, o contexto de avanço do processo de reestruturação produtiva e das medidas neoliberais, com aumento dos índices de desemprego, precarização das relações e condições de trabalho, etc. Impactando na organização da classe trabalhadora brasileira, que passa a uma postura defensiva diante do quadro, e um processo mudanças na direção da CUT, que ao longo da década de 1990 e 2000 vai se colocando no âmbito de colaboração de classes. Assim, tem-se uma transitoriedade inconclusa (não só dos assistentes sociais) para a organização da classe trabalhadora por ramo de atividade, o que contribui para a retomada do debate dos sindicatos de categoria.

Esses elementos causam certo isolamento dos assistentes sociais nessa decisão, como determinantes que dificultaram a filiação nos sindicatos por ramo de atividade. Ramos (2006) aponta ainda o desconhecimento das novas gerações em relação ao processo sócio-histórico e ético-político que ocasionou tal deliberação e após o fim da ANAS não se “conseguiram viabilizar um processo mais constante de discussão e promoção de campanhas de filiação aos sindicatos por ramo de atividade” (p.88), uma vez que não se tinha uma entidade responsável por tal encaminhamento de âmbito nacional, posto que “o CFESS, com suas inúmeras demandas políticas, não tinha como objetivo constituir no porta-voz desse processo de transição organizativa sindical” (Ibid.). Na estratégia da ANAS os sindicatos estaduais deveriam cumprir esse papel, porém têm-se as divergências que ocasionaram a manutenção de alguns sindicatos e outros já se encontravam fragilizados, passando por um esvaziamento. Pode-se relacionar a isso a situação relatada por três dos sindicatos reabertos (SINDICATO2, SINDICATO3, SINDICATO4) de que seus sindicatos nunca encerraram legalmente suas atividades no MTE, assim para o Ministério esses sindicatos foram reativados ao se formar a nova diretoria, atualizar o Estatuto, com isso as cópias das cartas sindicais entregues durante a pesquisa datam do período de fundação (década de 1980/1990). Fato apontado como uma dificuldade no processo de reativação, pois foi preciso pagar multas e quitar questões legais, como nas falas abaixo.

Eles disseram inclusive que o sindicato tava fechado e o sindicato não foi fechado, a gente só descobriu isso depois que fez varredura nos dois cartórios de registro de títulos, foi que a gente descobriu no segundo que ele tinha sido abandonado, como se tivesse sido abandonado. A gente inclusive herdou uma dívida né, tinha uma dívida lá. A maioria dos sindicatos tinha alguma coisa do, na conta de imposto sindical, o nosso não,

a gente não tinha nem conta e tinha uma dívida com a Receita Federal (DIRETORIA SINDICATO2).

Que na realidade, embora é se tenha consolidado esse pensamento de que os sindicatos foram fechados, na prática não foi isso que aconteceu, inclusive aqui no ESTADO3, na realidade o que a gente observa, do ponto de vista documental, eles foram abandonados e não foram fechados e tanto é, a prova é tamanha, que quando nós começamos a comentar as discussões sobre a reativação, nós nos deparamos com uma dívida de quatro mil reais na Receita Federal, porque para a receita continuava ativo, era, então isso também gerou pra gente, uma polemica, que aqui no nosso caso se tratava de uma fundação ou de uma continuidade de um sindicato, que em tese estava desativado, mas porem ativo para os órgãos competentes (DIRETORIA SINDICATO3).

Concorda-se com Santos (2010) que muitas profissões manterem seus sindicatos e a inconclusa transitoriedade não podem ser elementos automaticamente utilizados como justificativa para reverter uma decisão tão cara a profissão. Pois, diante dos rebatimentos ocasionados pela reestruturação produtiva para a classe trabalhadora (tratadas dos capítulos anteriores), defende que é preciso diminuir a fragmentação da organização dos trabalhadores, superando o corporativismo e neocorporativistas⁸¹. Nesse processo os sindicatos gerais – a sindicalização por ramo de atividade, produção – é considerada uma estratégia válida e necessária.

Em relação às lutas específicas, o processo de precarização do trabalho dos assistentes sociais, como contextualizado, não é exclusivo dessa categoria profissional. Assim, um questionamento “central a ser feito sobre esta dimensão é se existe, mesmo, e qual seria a agenda sindical específica da categoria hoje, considerando as mudanças no mundo do trabalho e os desafios postos para os amplos segmentos dos trabalhadores” (SANTOS, 2010, p.130). Uma vez que inseridos no quadro mais amplo da classe trabalhadora, os assistentes sociais sofrem os mesmos desmontes e perdas que os demais trabalhadores e, portanto, deve ao lado dos demais segmentos de sua classe travar suas lutas. Como afirma Abramides (2006), as categorias profissionais que mantiveram seus sindicatos abertos pouco avançaram em conquistas, postos a conjuntura de retrocessos e desmontes intensificados a partir da década de 1990.

Sobre a trajetória de reabertura dos sindicatos a Diretoria do SINDICATO2 enfatizou a atuação da presidente atual – é presidente do sindicato desde sua reativação em 2007 até o

⁸¹ Os impactos da reestruturação produtiva e das medidas neoliberais fazem com que em uma mesma categoria profissional ou ramo de atividade, tenha-se uma heterogeneidade das relações e condições de trabalho, desde trabalhadores parciais, terceirados a contratados diretamente pela empresa ou concursados. O que fragmenta e dificulta a organização dos trabalhadores, uma vez que mesmo compartilhando o ramo de atividade ou categoria tenham diferentes demandas (ANTUNES, 2002).

momento da pesquisa – em detrimento de um processo coletivo. Foi relatado que tanto a presidente como as demais assistentes sociais envolvidas no processo desconheciam a deliberação coletiva da sindicalização por ramo de atividade. E pelo fato do maior número de assistentes sociais envolvidas estarem trabalhando na política de assistência social foi sugerido pelo CRESS que ao invés de um sindicato específico poderiam criar um sindicato para os trabalhadores dessa política no Estado ou Município, a sugestão foi recusada com argumentos que reforçam uma visão pragmática e imediatista da realidade e do papel dos sindicatos.

Aí a gente passou em torno de oito meses, começou comigo. Aí você fez a pergunta, mas eu não quis focar meu nome, porque aí fica parecendo que sabe... sei lá.... Uma coisa muito personalista, a ideia parte de uma pessoa, mas a estrutura não pode ser só, se for individual você não tem um.... É um projeto, projeto é a categoria, se fosse só eu fundava uma empresa e ia fazer uma coisa pra, uma assessoria, mas não era essa.... A minha preocupação era, eu fiz o curso de Serviço Social, eu introjetei a profissão, me identifiquei e quis sim que ele fosse colocado em prática, você tinha que ter profissionais qualificados, remunerados não precisa ser grandes remunerações não, justas, quero, não quero defender nenhuma bandeira sabe? Muito estratosférica não? é coisa pé no chão, é básico, você tem que ter o mínimo, um piso mínimo, você precisa ter condições mínimas, você não pode negar a política pra população. E a política do jeito que é ela termina... por melhor que ela seja... Veja o SUAS veio e era pra bombar de cargos pra assistente social, aí você viu o quê? Uma invasão de outros profissionais da área no que era próprio, porque ninguém queria antes lidar com pobre, era só assistente social, assistente social vai cuidar. Aí agora todo mundo faz a política de assistência que a política é plural e tal, tal tal. Mas na prática há sobreposição de atuação. Então os protagonistas foram eu, teve PessoaA, que é uma colega que eu conversava muito com ela. E daí a gente começou a procurar onde tinha... onde dissesse que tava alguma assistente social reunida pensando a categoria a gente ia, chegando lá não era, era consultoria, alguma coisa com a parte de relação de trabalho pra ganhar dinheiro pra poder melhorar economicamente [...]. A gente começou a fazer um grupo de discussão lá no LOCAL2, onde a gente se reunia se não me engano de quinze em quinze dias. Era semanalmente, aí depois de quinze em quinze dias, depois uma vez por mês. Discutindo as condições e assim, se abria se não abria, se ia ser um sindicato, se ia ser uma associação... Inclusive a representação do CRESS naquele momento ali, ele foi convidado a participar dessa discussão porque a gente não sabia justamente se ia ser um sindicato.... A gente não sabia se tinha problema. A gente não sabia o histórico, né? Esse histórico que foi dito aqui, do Concut e tudo mais, a gente não sabia. E essa representação veio, fez esse histórico, foi aí que a gente ficou sabendo dessa histórico. E fez toda uma proposição. E se posicionou, dizendo que assim o conjunto não apoiava essa organização e que era contra essa organização por categoria e que a melhor forma.... Aí fez a proposição da gente criar um Sindicato da Assistência Social. Eu disse porque vocês ficaram esse tempo todinho e não criaram esse Sindicato da Assistência, agora que a gente de mobilizou pra criar do Assistente Social. Aí a gente ainda pensou né? Como é que a gente vai fazer? Aí as outras categorias já tinham seus sindicatos, a quem interessa fazer isso? Ninguém quer fazer nada coletivo não, não quer foi essa a percepção que a gente tirou, vai fazer nove anos que abriu o sindicato, impressionante como o discurso é um e a prática é outra, e não só no Serviço Social, dos sindicatos de outras categorias. Porque a gente ganhava muito mais se fizesse união, muito mais. Conta mais, como é que eu vou defender o nível universitário, se eu não ligo a mínima pro nível fundamental, nível médio, também não é justo pessoal que é nível médio bairrada sindicatão

feito (citou o nome de um sindicato que eu não compreendi), enorme sindicato ou dos técnicos de enfermagem, a vontade deles tem que prevalecer, quer pegar o salário e colocar igual ao nível universitário, bom aí também danosse? Aí não dá, porque aí pelo amor de Deus, ninguém vai querer isso, estudou tanto pra quê? Então tem que ter o, alguma diferenciação nesse aspecto. E a visão dessas pessoas é essa visão de quantitativo, a eu tenho mais de oito mil sindicalizados, então por conta disso eu tenho mais força, se eu tenho mais força eu vou impor do jeito que eu quero. Não tem visão de conjunto, não se preocupa com a população, o discurso é fraco e é falho, é falacioso, não, nenhum se preocupa com a população, nenhum. Discursava que se preocupa, mas não se preocupa de fato. [...] Assim a gente ficou aí... eu não lembro quanto tempo. Oito meses., de oito meses a um ano [...]. Foi em 2006, teve aquela assembleia e dali quando a gente se conheceu, tu começou... Ali eu comecei a pegar os e-mails de vocês, mas eu já estava mobilizando antes meu amor, antes daquilo eu já tava mobilizando, entendeu? Naquela quando a gente se conheceu, foi em outubro, outubro ou foi novembro, outubro de 2006. Aí quando pessoal, que eu falei, eu disse olha a gente tá pensando em abrir o sindicato, foi quando citou o nome de um professor universitário que também era da gestão do CFESS[...], aí ele pegou e disse olhe gente, minha gente olhe, aí falou de uma figura que tem lá no Rio de Janeiro, que tinha o pessoal da Federação que se perpetuava tal, que não queria sair do poder, segundo ele dizia né? Aí a gente disse ó, foi que a gente nem sabia que tinha sindicato, a gente não sabia que tinha sindicato aqui na, [nos estados vizinhos], a gente não sabia tá entendendo? De jeito nenhum, que tinha esses sindicatos, aí quando a gente ficou sabendo, aí gente foi procurar eles. E a informação deles foi essa, quando a gente teve essa assembleia, aí saí pegando os contatos das meninas, aí foi quando elas vieram chegar junto, aí ficava vinha um povo... Daqui a pouco... Cada reunião tinha, por exemplo, quinze pessoas, só cinco eram as mesmas, as dez eram novas; aí em outra reunião quatro eram as mesmas o restante é novo, sabe? As pessoas muito sem querer se envolver, sem querer se envolver, porque via o sindicato, assinava o abaixo assinado [...]. Fizemos a carta, a gente divulgou a carta muitas pessoas assinaram (DIRETORIA SINDICATO 2).

A diretoria do SINDICATO3 informou que o processo de reabertura iniciou em 2008, mas após descobrirem uma dívida de quatro mil reais na Receita Federal desistiram. Porém, em 2010 com a conquista da lei que determina aos assistentes sociais trabalharem 30 horas semanais, a luta pela efetivação da lei reacendeu a ideia de reabrir o sindicato, outro elemento foi a implementação de uma mesa de negociação do SUS pela gestão municipal, alegando que não se sentiam representadas pelo Sindicato da Saúde ficariam fora desse momento de negociação. Todos os membros da atual diretoria do SINDICATO3 atuam na política de saúde do Município – com exceção de uma diretora que está desempregada, alguns possuem mais de um emprego atuando também na política de assistência social – e em nenhum momento citaram a possibilidade de militância dentro do Sindicato da Saúde.

Que eu lembre assim, na realidade nós começamos um processo, como eu disse o movimento pró-sindicato, nós começamos algumas discussões em 2008, mas depois em função da dificuldade de localização de documentos, como eu disse estivemos no CRESS e não conseguimos encontrar a documentação, toda a vida pregressa do sindicato a gente não tinha acesso e nos cartórios ninguém sabia, a gente descobriu essa dívida de R\$ 4 mil na Receita Federal, ou seja, tudo depunha contra nós, tudo que poderia, muitas

pedras no meio do caminho a gente foi encontrando pra desistir [...] aconteceu a conquista da lei das 30 horas em 2010, e aí na Secretaria Municipal de Saúde dessa capital a gente percebeu as dificuldades de materializar esse direito e percebeu também que o CRESS apesar de estar situado aqui na capital e que a prefeitura ela agregava um volume grande de assistentes sociais, o CRESS não tinha se aproximado dessa discussão junto aos colegas que laboravam 40 horas, tipo eu ainda sou 40 horas na prefeitura e aí a gente teve uma reunião voluntária, eu e outras colegas com a diretoria de saúde na época. A diretora de saúde chamou o CRESS lá, na oportunidade a agente fiscal foi, junto com a advogada do CRESS e o ponto disparador foi ali, eu nunca vou esquecer, quando a diretora de saúde olhou pra mim e disse assim: a gente tá implantando a mesa de negociação do SUS a mesa municipal de negociação do SUS, primeiro ela disse eu não negocio com CRESS, porque CRESS não representa trabalhador, coisa que a gente já sabia mas a gente não esperava ouvir isso do gestor porque justiça seja feita, em muitas vezes essa companheira que é agente fiscal do CRESS participou conosco de mesa de negociação mesmo sendo, mesmo não sendo competência, mesmo não sendo obrigação do CRESS mas ela ia, mas nesse dia especialmente [...] A gente começou esse processo de discussão num grupo pequeno, inicialmente vinculado a um grupo de assistentes sociais da Prefeitura Municipal da capital e começamos a dar vazão a isso nessa época era o Orkut que tinha [...]. E aí a gente começou com essa sucessão de debates abertos, pedíamos ao CRESS pra divulgar e eu acho que era divulgado sim, foi feito, instigamos muito pra que na semana do assistente social esse debate viesse à baila porque até a própria assim, o conjunto CFESS-CRESS funciona assim, um alinhamento assim tão, como é que eu posso dizer, tão fechado, que até o próprio tema da semana do assistente social é direcionado, não tem como modificar, pode ter um tema nacional, então eu me lembro que a gente teve dificuldade em introduzir essa temática na semana do assistente social justamente porque isso escapava aquilo que vinha sendo é determinado pelo conjunto. Mas aí a presidente do CFESS veio participar pessoalmente e aí foi feito esse debate, assim eu que participei na época, na mesa né que eu tava trazendo essa discussão [...] houve um debate aberto e aí depois a gente foi se deparando com essas dificuldades que eu já narrei aí e esse, o movimento refluíu, a gente ia no crescente mas à medida que a gente descobriu dívidas, na medida que a gente não achava documentos, na medida porque a legislação impõe o que, um sindicato, essa legislação que data de Vargas, ela ainda preserva o princípio da unicidade sindical, ela ainda determina um só sindicato por base territorial, ou seja sem a gente saber, que o sindicato antigo ainda estava como ativo ou inativo, como a gente ia fundar outro? Então a gente não achava documento, o que a gente achava que para os órgãos competentes o sindicato existia, mas as pessoas não sabiam nada da documentação. Então a gente não sabia por onde começar, como é que a gente ia dar conta dessa realidade. A CUT a gente só foi se filiar a CUT depois porque se talvez a gente tivesse feito o caminho inverso talvez tivesse orientado a gente, mas a gente só foi se filiar depois do sindicato aberto, depois de, como a gente já colocou aqui, de um processo também democrático construído com e pela base, não foi nada com a cúpula, e aí a gente perdido no meio do caminho, então o movimento refluíu. Quando foi em 2010, em função da dificuldade de dar concretude a lei das 30 horas e da falta de representação, a gente sem saber em que porta bater, a gente precisando ser ouvido de alguma forma, isso obrigou a gente a retomar, e a gente fez uma assembleia no SindPetro [...] a gente conseguiu com as parcerias um espaço pra poder acomodar os colegas e a pessoa que tinha garantido ah vai tá assim, vai tá assado, quando a gente chegou lá não tava como a gente tinha imaginado, então assim em termos de organização, então a gente foi fazer tudo na hora, mas enfim deu um número razoável de profissionais, é quase 90 colegas, inclusive o CRESS todo foi aprovado por unanimidade tava lá, a diretoria toda tava lá e foi aprovado por unanimidade né, quando a gente viu a diretoria do CRESS chegando a gente até não sabia se alguma coisa, alguma tensão brotaria ali, mas assim foram feitos alguns questionamentos mas de qualquer modo tudo foi debatido, porque também a própria legislação que ainda preserva essa estrutura perversa contra os trabalhadores, porque de

certo modo limita o movimento efetivamente classista e se obriga que se siga essa linha, essa estrutura mais corporativa, por outro lado ela diz também que o movimento sindical é livre, então não é conselho nenhum que vai por decreto, nem a docência as vezes distante das reais necessidades de quem ta na base, desconhecendo o padrão salarial de quem ta na base, é muitas vezes também não pagando o CRESS porque eles não são obrigados, diferentemente do profissional que ta na base, então não são esses sujeitos que vão frear o movimento sindical, quem vai frear é o trabalhador de forma livre, autônoma e consciente e na oportunidade a categoria deliberou que iria reativar o sindicato. [De 2010 a fundação em 2012] Então ai é, foi mais rápido porque instalou-se dentro da, principalmente da Secretaria Municipal De Saúde, instalou-se assim, como eu disse a gente já era vítima dos surtos dos colegas, instalou-se um pânico porque seria instalada uma mesa de negociação e nós ficaríamos de fora e ai a necessidade imediata de participar, de defender direitos, de avançar nas conquistas obrigou a gente a ir avançando nessas dificuldades, então a gente conseguiu fazer na época uma cotinha pra saldar essa dívida da Receita Federal, em torno de quatro mil né, foi feita uma cotinha, todo mundo espontaneamente é, deu uma contribuição [...]. Então a essa altura ai a gente também espalhou, expandiu o movimento nas outras, nos espaço sócio ocupacionais. A gente no comecinho estava mais aprisionada a Secretaria Municipal de Saúde e ai a gente expandiu e começamos na sequência, ainda como movimento, não, ai depois a gente conseguiu na Receita Federal, depois dessa dívida saudada, a gente conseguiu o Cnpj a partir do Cnpj a entidade ai conseguimos registrar em cartório. Então assim, a entidade ela existia, ela não tinha personalidade jurídica que só é gerada com a carta sindical né, só que essa questão da carta sindical ainda era um processo que a gente ia destravar porque a gente não sabia a situação do sindicato anterior, mas enquanto isso a gente começou a agir, mesmo sem a personalidade jurídica, ai a gente começou a fazer greve, a participar de mesa de negociação (DIRETORIA SINDICATO3).

O SINDICATO4 ressalta o papel da presidente na condução do processo e segundo essa os protagonistas desse movimento de reabertura foram sindicalistas de outras categorias profissionais vinculados à direção da CUT no estado. Houve uma disputa entre grupamentos de assistentes sociais que buscavam reabrir o sindicato, ou seja, fica claro (a própria presidente não refuta) que não ocorreu um processo de debate e amadurecimento para tal decisão, ao analisar o relato aparenta que o grupo mais bem informado quanto aos procedimentos burocráticos reativou o SINDICATO4, inclusive cita que a própria assembleia de fundação quase não ocorreu.

Fui fazer pesquisa e não achei nada a respeito do sindicato, pela internet. Só tinha o endereço, o último endereço que foi o sindicato. Então eu comecei a pesquisar, fui no CRESS, as poucas coisas que tinha no CRESS.... Porque quando o sindicato fechou ficou tudo no CRESS, mas ao longo do tempo o CRESS foi.... Não ligou pra documentação, foi se perdendo, e hoje não ficou quase nada. E eu coloquei um grupo, reabertura do sindicato dos assistentes sociais, e aí na hora eu pensei, “eu tenho dois caminhos, o que eu devo seguir a minha profissão como assistente social e ponto ou defender a minha profissão, defender a minha categoria” aí eu cliquei, criou o grupo! Menina, em meses já tinha mais de mil pessoas, e aí eu fui procurando pra ver a construção de um grupo pra gente abrir um sindicato. Aqui onde a gente ta é o Sindpetro, que eu tive contato com o meu primo, o nome dele é X, se você quiser colocar, pode colocar, e ele foi quem me deu toda a instrução da reabertura, primeira coisa, fazer a carta sindical. O estatuto, não tinha estatuto. Porque naquela época não se registrava, então se perdeu o Estatuto, a gente não sabe dessa história desse sindicato, como reabriu, as atas de reabertura, nada disso se tem. Então uma das dificuldades foi essa, então a gente foi pra cartório, não tinha nada registrado em cartório sobre o sindicato [...] Da construção, a única dificuldade que eu tive foi de agrupar assistentes sociais pra gente reabrir. Eu tive muita influência pra desistência. “Desiste disso!”... Algumas pessoas que foram diretoras de sindicato diziam: “Não, você não pode reabrir o

sindicato! ” É! “Não pode reabrir o sindicato! ”. Porque eles foram influenciados pelo Conjunto CRESS-CFESS, pra fechar o sindicato. E eles não queriam reabrir [...] E aí... teve um... algumas pessoas que quiseram abrir o sindicato, não conseguiram, e uma delas queria abrir o sindicato pra... pra cunhos pessoais! O sindicato ia ser uma laranja! Eu fui convidada pra essa reabertura, pra esse processo bem encaminhado, aí quando começaram a querer tomar o sindicato, a fazer uma desconstrução... Essa pessoa queria reabrir pra o que ele queria. E outro grupo, um grupo político, queria pra cunho político, pra... como é que a gente pode dizer, pra... uma representação político, não! Pra essa questão política, aquela politicagem! Então usar o sindicato praquela pessoa ser eleita... Pras coisas... Essas coisas... E aí quando surgiu esses dois lados, eu precisei reabrir o sindicato e a gente construiu um grupo, só que dentro desse grupo, as duas partes, tanto do político quanto da pessoa particular que queria... Então tinha pessoas dentro infiltradas, tanto do político quanto do outro, então tinha pessoas dentro, infiltradas, então no último momento foi uma revolução pra não ter a assembleia de reabertura, no último dia que a gente se reuniu. A gente se reunia aqui, no auditório aqui do Sindpetro, que hoje é a CUT. Mas, quando você tem algo que você tem certeza de que vai ser bom, que você tem certeza que vai ser algo produtivo eu enfrentei todo mundo, tudo e todos. Algumas meninas queriam desistir do grupo, mas a gente teve força, da CUT, de outros sindicatos, parceiros! Uma das coisas que eu tenho que te falar é isso, o Sindae, o Sindprev, a representação da CNTSS, que é a Confederação Nacional da Seguridade Social, dos trabalhadores da Seguridade social e de longe, da FENAS, mas a FENAS não fez o trabalho de construção, ela fez o trabalho de debate, de enfrentamento que não era pra termos. Então assim, eu acho que a FENAS ela não teve um papel fundamental, na reabertura, ela não teve, por isso que eu não concordo lá quando eles colocam que reabriram. Não foi a FENAS! A FENAS não participou de fato de todo o processo! Eu tava aqui só... Só que eu digo assim... A CUT, os sindicatos parceiros, e meu primo que me ajudou em tudo, que ele tem... Ele foi secretário do trabalho, do ministro... Secretário aí... do Ministério do Trabalho, ele foi, então ele tem toda uma relação, tem todo o conhecimento e me deu essa direção... Foi um enfrentamento! Foi um enfrentamento, mas a gente fala que todas... na democracia tem que ter enfrentamento, a gente não tem um ideal quanto a isso,.. (DIRETORIA SINDICATO4)

A diretoria do SINDICATO 5 é a única que enfatiza a participação da Fenas, traz poucos aspectos de como foi essa trajetória (único sindicato que não se realizou a pesquisa presencialmente, como explicado).

Um movimento Nacional pela reabertura dos sindicatos dos assistentes sociais já vinha sendo gestado no bojo da categoria. No Estado, havia uma discussão nas redes sociais (na época Orkut), mas não era consenso data ou local para uma reunião presencial. Muitos aderiram somente a discussão virtual. A Fenas teve papel importante na reabertura do SINDICATO5, tendo como principal protagonista na gestão da época, a Diretora da Região Sul (DIRETORIA SINDICATO5).

Outro aspecto que pode se relacionar a reabertura dos sindicatos é a mudança do posicionamento da CUT e o incentivo das centrais sindicais para fundação de sindicatos. Pois, se em 1986 a CUT aprova que sua estrutura organizativa deve ser horizontal - através de Departamentos estaduais e regionais – e vertical, com os sindicatos por ramo de atividade. Em sua plenária de 1992 retrocede nessa decisão, substituindo os departamentos por federação e

confederações orgânicas à CUT (lembre-se do posicionamento anterior da CUT contrário a permanências dessas estruturas, consideradas resquícios do sindicato estadista). E no CONCURT de 2000 – apesar da plenária de 1999 aprovar a construção de sindicatos nacionais para fortalecer a estratégia do ramo de atividade – delibera-se que a organização por ramo de atividade e dos sindicatos nacionais devem ser avaliadas em acordo com a realidade das diversas categorias, não devendo simbolizar uma “camisa de força”, ou seja, há um retrocesso quanto a luta pela implantação da estratégia aprovada em 1986. Fato acentuado com o início das negociações da reforma sindical no governo Lula, a partir de 2003, que tem como principal aspecto a representatividade das Centrais Sindicais (medida pelo número de sindicatos filiados) e sua participação no imposto sindical, pois com isso as centrais aumentam o incentivo à criação de novos sindicatos para ampliar sua base.

Tal possibilidade é exposta ao se analisar que dos quatro sindicatos pesquisados, dois explicitam uma relação das figuras, que se afirmam centrais, no processo com a CUT – presidentes do SINDICATO2 e SINDICATO4 – e confirmam em seus relatos a colaboração dessa Central na reabertura dos Sindicatos. No SINDICATO2 a presidente relata sua filiação e militância no PT e na CUT (anterior à fundação) e no SINDICATO4 militantes da CUT são considerados os protagonistas no processo de reabertura. E o SINDICATO5 enfatiza o papel da FENAS alinhada, como supracitada alinhada à majoritária da CUT e criada com o objetivo de reabrir os sindicatos específicos.

Não se pode deixar de citar os impactos da reestruturação produtiva que colocam em evidência as questões do mundo do trabalho, diante de um quadro regressivo as questões imediatas fortalecem a busca por soluções pragmáticas, que relegam o movimento histórico.

Ao se indagar sobre a participação e militância em partidos políticos, movimentos sociais ou outras entidades encontraram-se:

Sindicato	Vinculação partidária, em movimentos sociais ou outra entidade dos membros das diretorias
SINDICATO1	Presidente: Fórum dos trabalhadores do SUAS; Vice-presidente: Fórum de Trabalhadores do Município; Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município; Suplente no Conselho Municipal de Saúde; 1ª Secretária: filiada ao PT
SINDICATO2	Presidente é filiada ao PT (candidatou-se pelo partido a vereadora) e participa de uma ONG, duas outras diretoras não são militantes, mas se declaram simpatizantes do PT.

SINDICATO3	Presidente: Conselho Estadual de Saúde, Comissão da FENAS; Vice-presidente: Militante do Movimento Negro, filiada ao PT; 1º Secretário: Fórum dos trabalhadores do SUAS, Conselho Municipal e Estadual de Assistência Social. 2ª Secretária: Conselho Municipal de Saúde, Diretoria da Fenas, Fórum dos Trabalhadores do SUAS e Coletivo da Luta Antimanicomial; 1º Tesoureiro: Filiado ao PT, Diretor da FENAS; Diretor de Assuntos Jurídicos: Militante da CUT; Diretora de Articulação com os Movimentos Sociais: Marcha Mundial de Mulheres e Consulta Popular
SINDICATO4	Presidente é filiada é filiada ao PT. E uma diretora é filiada ao Partido Progressista e candidatou-se pelo partido a vereadora na cidade do interior que reside.
SINDICATO5	Secretária Geral faz parte do Conselho Permanente de Direitos Humanos

Quando as dificuldades no processo de reabertura foram apresentadas algumas de cunho burocráticas e de recursos humanos e materiais, como: a falta de informação referente ao fechamento dos sindicatos na década de 1990 (SINDICATO2 e SINDICATO3); a falta recursos financeiro (SINDICATO3 e SINDICATO5), dificuldade quanto a liberação da diretoria dos seus locais de trabalho para atuação no sindicato (SINDICATO3 e SINDICATO5). Além do posicionamento contrário do Conjunto CFESS/CRESS a reativação dos sindicatos de assistentes sociais (SINDICATO2, SINDICATO4 e SINDICATO5); bem como a ausência de participação da categoria, seja no processo de reabertura ou posteriormente nas atividades e demandas dos sindicatos (SINDICATO2, SINDICATO3 e SINDICATO5). Percebe-se assim, que a decisão do Conjunto CFESS/CRESS de apoio à organização sindical por ramo de atividade – reafirmado no Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical, realizado em 2012 – ainda tem ressonância na categoria profissional.

É mais a desinformação, os desencontros das informações, de dizer que não tinha sindicato, que o sindicato tinha sido fechado e a gente não encontrava o fechamento, teve dificuldade [...]. Então quando a gente começou a fazer e começou a ver essa postura em relação ao Conselho, então passou as colegas se sentirem divididas, era como se você participasse do sindicato estaria traindo os interesses do Conjunto CFESS-CRESS, foi dessa forma que foi repassado pra categoria, infelizmente. Então a dificuldade foi nesse sentido, de organização, de pauta, de politização das colegas. E nos vê como se a gente fosse uma empresa, o sindicato é uma empresa, quem vem verba acho que do além do céu, tá entendendo? E que você não precisa, você só tem que demandar, não precisa contribuir, aí teve dificuldade nesse aspecto, mais de falta de formação política mesmo, percepção e essa dualidade né, que terminava é na polaridade né, polaridade, se você tivesse se aproximando da reorganização política por via sindical

você estaria traindo o Projeto Ético-Político, isso foi colocado dessa forma (DIRETORIA SINDICATO2).

Houve essas que já coloquei né, a falta de documentação, zero documentação, dificuldade financeira, herdar uma dívida que não foi gerada por nós né então, é a, de certo modo por um lado a indiferença de alguns colegas e por outro também a expectativa de resolução imediata das coisas. Quero ver pra crer. Ou uma questão fatalista ou messiânica né, fatalista eu não acredito mais nisso, em nenhum sindicato, não vai pra frente ou então messiânica de achar que, eu lembro muito e isso é um fato que a gente reativou num dia, isso aí já depois da reativação e no outro dia, eu numa unidade de saúde lá no Local X recebi a ligação de uma colega, no outro dia, eu quero ver meu filho vivo, colocando assim um check list por telefone, eu no trabalho porque não tinha liberação, não tinha nada a gente, aí eu fui dizer pra ela, olha a gente reativou ontem, a gente sabia nem de nada, ah sindicato já vi que não vai pra frente, foi bem peculiar, veja o imediatismo como é. No dia seguinte e eu no espaço de trabalho, então essa polarização entre fatalismo e o messiânico, a gente também se deparou com essas duas realidades. Até hoje né. Até hoje tem pessoas que querem se filiar já com uma demanda existente pra gente resolver, se aproxima com esse intuito, com a demanda já pra se resolver (DIRETORIA SINDICATO3).

A dificuldade maior foi a rejeição do conjunto CRESS-CFESS, eles ficaram sabendo da reabertura do sindicato e houve... essa pessoa me procurou, um dos diretores que conversou isso que eles não têm... a lógica do Conjunto CRESS-CFESS é não a reabertura do sindicato, eu não entendo porque. Então isso foi ruim pra nossa reabertura, a outra questão foi a não aprovação de alguns ex-diretores do sindicato, da diretoria antiga, de não querer... E assim, foi a categoria inteira e essa questão da oposição, que antes do sindicato reabrir já teve a oposição, que é ruim, mas fortalece (DIRETORIA SINDICATO4).

Sim, falta de recursos financeiros, dificuldade de liberação do trabalho, para diretoria dedicar-se ao sindicato, movimento contrário do Conjunto CFESS/CRESS. E a maior dificuldade é a participação da categoria (DIRETORIA SINDICATO5).

Outra questão é a relação com as demais entidades, que tem como cerne o surgimento da Fenas sem o amplo debate na categoria profissional e em oposição a decisão coletiva, principalmente com o Conjunto CFESS/CRESS. Uma vez que o Conjunto nos diversos espaços de debate indica a decisão tomada coletivamente da filiação por ramo de atividade mais coerente como estratégia de luta e organização da classe trabalhadora. Além disso, as posições hegemônicas desse Conjunto mantêm-se classistas, combativas as diversas formas de atrelamento e conciliação de classes, em concordância com o PEPSS construído no bojo da ruptura com o conservadorismo. Em diversos momentos das entrevistas as diretorias colocam as divergências de caráter político, como algo pessoal e descontextualizado historicamente e reforçam uma visão pragmática e imediatista.

Desde quando houve essa recomendação da CUT e a ANAS abraçou como sendo uma determinação em fechar os sindicatos de categoria e encaminhar pra ser por ramo de atividade, que a relação dos sindicatos de assistentes sociais com o Conjunto CFESS

CRESS não ficou boa, porque eles não reconhecia, como muitas vezes hoje ainda, não reconhecem o nosso sindicato por categoria como sendo um sindicato que esteja na defesa dos interesses da categoria. Assim uma certa hostilidade, sempre em quase todos os eventos que fazem, em CBAS, onde se fazem em qualquer canto, ABEPSS, como exemplo o CBAS ou alguns seminários, fala na ABEPSS, na ENESSO, na Universidade em algum local que tá sendo sediado, fala no Conjunto CFESS/CRESS, mas falar no sindicato ou na Federação dos Assistentes Sociais não fala. Fala de um modo geral na luta dos trabalhadores, que tem os sindicatos, mas dizer assim o nosso sindicato. Então eu acho que existe assim um ranço (DIRETORIA SINDICATO1).

Na verdade, a relação não é melhor por conta dessa concepção que o Conjunto tem, o conjunto ele tá, ele parou no tempo no que se diz respeito à direitos profissionais ele parou no tempo, ele não aceita discutir ele não aceita avançar ele acredita que assistente social não precisa de defesa específica que tá tudo certo, que tá tudo bem [...] O posicionamento político do conjunto CFESS/CRESS, que é o mesmo o do CFESS e do CRESS, aqui do Estado é com ela um pouco já colocou, assim não defende organização por categoria e sim por ramo de atuação e aí por esse posicionamento não é aceito a nossa organização [...]. Você tem um CBAS nem é citado nem um sindicato nem a Federação, vamos pra rua dia 7 agora, ele chama o Conjunto e as representações da categoria, é como se fosse um autismo, um autismo, atitude autista que vai e faz de conta que aí existe, é alguma coisa parecida com uma atitude autista né, porque autismo coitado já tá, não tem aquela percepção, e a pessoa faz de conta que não é, é diferente né, é algo que faz consciente, faz consciente de alienar inclusive a categoria. A gente até colocou, de nossa parte foi e sempre será aberta. É aberta porque a gente não fecha o diálogo entendeu? Mas infelizmente do lado de lá.... Não há agressão, vamos dizer assim, nada direto. Mas há sim toda uma intencionalidade da coisa não fluir, não convergir para caminhar junto, tá entendendo? [...] Eu acho que assim, dizer que a gente tem uma relação ruim por parte do Conselho em relação a gente, eu acho que já falou tudo. A gente tem inclusive como demonstrar, tem documentos, a gente pediu um debate, porque ele não diz defender ou não, vamos debater? Não precisa debater [...] Se fosse assim a gente não tinha avanço nenhum, porque o que foi a vinte anos atrás meu Deus já mudou tanta coisa. A cada decênio você tem uma, tem conjuntura para você levar em conta (DIRETORIA SINDICATO 2).

Conjunto ele não aceita que os sindicatos tenham sido reabertos. É um posicionamento do Conjunto CRESS/CFESS. Quando se fechou, quando se deu essa.... Acho que foi a pior coisa que existiu pra categoria, porque hoje a gente tem várias fragilidades na nossa profissão justamente por isso, porque não tinha sindicatos pra lutar em favor da gente... Então quando foi uma sugestão do Conjunto CRESS/CFESS de fechar os sindicatos e liberar todas as assistentes sociais pra o sindicato de ramo, isso não existe, porque no sindicato de ramo tem várias categorias [...]. O SindPetro luta em comum por aquele povo todo, então a especificidade da categoria do assistente social, que é uma categoria diferenciada, é uma categoria regulamentada, a profissão regulamentada, sofre com algumas coisas, com alguns... com algumas lutas [...]. Então assim, nós fomos prejudicadas durante todo esse tempo e estamos sendo ainda porque a maioria do Brasil se fechou, e aqueles que não tinham estão com dificuldade de abrir. Quando eu fui conversar com o pessoal do CRESS, na época era outra gestão, dessa agora atual, um dos membros me falou que, naquele ano que eu fui falar com ele, que foi 2013, iria ter uma... um congresso, dos assistentes sociais e o... ponto chave do congresso seria a não reabertura dos sindicatos, então isso fragiliza a nossa categoria e a gente vê que o Conjunto CRESS-CFESS não tem interesse nenhum na defesa do assistente social. Primeiro, eles não podem defender e eles não podem representar a categoria, porque eles são autarquia, então autarquia não pode se envolver diretamente em representação. Então assim, eu sou... Eu sou bem aberta, falo mesmo, porque eles não são a favor da nossa reabertura. Eu fui pessoalmente conversar com a atual gestão pra dar um apoio ao

sindicato, e elas perguntaram em que sentido. Ah, divulgação, a gente precisa divulgar o sindicato dos assistentes sociais! Eles não fizeram isso em momento algum, eu fico triste porque a categoria precisa do sindicato, a gente vê constantemente ligações aqui, coisas que... absurdas que estão acontecendo, dentro do ambiente de trabalho do assistente social e que precisa do sindicato. No interior a gente tem viajado muito, dado palestra no interior. A gente é convidada, o sindicato é convidado pra fazer as palestras nos interiores e a gente ta mostrando o sindicato pra essas pessoas que são a mercê do sindicato porque a gente, infelizmente, a gente não tem como chegar no interior [...] o Sindicato é de base Estadual, é a representação estadual. Então dificulta o nosso trabalho de fazer essa divulgação porque a gente só tem os meios de comunicação. E através do CRESS a gente poderia fazer essa divulgação, pra ampliar e pra fortalecer a categoria. Porque eu acho que se a gente se unir a gente se fortalece, porque uma categoria unida, uma categoria unida é uma categoria que vence... as outras, as batalhas, contra o patronal. E eles sabem muito bem como é esse mundo capitalista. E uma coisa chave, o assistente social ele existe por causa da questão social e aí vem o conjunto CRESS-CFESS e deixa de fora o assistente social das lutas e dos combates a favor dos seus próprios direitos (DIRETORIA SINDICATO 4).

É uma relação de divergência e convergência, a depender dos interesses comuns, dos interesses melhor dizendo, essa relação pode ser polarizada ou pode ser distensionada. Mas eu diria assim, que de modo geral, comparando com outros estados, é bastante respeitosa, a gente nunca ultrapassou as fronteiras digamos assim, do respeito e de certo modo, até da bem querência, apesar das divergências que de fato existem, mas a gente sabe, por exemplo, que em outros estados, onde um representante do sindicato senta, o do CRESS não senta e vice versa, graças a Deus nós nunca chegamos a esse extremo, pelo contrário nós somos parceiros em muitas lutas juntas, mesmo existindo diferenças internas, mas que a gente tenta superar em função da conjuntura, porque cada vez mais a gente se dá conta de que os nossos inimigos não estão entre nós, isso é algo que a gente precisa e que também é, o CRESS e aí isso não é somente o CRESS, porque a gente toma a particularidade do serviço social e quando a gente discute com as outras categorias a gente vê que essa dissonância entre Conselho e sindicato não é particular do serviço social [...]. Agora trazendo para a nossa realidade, eu reitero que tem divergência, o CRESS ele é obrigado a seguir o alinhamento do conjunto CFESS/CRESS, diferentemente do movimento sindical, não há esse aprisionamento a Fenas, isso é submetido a assembleia, tanto a filiação quanto a desfiliação, é algo bastante libertário, olhando por este ângulo, como também libertaria a contribuição, a filiação às entidades, como não são nos Conselhos né. Então a relação assim, tem momentos que a gente constrói juntos [...] apesar da gente não ir enquanto diretoria, mas a gente participa das assembleias do CRESS, o CRESS sempre é chamado e as pessoas que compõem para as nossas assembleias, [...] nós temos 5 ex-presidentes de CRESS filiados, cinco, inclusive a atual, então quer dizer, eu não sei se, a concepção sobre a necessidade de reativação se mudou para estes sujeitos, eu não sei se eles perceberam que os sindicatos não são nenhum ET de Varginha, que a gente não come fígado de criancinha e aí diminuiu esse distanciamento ou eu não sei se realmente o mundo do trabalho agravou tanto, precarizou tanto que esses colegas em função da desproteção, da falta de guarda-chuva, da falta de ter alguém a quem representar, se vincularam a nós espontaneamente [...] Tem algo que eu avalio que é muito é, que a gente percebe também a diferença em gestões do CRESS. Quando a gestão ela tem um perfil, que são trabalhadores que estão na atuação do serviço social e outra que na sua maioria é da academia, há uma diferença, e esse perfil a gente vê, acho que a relação melhorou muito por essa característica né, e eu particularmente fui pra um Encontro Nacional de Serviço Social e eu percebi ainda essa questão conservadora no posicionamento do conjunto CFESS-CRESS, em orientar, em desqualificar os sindicatos por categoria, e aí a gente percebe um discurso que é muito pautado na teoria e muito, conhece muito pouco a vivência do movimento sindical, tanto por categoria quanto por os sindicatos gerais é, eu

acho que o conjunto CFESS-CRESS precisa conhecer a dinâmica sindical que hoje existe no Brasil pra reformular esse posicionamento, eu acho que não há esse interesse do Conjunto CFESS-CRESS (DIRETORIA SINDICATO3).

É importante ponderar alguns elementos levantados, como o Conjunto CFESS/CRESS não se coloca no papel de representação sindical da categoria e não nega a importância da sindicalização. Além disso, desconsidera a atuação política do Conjunto CFESS/CRESS distante das lutas e bandeiras da classe trabalhadora, colocam como se funcionasse apenas como uma autarquia governamental, enquanto é de “notória expressividade as denúncias e reivindicações presentes, especialmente, nas campanhas temáticas do conjunto CFESS/CRESS e/ou nas publicações coletivas de manifestos e moções das entidades entre si e/ou junto a outras organizações sociais” (SANTOS, 2010, p.138). Inclusive as diversas bandeiras de luta que os sindicatos alegam encampar, também são levantadas pelo Conjunto CFESS/CRESS, algumas inclusive anteriores a fundação da Fenas e da reabertura desses, por exemplo, a luta pelo piso salarial profissional, desde o fim da ANAS tem sido encampado pelo Conjunto, além de outras como a luta por: concursos públicos, defesa das atividades privativas da profissão cumprimento das 30 horas semanais, inserção de assistentes sociais como profissionais obrigatórios no Programa Estratégia de Saúde da Família, nas instituições educacionais, Conselhos Tutelares, etc.

Compartilha-se o posicionamento de Santos (2010, p.133) que apesar de em primeiro momento representarem a afirmação de uma perspectiva progressista, “é em essência funcional a ordem, pois contribui para manter a consciência política da categoria no nível econômico-corporativo, reforçando práticas isoladas do conjunto das lutas da classe trabalhadora”. Assim, podemos notar através da análise dos dados é que de fato existe uma disputa de projeto para profissão: 1) condizente com a construção histórica de ruptura com o conservadorismo; 2) traz elementos como o pragmatismo e uma visão que desconsidera uma construção histórica, apresentando-se como novas faces de um conservadorismo. Ao passo que o projeto ético-político do serviço social tem vinculação com projeto societário que visa à emancipação humana de todas as formas de exploração, essa disputa precisa ser contextualizada na disputa entre projetos s societários distintos para a classe trabalhadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundação da ANAS ocorre em um momento efervescência política e social, contextualizada no processo de reascensão das lutas sindicais, no movimento do Novo Sindicalismo. Um seguimento de assistentes sociais ao se reconhecerem como trabalhadores e identificarem-se com os interesses de sua classe, fomentam a ruptura com o conservadorismo no interior da profissão. O fortalecimento dessa postura política de classe torna-se hegemônico no interior da categoria e ressoa em seus preceitos éticos, teóricos, metodológicos. Dessa forma, a profissão constrói seu Projeto Ético-Político, que direciona a ação de suas entidades representativas.

Do mesmo modo a extinção da ANAS e a deliberação pela organização sindical dos assistentes sociais por ramo de atividade/produção, decorrem através de debates, respeitando o processo democrático e em consonância com um projeto de profissão, pois tal tática de organização busca diminuir a fragmentação e o corporativismo, e, portanto, fortalecer luta dos trabalhadores.

Essa deliberação, apesar de gestada em discussões coletivas, não simboliza que se deu sem polêmicas no interior da categoria, tanto que cinco sindicatos mantem suas atividades na década de 1990. Reforça-se que essa decisão intensifica o corporativismo e uma visão pragmática e imediatista das lutas sociais no interior da categoria, em contramão ao PEPSS.

Através da articulação nacional entre os cinco sindicatos, foi criada a Fenas, com objetivo de reabrir os sindicatos de assistentes sociais. Ao contrário das demais entidades, a criação da Fenas e a reabertura dos sindicatos específicos não é fruto de um amplo debate no interior da categoria e não é articulado as demais entidades (Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO). Isso faz com que sua legitimidade seja questionada por segmentos da categoria, em diversos momentos das entrevistas e do questionário as diretorias dos sindicatos de assistentes sociais apontam como uma de suas dificuldades essa falta de legitimidade.

O grupo vinculado a Fenas argumenta que ao extinguirem seus sindicatos os assistentes sociais ficam sem representação no âmbito sindical, pois os sindicatos gerais não se efetivam em todos os ramos de atividade e produção. Contudo, o fato da organização por ramo não ter avançado e tido ressonância em outras categorias como na dos assistentes sociais, não

significa que a profissão ficou sem representação, tal decisão de extinção e sindicalização por ramo foi realizada de forma democrática, com intenso debate e juntamente com a fundação de grandes sindicatos gerais, como da previdência social, além do papel político assumido pelo Conjunto CFESS/CRESS.

Através da análise dos dados identificou-se pouca participação da categoria no processo de reabertura dos sindicatos, uma perspectiva pragmática e imediatista quanto à organização sindical, uma negação ou desconhecimento do movimento histórico que desencadeia na extinção da ANAS. Coloca-se como se ao defender essa deliberação, pelo Conjunto CFESS/CRESS tratasse de uma negação da importância da representação sindical. E ainda, as divergências políticas com as demais entidades são apresentadas como pessoais e do campo valorativo, buscando inclusive deslegitimar as demais entidades, por exemplo, ao argumentar que o Conjunto CFESS/CRESS por serem autarquias tem um funcionamento burocrático, negligenciando o papel político que o desempenha na articulação com movimentos sociais e outras entidades, bem como das bandeiras da categoria, na defesa dos direitos sociais e trabalhistas.

A postura corporativista ganha folego diante dos impactos da reestruturação produtiva e das medidas neoliberais para a classe trabalhadora, como a desregulamentação das relações trabalhistas com perda de direitos trabalhistas, maior fragmentação da classe trabalhadora, formas precárias de contratação com ênfase a terceirização, o aumento do desemprego (ANTUNES, 1999; ALVES, 1999; ALVES, 2013). Nesse contexto tem-se a queda da mobilização e luta sindical, bem como do poder de pressão do novo sindicalismo. Entre os fatores têm o aspecto de a abertura democrática evidenciar a luta pela via institucional ou governamental, não apenas no sindicalismo como nos diversos movimentos sociais, bem como as mudanças ideológicas da CUT, que progressivamente inseri em seus programas os ideários da socialdemocracia europeia (quando essa já deixa evidente seu limite histórico), em uma perspectiva de conciliação de classes.

Mas, é justamente diante dos retrocessos para a classe trabalhadora que se necessita de uma organização mais horizontal, em que se supere sua fragmentação, o corporativismo e o neocorporativismo – um dos impactos é a heterogeneidade das condições de trabalho, dentro de uma mesma empresa, categoria tem-se trabalhadores “estáveis”, terceirizados, subcontratados –, em um sindicalismo “mesmo categorial e mais classista, dotado de uma abrangência maior e que

privilegie os diversos contingentes que compreendem a ‘classe-que-vive-do-trabalho’. Um sindicalismo mais capacitado para aglutinar o conjunto dos trabalhadores” (ANTUNES, 2005, p.82). Dessa forma, a estratégia de sindicalização por ramo de atividade/produção é válida e mais coerente com as demandas da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, CABRAL, M. do Socorro R. **O novo sindicalismo e o Serviço social: trajetória e processo de luta de uma categoria: 1978 – 1988.** São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria? In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs). **Movimentos sociais e Serviço social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Política Profissional do Serviço Social Brasileiro.** 2006. 401 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (Org.). **30 Anos do Congresso da Virada.** Brasília: CFESS, 2009. p. 55-78.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Trabalho, sindicato, saúde e serviço social: crise do capital e desafios para a classe trabalhadora. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). **O Averso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho.** São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 225-244.

ALMEIDA, Cássia; CARNEIRO, Lucianne. Com mais de 250 novos sindicatos por ano, Brasil já tem mais de 15 mil entidades. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de abr. de 2013. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/economia/com-mais-de-250-novos-sindicatos-por-ano-brasil-ja-tem-mais-de-15-mil-entidades-8237463> >. Acesso em: 23 de mar de 2017.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios da sociologia do trabalho.** São Paulo: Práxis, 2013.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização.** 2 Ed. Londrina: Práxis, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 11 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 15 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 13-25.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundamentos de Política Social** in Serviço social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2006: Cortez. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf>. Acessado em: 23 de jun de 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. **Os custos da crise para a política social**. IN: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Precarização do trabalho e expropriação dos direitos da seguridade social. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). **O Averso do**

trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 105-120.

BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 de mar de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm>. Acesso em: 12 de ago de 2017.

BRASIL. Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 de mar de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/L Lei/L11648.htm>. Acesso em: 12 de ago de 2017

CAMPOS, André Gambier. **Sindicatos no Brasil:** o que esperar no futuro próximo? Rio de Janeiro: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2262.pdf>. Acessado em: 05 de maio de 2017.

CARCANHOLO, Marcelo. **Neoconservadorismo com roupagens alternativas:** a nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas na América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 119-142.

CARDOSO; Priscila Fernanda Gonçalves; TORRES, Andrea Almeida. **Rupturas, desafios e luta por emancipação:** a ética profissional no Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 183-208.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano.** In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas na América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Eptácio; VALE, Erlenias Sobral do; RODRIGES JÚNIOR, Natan dos Santos. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 43-74.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇO SOCIAL. **Teorização do Serviço Social**. 2ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

COMITÊ CENTRAL DO PCB. **Breve Histórico do PCB**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acessado em 10 de jul. de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acessado em: 05 de jun de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perguntas Frequentes**. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 10 de mar. de 2016.

CRUZ, Antônio. **A janela estilhaçada**: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Centrais sindicais: índice de representatividade**. Brasília, [2016?]. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/component/content/article?id=17053>>. Acesso em: 10 de mar. de 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Salário mínimo nominal e necessário**. 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acessado em: 08 de out. de 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Quem são os assistentes sociais no Brasil?** [S.l.]: DIEESE/CUT, 2015. Disponível em: <<http://www.fenas.org.br/documentos.aspx?t=P>>. Acesso em: 07 de jan. de 2016.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 31-50.

ENTENDA OS NÚMEROS DO DIVIDÔMETRO E DO ESTOQUE DA DÍVIDA. **Auditoria Cidadã da Dívida**. Brasília, 20 jul. 2017. Disponível em: < <https://auditoriacidadada.org.br/entenda-os-numeros-do-dividometro-e-do-estoque-da-divida/> >. Acesso em: 15 out. 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS. **Estatuto da Federação Nacional dos Assistentes Sociais** (alterado). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < <http://www.fenas.org.br/documentos.aspx?id=42> >. Acesso em: 28 de jul de 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS. **História**. [S.I.]. [2000?]. Disponível em: < <http://www.fenas.org.br/sobre.php> >. Acesso em 28 de jul de 2016.

FRANÇA, Teones. **Novo Sindicalismo no Brasil**: histórico de uma desconstrução. São Paulo: Cortez, 2013.

FREDERICO, Celso. **Classes e Lutas Sociais**. In: CFESS; ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009. p. 255-266.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, [S.I.], n.18, p. 177-200, jan/jul 2009. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-07.pdf> >. Acesso em: 12 de ago de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 67-80.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n 62, p. 5-34. 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens na mudança cultural. 25 Ed. São Paulo: Loyola, 2014.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **O Serviço social na cena contemporânea**. In: CFESS; ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009. p. 55-103.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

IAMAMOTTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEHER, Roberto. A educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil**: Ideologia de uma década. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em serviço social. In: Sociedade em debate, Pelotas, 15(1): 31-50. Jan.-jun 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Revista Katál. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 01 de dez de 2012.

LOPES, Josefa Batista. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica da profissão:** a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social Brasileiro. In: SILVA, Maria Lidiúna de Oliveira e (Org.). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 311-344.

MARTINELLI, Maria Lucia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço social.** IN: MARTINELLI, Maria Lucia. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 19-30

MARX, Karl. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: _____. **O Capital:** Crítica da Economia Política - Livro Primeiro - Tomo 2 (Capítulos XIII a XXV). São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996. p. 245 - 337. Disponível em: <
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf>. Acesso em: 25 de jun de 2015.

MARX, Karl. **Processo de Trabalho e Processo de Valorização.** In: ANTUNES, RICARDO (org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão popular, 2004. p. 29-56.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.). **Movimentos sociais e Serviço social:** uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014, p. 85-101.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil**. *Marxismo21*, [S.l.], 28 de jun de 2013. Disponível em: <
<http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>>. Acesso em: 15 de ago de 2017.

MAY, Tim. **Pesquisa Social:** Questões, métodos e processos. 3 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MÈZÁROS, István. **La Crisis estructural de la política**. IN: BORGIANNI, Elisabete; MONTAÑO, Carlor (Orgs). *Conyuntura actual, latinoamericana y mundial: tendencias y movimientos*. São Paulo: Cortez, 2009. p.

MÈZÁROS, István. **Das crises cíclicas à crise estrutural**. IN: MÈZÁROS, István. *Para Além do Capital*. 1 ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 795-811.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Busca interativa**. [S.l.]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 de fev. de 2016.

MONTAÑO, Carlor (Orgs). *Conyuntura actual, latinoamericana y mundial: tendencias y movimientos*. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza . *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 09-30.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011. p.15-34.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. *Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão*. **Caderno CRH**, Salvador, n. 75, v. 28, p. 545-567, set/dez. 2015.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **História**. Brasília, [2006?]. Disponível em: < <http://www.psol50.org.br/partido/historia/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2017.

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. **Serviço Social e neoconservadorismo religioso**: a percepção dos/as assistentes sociais e os desafios do projeto ético-político. 2012. 239f. Mestrado em Acadêmico e, Serviço Social, Trabalho e Questão Social – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2012.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A mediação da organização política na (re) com construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. Tese de Doutorado. Recife, PE: 2005, p.16-113.

RAMOS; Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro**: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 209-234.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. **A organização sindical dos assistentes sociais no Brasil**: dilemas e desafios contemporâneos. 2010. 178f. Mestrado em Serviço Social (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2010

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012a.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da questão social no Brasil: mediações para seu debate no governo Lula. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012b.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SASERS. **Boletim Informativo**: Feliz aniversário! 49 anos de luta! n. 2. Porto Alegre, 2007. Disponível em: < <http://www.sasers.com.br/boletins/49-anos.pdf>>. Acesso em: 13 de jan. de 2017

SOUSA, Raquel de Brito. **Espaços sócio-ocupacionais dos (as) assistentes sociais nas ONGs: condições e processos de trabalho na contemporaneidade.** 2014. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. **Para onde foi a CUT?** Do classismo ao sindicalismo social-liberal. Rio de Janeiro: Malungo, 2013.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil.** 2 Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

TOJAL, Ana Margareth; DALLARUVERA, Alves. **Resgate histórico da trajetória sindical dos assistentes sociais no Brasil.** Disponível em:
<<http://www.fenas.org.br/documentos.aspx?id=26>>. Acesso em: 25 de julh de 2016.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da Economia Solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WELLEN, Henrique. **Os impactos da “Economia Solidária” sobre a classe trabalhadora.** In: MONTAÑO, Carlos (Org.) O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. São Paulo: Cortez, 2014. p. 268-294.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA OU QUESTIONÁRIO A SER APLICADO
COM OS SINDICATOS QUE SE MANTIVERAM ABERTOS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS**

Pesquisadores

- Principal: Raquel de Brito Sousa

E-mail: r.raquelbrito@gmail.com

- Orientador: Jaldes Reis de Meneses

E-mail: jaldesm@uol.com.br

Pesquisa intitulada:

O processo de reabertura de sindicatos de assistentes sociais no Brasil: trajetória histórica e perspectivas políticas

Data: ____/____/2016

Nº: ____

Nome do sindicato:

**ROTEIRO DE ENTREVISTA OU QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM OS
SINDICATOS QUE SE MANTIVERAM ABERTOS**

1 ATUAL CONJUNTURA DO SINDICATO

1.1 Informações gerais

- a) Quando este sindicato foi fundado?
- b) Em sua história foi inativado em algum momento? () Sim () Não . Caso sim, quando? _____. E em que data foi reativado? _____
- c) Número de filiados atualmente (2016)?
- d) Número de filiados no ano de reabertura/fundação?
- e) O sindicato é filiado a alguma central sindical? Caso sim em qual?
- f) Este sindicato possui carta sindical?
Data: _____

g) Este sindicato faz uso do imposto sindical?

1.2 Perfil dos atuais membros da diretório

Cargo	Nome	Quando se formou (ano)? Em que Instituição e em qual modalidade?	Fez ou Faz pós-graduação? Onde? Em que área?	Possui vinculação partidária, militância em movimento social e/ ou em outra entidade?	Qual o local de trabalho? E o tipo de vínculo empregatício (contratado, concursado estatutário ou celetista, etc.)?

1.3 Qual o período de duração da gestão? Quais foram os membros que compuseram as últimas cinco diretorias deste sindicato? Por favor, informar os nomes e seus respectivos cargos/funções.

1.4 Quais as principais bandeiras levantadas pelo sindicato?

1.5 Você poderia elencar as principais campanhas e atividades realizadas por esses sindicatos nos últimos anos (2014 e 2015)?

1.6 Como se dá a relação deste sindicato com o CFESS, com o CRESS do seu estado e os seus posicionamentos políticos?

1.7 A diretoria encontra atualmente dificuldade no processo de organização sindical da categoria? Caso sim, quais?

1.8 Como a atual diretoria entende a relação entre sindicatos e partidos políticos nas centrais sindicais? Caso este sindicato seja filiado a uma central sindical, como compreende essa relação na central sindical que está filiado?

2 PROCESSO DE RESISTÊNCIA

2.1 Quais foram as principais motivações que levaram os dirigentes sindicais a manterem este sindicato aberto, apesar da deliberação da ANAS?

2.2 Como se deu o processo de resistência deste sindicato ao seu fechamento após a deliberação da ANAS?

2.3 Houve dificuldades nesse processo de permanência do sindicato ativo? Caso sim, elencar quais foram?

2.4 Este sindicato é filiado à Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS)? E como se deram as articulações para fundação da FENAS? Como se dá a relação deste sindicato com a Federação atualmente?

2.5 Quais os sujeitos foram os principais protagonistas do processo de resistência ao fechamento nas décadas de 1980/1990? Você poderia indicar se esses sujeitos eram vinculados a partidos políticos, movimentos sociais ou alguma entidade de organização da classe trabalhadora? E o processo de formação acadêmica desses sujeitos, onde se formaram e se houve continuidade no processo de formação (pós-graduação)?

**APÊNDICE B– ROTEIRO DE ENTREVISTA OU QUESTIONÁRIO A SER APLICADO
COM OS SINDICATOS QUE REABRIRAM**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS**

Pesquisadores

- Principal: Raquel de Brito Sousa

E-mail: r.raquelbrito@gmail.com

- Orientador: Jaldes Reis de Meneses

E-mail: jaldesm@uol.com.br

Pesquisa intitulada:

O processo de reabertura de sindicatos de assistentes sociais no Brasil: trajetória histórica e perspectivas políticas

Data: ____/____/2016

Nº: ____

Nome do sindicato:

**ROTEIRO DE ENTREVISTA OU QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM OS
SINDICATOS QUE REABRIRAM**

1 ATUAL CONJUNTURA DO SINDICATO

1.1 Informações gerais

- a) Quando este sindicato foi fundado?
- b) Em sua história foi inativado em algum momento? () Sim () Não . Caso sim, quando? E em que data foi reativado?
- c) Número de filiados atualmente (2016)?
- d) Número de filiados no ano de reabertura/fundação?
- e) O sindicato é filiado a alguma central sindical? Caso sim em qual?
- f) Este sindicato possui carta sindical?

g) Este sindicato faz uso do imposto sindical?

1.2 Perfil dos atuais membros da diretório

Cargo	Nome	Quando se formou (ano)? Em que Instituição e em qual modalidade?	Fez ou Faz pós-graduação? Onde? Em que área?	Possui vinculação partidária, militância em movimento social e/ ou em outra entidade?	Qual o local de trabalho? E o tipo de vínculo empregatício (contratado, concursado estatutário ou celetista, etc.)?

1.3 Quais foram os membros que compuseram as últimas cinco diretorias deste sindicato?

Por favor, informar os nomes e seus respectivos cargos/funções. (Se o sindicato tiver tido menos que cinco diretorias, informar a composição das últimas diretorias).

1.4 Quais as principais bandeiras levantadas pelo sindicato?

1.5 Você poderia elencar as principais campanhas e atividades realizadas por esses sindicatos nos últimos anos (2014 e 2015)?

- 1.6 Como se dá a relação deste sindicato com o CFESS, com o CRESS do seu estado e os seus posicionamentos políticos?
- 1.7 A diretoria encontra atualmente dificuldade no processo de organização sindical da categoria? Caso sim, quais?
- 1.8 Como a atual diretoria entende a relação entre sindicatos e partidos políticos nas centrais sindicais? Caso este sindicato seja filiado a uma central sindical, como compreende essa relação na central sindical que está filiado?

2 PROCESSO DE REABERTURA

- 2.1 Quais foram as principais motivações, que trouxeram ao grupo de assistentes sociais a necessidade da reabertura/fundação deste sindicato?
- 2.2 Qual a trajetória de fundação/reabertura? (Como ocorreu, quais foram os protagonistas, etc.)
- 2.3 Houve dificuldades nesse processo de organização? Caso sim, elencar quais foram?
- 2.4 Este sindicato é filiado à Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS)? Como se dá a relação e articulação deste sindicato com a FENAS?
- 2.5 Quais os sujeitos foram os principais protagonistas desse processo de reabertura? Você poderia indicar se esses sujeitos eram vinculados a partidos políticos, movimentos sociais ou alguma entidade de organização da classe trabalhadora? E o processo de formação acadêmica desses sujeitos, onde se formaram e se houve continuidade no processo de formação (pós-graduação)?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

O (A) Sr. (a) está convidado (a) a participar da pesquisa “O processo de reabertura de sindicatos de assistentes sociais no Brasil: trajetória histórica e perspectivas políticas”, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Raquel de Brito Sousa, estudante do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação do Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses.

O estudo tem como objetivo geral analisar histórica e sistematicamente o processo de resistência ao fechamento, no fim da década de 1980 e início da década de 1990, e de reabertura ou fundação, entre os anos de 2000 e 2015, dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil. Busca-se identificar as suas determinações, bem como os significados políticos e os impactos para a organização política da categoria. Os objetivos específicos são: a) contextualizar o processo histórico de criação e resistência dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil; b) apurar a trajetória dos sindicatos de assistentes sociais que foram fundados ou reabertos entre os anos 2000 e 2015; c) compreender as motivações para resistência ao fechamento no final da década de 1980 e início da década de 1990, e para reabertura ou abertura dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil entre os anos 2000 e 2015; d) colher informações sobre as ações realizadas por esses sindicatos nos últimos anos (2014 e 2015), a fim de identificar a dinâmica organizativa das instituições; e) realizar um levantamento do número de assistentes sociais sindicalizados nos sindicatos de categoria; f) fazer um mapeamento das vinculações políticas e ideológicas, bem como da formação profissional dos sujeitos que protagonizaram os processos de resistência ao fechamento, no final da década de 1980 e início da década de 1990, e de fundação ou reabertura, entre 2000 e 2015, dos sindicatos de assistentes sociais e dos membros das atuais diretorias; g) averiguar como se dá a relação dos sindicatos de assistentes sociais pesquisados com o Conjunto CFESS-CRESS.

Dessa forma, solicitamos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a um questionário ou entrevista sobre o tema acima proposto. A entrevista poderá ser gravada se o (a) senhor (a) concordar.

Ao se considerar a Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), compreende-se como risco desta pesquisa um possível constrangimento do participante ao responder algumas das perguntas do questionário ou entrevista. Alerta-se que a pesquisadora se compromete em tentar evitar ou minimizar tal risco. Não havendo outros riscos previsíveis. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar que sua participação é voluntária, e o (a) Sr. (a) poderá, a qualquer momento, deixar de participar desta, sem quaisquer prejuízos ou danos. Comprometemo-nos e pedimos sua autorização para utilizar os dados coletados somente para pesquisa, os resultados serão analisados e apresentados na Dissertação, a fim de obtenção do Certificado de mestre em Serviço Social pela UFPB, bem como poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando a identificação dos profissionais participantes.

Vale ressaltar que durante a realização desta pesquisa serão cumpridos os princípios éticos previstos na Resolução nº 466/2012 do CNS, que dispõe sobre as diretrizes e normas reguladoras das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil, ratificadas pelas disposições das normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, aprovadas pelo CNS em 2015.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa, por meio: da pesquisadora Raquel de Brito Sousa, estudante do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB no telefone (83) 998294002 ou (85) 99786 8750 e e-mail britoquel@hotmail.com; do orientador desta pesquisa, prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses, no e-mail jaldesm@uol.com.br; da Coordenação do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, na Cidade Universitária – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – João Pessoa – PB, no telefone (83) 3216-7319; ou do Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB – Cidade Universitária – Campus I, Bloco Arnaldo Tavares, sala 812, no telefone (83) 3216-7791.

Este termo está elaborado em duas vias, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo da pesquisadora.

Eu, _____, portador (a) do RG: _____, declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Eu, Raquel de Brito Sousa, portadora do RG: 2005010022130, estudante do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, matrícula 2015108621, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa ao participante.

_____, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do (a) Participante

Raquel de Brito Sousa

Obs.: O sujeito da pesquisa e a pesquisadora responsável deverão rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assinar por extenso na última página do referido termo.

ANEXO

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O processo de reabertura de sindicatos de assistentes sociais no Brasil: trajetória histórica e perspectivas políticas

Pesquisador: Raquel de Brito Sousa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 58690216.0.0000.5188

Instituição Proponente: DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.697.247

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS, do CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna Raquel de Brito Sousa, sob orientação do professor Jaldes Reis de Meneses.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar histórica e sistematicamente o processo de resistência ao fechamento no fim da década de 1980 e início da década de 1990, e de reabertura ou fundação, até o ano de 2015, dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil, buscando identificar as suas determinações, bem como os significados políticos e os impactos para a organização política da categoria.

Objetivos Secundários:

a) Contextualizar o processo histórico de criação e resistência dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil;

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE**



Continuação do Parecer: 1.697.247

- b) Apurar a trajetória dos sindicatos de assistentes sociais que foram fundados ou reabertos entre os anos 2000 e 2015;
- c) Compreender as motivações para resistência ao fechamento no final da década de 1980 e início da década de 1990, e para reabertura ou abertura dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil entre os anos 2000 e 2015;
- d) Colher informações sobre as ações realizadas por esses sindicatos nos últimos anos (2014 e 2015), a fim de identificar a dinâmica organizativa da entidade;
- e) Realizar um levantamento do número de assistentes sociais sindicalizados nos sindicatos de categoria;
- f) Fazer um mapeamento das vinculações políticas e ideológicas, bem como da formação profissional dos sujeitos que protagonizaram os processos de resistência ao fechamento, no final da década de 1980 e início da década de 1990, e de fundação ou reabertura, entre 2000 e 2015, dos sindicatos de assistentes sociais e dos membros das atuais diretorias;
- g) Averiguar como se dá a relação dos sindicatos de assistentes sociais pesquisados com o Conjunto CFESS-CRESS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Ao se considerar a Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, compreende-se como risco da pesquisa um possível constrangimento ao responder algumas das perguntas do questionário ou entrevista. Alerta-se que a pesquisadora se compromete em tentar evitar ou minimizar tal risco. Não havendo outros riscos previsíveis.

Benefícios:

A pesquisa poderá contribuir na explicitação do debate acerca da sindicalização dos assistentes sociais, bem como na elucidação da atuação e estratégias das nossas entidades organizativas, buscando entender as diferentes formas de luta e perspectivas políticas que se processam no âmbito organização sindical na profissão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, analisar histórica e sistematicamente o processo de resistência ao fechamento no fim da década de 1980 e início da

Endereço: UNIVERSITARIO S/N	CEP: 58.051-900
Bairro: CASTELO BRANCO	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791
	E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE**



Continuação do Parecer: 1.697.247

década de 1990, e de reabertura ou fundação, até o ano de 2015, dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil, buscando identificar as suas determinações, bem como os significados políticos e os impactos para a organização política da categoria.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos de Apresentação Obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

Recomendamos que sejam inseridos todos os objetivos (geral e específicos) no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), antes da aplicação do mesmo.

Recomendamos também que sejam retiradas as citações referentes a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Nacional, já que a mesma encontra-se revogada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento das formalidades éticas e legais, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA, OBSERVANDO APENAS AS RECOMENDAÇÕES FEITAS, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_773761.pdf	12/08/2016 21:52:07		Aceito
Outros	CartadeanuenciaSergipe.pdf	12/08/2016 21:48:40	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	CartadeanuenciaRioGrandedoSul.jpg	12/08/2016 21:48:17	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	CartadeanuenciaPernambuco.jpg	12/08/2016 21:47:50	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	CartadeanuenciaParana.pdf	12/08/2016 21:47:29	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	CartadeanuenciaPara.pdf	12/08/2016 21:47:02	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	CartadeanuenciaCeara.pdf	12/08/2016 21:46:11	Raquel de Brito Sousa	Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE**



Continuação do Parecer: 1.697.247

Outros	CartadeanuenciaBahia.jpg	12/08/2016 21:45:40	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	cartadeanuenciaAmazonas.pdf	12/08/2016 21:44:57	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	CartadeanuenciaAcre.PDF	12/08/2016 21:44:15	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	QuestionarioEntrevistaREABERTURA.pdf	12/08/2016 21:43:24	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	QuestionarioEntevistaRESISTENTES.pdf	12/08/2016 21:42:06	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Outros	certidao.pdf	12/08/2016 21:36:20	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	12/08/2016 21:35:27	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	12/08/2016 21:34:58	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	12/08/2016 21:33:43	Raquel de Brito Sousa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/08/2016 21:33:24	Raquel de Brito Sousa	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	12/08/2016 21:32:50	Raquel de Brito Sousa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 26 de Agosto de 2016

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)**

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br